

Ilmo. Sr.

Humberto Cardoso Gonçalves

Superintendente de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos

OFÍCIO IBIO nº 12/2020

Data: 20/02/2020

Assunto: Resposta ao Ofício nº 188/2019/SAS/ANA
Documento nº 02500.088718/2019-22

Senhor Superintendente,

Em atendimento ao Ofício nº 188/2019/SAS/ANA (Documento nº 02500.088718/2019-22) o Instituto BioAtlântica formaliza o pedido de rescisão do Contrato de Gestão nº 072/ANA/2011.

Como acompanhado pelo próprio Órgão Gestor, em 2016 o IBIO buscou ampliar sua equipe de trabalho para melhor atender o PAP 2016/2020, porém devido a diversos problemas - em especial aos frequentes atrasos nos repasses de recurso estadual por parte do IGAM (último repasse de custeio referente ao terceiro trimestre de 2018) e a suspensão do repasse de recursos adicionais federal por parte da ANA – o custeio da Entidade Delegatária (7,5%) foi insuficiente para sustentar a ampliação da equipe, acarretando redução do quadro de funcionários em 2018 (de 23 para 13 funcionários), dois anos após a ampliação da equipe e consequentemente uma significativa redução da sua capacidade de execução do PAP 2016/2020.

Além dos problemas financeiros acima relatados, outros fatos e circunstâncias contribuíram para a decisão do encerramento dos Contratos de Gestão por parte do IBIO, dentre eles, e em especial, a ausência de conclusão das análises das prestações de contas dos exercícios de 2013, 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018 por parte do IGAM. Soma-se a isso o fato de que o exercício de 2019 que acabou de ser executado e 2020 está sendo executado, sobre os quais também deverá o IGAM se manifestar e desta forma gerando insegurança jurídica e financeira para a Entidade Delegatária, desencadeando a dissolução de seu Conselho Fiscal, tornando inviável o desenvolvimento das suas atividades.

Dentre os outros fatos que pesam e que necessita atenção, podemos citar ainda à ocorrência de 02 (duas) Reclamatórias Trabalhistas em tramite na Justiça do Trabalho, além de uma Ação Cível que está em fase de homologação de acordo pelo Judiciário.

Seguem informações sobre os referidos processos judiciais:

Processo em andamento	
Processo Eletrônico nº: 0011042-93.2018.5.03.0135	
a. Data de distribuição	13/11/2018
b. Nome do autor (ou reclamante)	ELTER MARTINS DOS SANTOS
c. Nome do réu (ou reclamado)	Instituto BioAtlântica
d. Nome do Advogado(s) responsável(is)	INSTITUTO BIOATLÂNTICA – Dr. Lucio Moacir Gonçalves De Assis – OAB/MG 88942 Ronaldo Marinho - OAB/MG 63.928 ELTER MARTINS DOS SANTOS: Dr. JOSÉ APARECIDO DE ALMEIDA - OAB: MG 70.910
e. Comarca	Governador Valadares
f. Nº da Vara	3ª Vara do Trabalho / 1ª Turma TRT3 / 1ª Vice Presidencia TRT3
g. Foro	Justiça do Trabalho
h. Natureza do processo	Trabalhista
i. Valor da causa	R\$ 30.373,64
j. Valor do depósito judicial	Depósito Recursal R\$ 4.756,58 / R\$ 9.513,16 / R\$ 4.756,58
k. Andamento (atualizado) do processo	Sentença condenatória / Recurso Ordinário de INSTITUTO BIOATLÂNTICA / Acórdão mantendo Sentença condenatória / Recurso de Revista / Agravo de Instrumento denegação Recurso de Revista/Recurso de Revista encaminha do ao TST.
l. Estágio atual	Recurso de Revista encaminha do ao TST - aguardando julgamento.

Processo em andamento	
	Processo Eletrônico nº: 0010303-97.2019.5.03.0099
a. Data de distribuição	04/04/2019
b. Nome do autor (ou reclamante)	BARBARA EMILY RAUSCH NEVES
c. Nome do réu (ou reclamado)	Instituto BioAtlântica
d. Nome do Advogado(s) responsável(is)	INSTITUTO BIOATLÂNTICA – Dr. Lucio Moacir Goncalves De Assis – OAB/MG 88942 Ronaldo Marinho - OAB/MG 63.928 BARBARA EMILY RAUSCH NEVES- Dr. JUBER NEVES DA SILVA - OAB: MG113734
e. Comarca	Governador Valadares
f. Nº da Vara	2ª Vara do Trabalho
g. Foro	Justiça do Trabalho
h. Natureza do processo	Trabalhista
i. Valor da causa	R\$ 62.432,89
j. Valor do depósito judicial	Depósito Recursal R\$ 500,00
k. Andamento (atualizado) do processo	Sentença condenatória / Recurso Ordinário de INSTITUTO BIOATLANTICA / Juntada a petição de Contrarrazões (Contrarrazões)/Recurso Ordinário julgado procedente para o Instituto BioAtlântica/Recurso de Revista por parte da Autora.
l. Estágio atual	Aguardando abertura de prazo para contrarrazões ao Recurso de Revista da Ré.

Processo Judicial Eletrônico - 1º Grau
Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

Detalhe do Processo
Número do Processo: 5009424-56.2019.8.13.0105 Classe Judicial: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) Órgão Julgador: 5ª Vara Cível da Comarca de Governador Valadares Órgão Julgador Colegiado: Data de distribuição: 27 de Maio de 2019 Assunto: DIREITO CIVIL - Obrigações - Espécies de Contratos - Prestação de Serviços

Informações do processo

Polo Ativo	
Nome Parte	Tipo Parte
CRISTIANA CASTRO MUZZI	ADVOGADO
BELBA ENGENHEIROS CONSULTORES LTDA - EPP	AUTOR
JOAO FRANCISCO DE ALMEIDA	ADVOGADO

Polo Passivo	
Nome Parte	Tipo Parte
INSTITUTO BIOATLANTICA	RÉU
RONALDO MARINHO	ADVOGADO

Movimentação do Processo	
Data de atualização	Movimento
03/12/2019 18:44:40	Juntada de Petição de petição
21/11/2019 15:33:12	Juntada de Petição de petição
23/10/2019 08:16:49	Audiência conciliação/cejus realizada 15/10/2019 13:00 5ª Vara Cível da Comarca de Governador Valadares.

Relativamente às ações judiciais acima citadas, chamamos a atenção que os valores nelas discutidos se referem exclusivamente a assuntos relativos à execução do Contrato de Gestão, para os quais deverão ser reservados recursos financeiros da cobrança pelo uso da água para eventual e futuro pagamento – a depender da decisão em cada processo – seja através de um fundo ou conta financeira específica, utilizando-se para tanto os recursos financeiros que serão devolvidos pelo IBIO à ANA.

Nesse contexto, o IBIO não terá outra alternativa senão também pela rescisão do Contrato de Gestão nº 001/IGAM/2017 em razão dos problemas e inseguranças jurídicas e financeiras trazidas pela atuação do referido órgão Gestor. Por consequência direta e, considerando a inviabilidade da manutenção de uma estrutura de mínima de Agência de Bacias exclusivamente com recursos federais, tem-se comprometida a continuidade do Contrato de Gestão nº 072/ANA/2011.

Cumpramos ressaltar que atuando o IBIO como Entidade Delegatária e Equiparada às funções de Agência de Água da Bacia do Rio Doce, por meio do Contrato de Gestão nº 072/ANA/2011 e do Contrato de Gestão nº 001/IGAM/2017, tem seus repasses estabelecidos, aproximadamente, em 60% IGAM e 40% ANA, percentual este insuficiente para a manutenção de uma estrutura de mínima de Agência de Bacias, ante a rescisão do Contrato de Gestão nº 001/IGAM/2017.

Considerando Cláusula Décima-Segunda do Contrato de Gestão nº 072/ANA/2011, a qual prevê em seu Parágrafo Quinto que no caso de iminente rescisão do Contrato, a Contratada se obriga, a critério da Contratante, a dar continuidade à execução do objeto do Contrato por até seis meses, o IBIO se coloca a disposição da Agência Nacional de Água para acordo do prazo necessário para que haja a entrega do contrato, ou transição para uma nova Entidade Delegatária, se for o caso.

Considerando inicialmente o prazo de seis meses para o encerramento do Contrato de Gestão, e a solicitação do Ofício nº 188/2019/SAS/ANA para que o IBIO venha propor um Plano de Trabalho com as atividades que serão realizadas até o encerramento do referido Contrato, incluindo cronograma e estimativa de custeio correspondentes, apresentamos na Tabela 1 a estimativa de despesas com custeio para oito meses, sendo Janeiro e Fevereiro/2020 (realizado) e seis meses para desmobilização (março a agosto), a partir desta comunicação, com a fonte de recurso federal, ressaltando que o último repasse efetuado pela ANA ocorreu em 06 de maio de 2019, totalizando o montante de R\$ 174.972,21 repassados no exercício de 2019.

Tabela 1 – Estimativa de Custeio – Janeiro a Agosto de 2020

Custeio ANA (Jan/Ago - 2020)	Previsto_2020
Serviços Profissionais (Contábil, Jurídico, Auditoria)	R\$ 62.626,00
Despesas Administrativas (Materiais de consumo, Água, Energia, Telefone Internet)	R\$ 116.265,09
Despesas Pessoal (Salários + Benefícios)	R\$ 564.047,27
Despesas Encargos (Encargos sociais e trabalhistas)	R\$ 188.770,01
Despesas Comunicação (Publicações)	R\$ 2.800,00
Despesas Sistema (Hospedagem e manutenção site)	R\$ 1.600,00
Despesas Viagens (Diárias + Transporte)	R\$ 28.740,00
Subtotal	R\$ 964.848,38
Fundo de Rescisão Trabalhista	R\$ 190.183,87
TOTAL GERAL	R\$ 1.155.034,25

Tabela 2 – Detalhamento Mensal da Estimativa de Desembolso com custeio – Jan a Ago de 2020

ORÇAMENTO 2020	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Total
Serviços Profissionais	1.000	10.657	5.000	14.657	5.000	14.657	1.000	10.657	62.626
Despesas Administrativas	12.015	9.415	15.365	9.415	32.930	10.570	17.535	9.020	116.265
Despesas Pessoal	73.525	67.291	69.812	73.154	70.701	69.712	70.141	69.712	564.047
Despesas Encargos	29.697	17.689	25.972	21.150	20.855	22.780	21.553	29.074	188.770
Despesas Comunicação	350	350	350	350	350	350	350	350	2.800
Despesas Sistema	200	200	200	200	200	200	200	200	1.600
Despesas Viagens	9.580	-	-	9.580	-	-	-	9.580	28.740
Total Geral	126.367	105.601	116.699	128.505	130.037	118.269	110.779	128.592	964.848

Ainda em relação aos valores previstos para o planejamento do encerramento das atividades do IBIO, em agosto/2020, o valor de R\$ 964.848,38 (Novecentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e quarenta e oito reais e trinta e oito centavos) prevê o pagamento de salário de 8 (oito) funcionários, sendo o restante da equipe custeada com recurso estadual IGAM. Essa divisão foi feita considerando o fato de a ANA não ter feito repasse no exercício de 2019 e, desta forma, toda a equipe do IBIO foi paga ao longo do último exercício com recurso IGAM.

Com relação ao fundo de rescisão trabalhista, informamos que desde o exercício de 2017 o IBIO tem feito um fundo para rescisão trabalhista com o recurso estadual para todos os funcionários da Entidade Delegatária, o qual está sendo atualizado mensalmente. Assim, planejamos que com o valor de R\$ 190.183,87 de recursos do contrato de Gestão ANA, e R\$ 285.275,80 de recursos do Contrato de Gestão IGAM o IBIO terá recursos suficientes para realizar as rescisões trabalhistas de todos os funcionários.

Com relação ao Cronograma de desmobilização, atualmente o IBIO é formado por 13 (treze) funcionários, sendo que neste mês de 02/2020 há 01(uma) funcionária cumprindo aviso prévio em decorrência do processo de adequação orçamentária. A partir deste mês o quadro de colaboradores contará com os seguintes profissionais:

Tabela 3 – Relação de Funções e quantidade de funcionários IBIO a partir de fev/2020

Quant. Funcionários	Cargo
1	Auxiliar de Serviços Gerais
1	Auxiliar Administrativo II
1	Auxiliar Administrativo III
1	Analista Administrativo
3	Analista Administrativo Financeiro
1	Analista de Programas e Projetos
1	Coordenador Jurídico
1	Coordenadora Administrativo
1	Diretor Técnico
1	Diretor Geral
Total	12 funcionários

Para que haja entrega do atual imóvel, encerramento dos contratos de projetos, atendimento aos Comitês, prestação de contas, relatório de gestão parcial do exercício de 2020, fiscalização dos contratos de custeio, organização de documentação e arquivos, devolução dos bens móveis, e manutenção do atendimento mínimo da secretaria executiva para o funcionamento do CBH Doce, o IBIO precisará da atual equipe de trabalho até o final da execução do plano de desmobilização, e desta forma iniciará a demissão dos funcionários em 07/2020. Entendemos que apesar da redução do volume de atividades rotineiras, haverá um incremento de atividades decorrentes do processo de entrega do contrato de gestão, conforme as várias atividades acima arroladas, sendo imprescindível a manutenção da atual equipe até 31/08/2020.

Anexo a este documento, segue cronograma de atividades até a entrega do contrato de gestão com respectivo detalhamento financeiro, com data final prevista para 31/08/2020.

Aguardamos a manifestação da ANA, quanto ao prazo de entrega do contrato por nós apresentado e quanto aos procedimentos a serem obedecidos na devolução de bens patrimoniais, acervo de documentos administrativos, recursos financeiros e produtos dos projetos realizados com recursos financeiros do contrato de gestão nº 072/ANA/2011.

Atenciosamente,



Ricardo Alcântara Valory
Diretor Geral
Instituto BioAtlântica – IBIO

ANEXO I – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA

ENCERRAMENTO CONTRATO DE GESTÃO	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO
Secretaria Executiva						
Atendimento aos comitês						
Término de elaboração de atas e documentos comitê – 30/06/2020						
Fechamento prestação de contas diárias de viagem e locação de veículos – 30/06/2020						
Emissão de notificação a usuários com pendências financeiras – 10/07/2020						
Inventário físico e eletrônico de documentos dos CBH's - 31/07/2020						
Transferência de responsabilidade: controle e monitoramento de e-mail CBH's. 31/07/2020						
Despacho de documentação para os comitês						
Administrativo						
Fornecedores						
Levantar a relação e detalhamento das pendências financeiras – 30/06/2020						
Comunicar aos fornecedores o encerramento dos contratos – 30/06/2020						
Encerramento dos contratos - Junho a Julho						
Organização e inventário de documentos						
Prestação de Contas						
Fechamento financeiro 1 Semestre – Auditoria ANA – 31/07/2020						
Prestação de contas parcial – Contrato de Gestão – 31/07/2020						
Prestação de contas final - 31/08/2020						
Devolução dos recursos financeiros - 15/08/2020						
Patrimônio						
Dispensa para reforma do imóvel – 31/05/2020						
Dispensa de serviço de transporte – Devolução Bens moveis – 30/06/2020						
Revisão caminhonete						
Inventário físico dos bens - 30/06/2020						
Relatório e devolução bens móveis - 31/07/2020						
Devolução caminhonete - 31/07/2020						
Reforma e entrega do imóvel 15/08/2020						
Colaboradores						
Elaborar plano de desmobilização de pessoal - 20/02/2020						
Realizar processo de desmobilização - 30/06 a 30/08/2020						
Documentação						
Organização dos atos e dispensas realizados (Vínculo com encerramento dos contratos)						
Inventário de documentos a serem encaminhados aos conselheiros						
Programas e Projetos						
Elaboração de relatório com posição dos contratos vigentes - 30/06/2020						
Comunicar aos fornecedores o encerramento dos contratos – 31/05/2020						
Emissão de termo de encerramento dos contratos - 31/07/2020						
Inventário dos produtos entregues - 15/07/2020						
Envio de produtos aos Comitês e/ou Municípios - 30/06/2020						
Inventário de documentos físicos e eletrônicos - 31/07/2020						
Jurídico						
Relatório descritivo com situação das ações e prestações de contas - 30/06/2020						
Repassar posição e documentos a BMA - 30/06/2020						
Suportes as demais áreas - Notificação de encerramento de contrato - 31/05/2020						

ANEXO II – ORÇAMENTO FINANCEIRO DETALHADO

ORÇAMENTO 2020	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Total
CONSULTORIAS	1.000,00	10.656,50	5.000,00	14.656,50	5.000,00	14.656,50	1.000,00	10.656,50	62.626,00
ASSESSORIA CONTÁBIL	-	9.656,50	-	9.656,50	-	9.656,50	-	9.656,50	38.626,00
ASSESSORIA JURÍDICA	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	8.000,00
AUDITORIA	-	-	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	-	-	16.000,00
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	12.015,00	9.415,00	15.365,00	9.415,00	32.930,05	10.570,00	17.535,05	9.020,00	116.265,10
ÁGUA E ESGOTO	85,00	85,00	85,00	85,00	85,00	85,00	85,00	85,00	680,00
ALUGUEL, CONDOMÍNIO E TAXAS	-	-	-	-	8.515,05	-	8.515,05	-	17.030,10
CORREIOS	400,00	400,00	400,00	400,00	400,00	400,00	400,00	400,00	3.200,00
ENERGIA ELÉTRICA	1.600,00	1.600,00	1.600,00	1.600,00	1.600,00	1.600,00	1.600,00	1.600,00	12.800,00
IMPOSTOS E TAXAS	200,00	200,00	5.000,00	200,00	200,00	200,00	-	-	6.000,00
MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	500,00	-	-	-	-	-	-	-	500,00
MANUTENÇÕES E REPAROS/PREDIAL	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	24.000,00
MATERIAL DE ESCRITÓRIO/USO E CONSUMO	200,00	200,00	1.350,00	200,00	200,00	1.350,00	-	-	3.500,00
REFEIÇÕES E LANCHES	500,00	-	-	-	-	-	-	-	500,00
SEGURANÇA E VIGILÂNCIA	70,00	70,00	70,00	70,00	70,00	75,00	75,00	75,00	575,00
TELEFONE FIXO/INTERNET	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	8.000,00
TELEFONE MÓVEL/INTERNET	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	20.000,00
BENS DE PEQUENO VALOR	1.000,00	-	-	-	-	-	-	-	1.000,00
JARDINAGEM/MANUTENÇÃO DE ÁREA VERDE	300,00	-	-	-	-	-	-	-	300,00
CÓPIAS E SERV. GRÁFICOS	360,00	360,00	360,00	360,00	360,00	360,00	360,00	360,00	2.880,00
MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO/OUTROS	300,00	-	-	-	-	-	-	-	300,00
MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO/VEÍCULOS	-	-	-	-	15.000,00	-	-	-	15.000,00
DESPESAS C/ ENCARGOS SOCIAIS	29.697,40	17.688,56	25.971,93	21.149,82	20.855,48	22.780,05	21.553,11	29.073,66	188.770,01
FGTS S/ FL. DE PAGAMENTO	5.213,33	5.405,37	4.940,90	5.224,23	5.068,04	4.940,90	4.993,70	4.940,90	40.727,37
INSS S/ FL. DE PAGAMENTO	23.600,16	11.839,74	20.272,73	15.350,65	15.217,49	17.195,12	15.961,58	23.251,78	142.689,25
PIS S/ FL. DE PAGAMENTO	883,91	443,45	758,30	574,94	569,95	644,03	597,83	880,98	5.353,39
DESPESAS COM COMUNICAÇÃO	350,00	350,00	350,00	350,00	350,00	350,00	350,00	350,00	2.800,00
SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO/AGÊNCIA DE COMUNICAÇÃO - PJ	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROPAGANDA E PUBLICIDADE/MÍDIAS	350,00	350,00	350,00	350,00	350,00	350,00	350,00	350,00	2.800,00
DESPESAS COM PESSOAL	73.524,90	67.290,97	69.811,96	73.153,61	70.701,15	69.711,96	70.140,76	69.711,96	564.047,27
13º SALÁRIO	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ASSISTÊNCIA MÉDICA	1.286,53	1.286,53	1.286,53	1.286,53	1.286,53	1.286,53	1.286,53	1.286,53	10.292,24
FÉRIAS	-	16.866,62	-	14.166,61	6.356,80	-	2.640,00	-	40.030,03
FETRANSPOR/VALE TRANSPORTE	431,20	431,20	431,20	431,20	431,20	431,20	-	431,20	3.018,40
PAT - PROGR. DE ALIMENT. TRABALHADOR	2.625,00	1.275,00	2.200,00	2.000,00	1.500,00	2.100,00	2.300,00	2.100,00	16.100,00
RESCISÃO DE CONTRATO	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESTAGIÁRIOS	7.415,50	6.488,00	7.533,00	7.533,00	7.533,00	7.533,00	7.533,00	7.533,00	59.101,50
EX. MÉDICOS PERIÓDICOS/ADM./DEMISSIONAIS	600,00	600,00	600,00	600,00	600,00	600,00	600,00	600,00	4.800,00
SALÁRIOS	61.166,67	40.343,62	57.761,23	47.136,27	52.993,62	57.761,23	55.781,23	57.761,23	430.705,10
DESPESAS COM SISTEMAS E DATA CENTER	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	1.600,00
HOSPEDAGEM WEB/LICENÇAS/DIREITO DE USO/INTERNET	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	1.600,00
SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E SUPORTE EM SISTEMAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS COM VIAGENS	9.580,00	-	-	9.580,00	-	-	-	9.580,00	28.740,00
ALIMENTAÇÃO	587,50	-	-	587,50	-	-	-	587,50	1.762,50
ALUGUEL DE VEÍCULO (DIÁRIA)	230,00	-	-	230,00	-	-	-	230,00	690,00
COMBUSTÍVEL	712,50	-	-	712,50	-	-	-	712,50	2.137,50
CONDUÇÃO/TAXI/PASSAGEM RODOVIÁRIA/VAN/TRASLADO	287,50	-	-	287,50	-	-	-	287,50	862,50
HOSPEDAGEM NACIONAL	1.562,50	-	-	1.562,50	-	-	-	1.562,50	4.687,50
PASSAGEM AÉREA NACIONAL	5.750,00	-	-	5.750,00	-	-	-	5.750,00	17.250,00
ESTACIONAMENTO	60,00	-	-	60,00	-	-	-	60,00	180,00
PEDÁGIO	40,00	-	-	40,00	-	-	-	40,00	120,00
TRANSPORTE FERROVIÁRIO	350,00	-	-	350,00	-	-	-	350,00	1.050,00
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Geral	126.367,30	105.601,03	116.698,89	128.504,93	130.036,68	118.268,51	110.778,92	128.592,12	964.848,38



OFÍCIO Nº 044/2020/CBH-DOCE

Governador Valadares/MG, 16 de abril de 2020.

Exmo. Sr.

ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO

Ministro do Desenvolvimento Regional

Presidente do Conselho Nacional de Recursos Hídricos

ASSUNTO: Encaminha Deliberação *Ad Referendum* do CBH-Doce

Excelentíssimo Senhor,

Vimos, por meio deste, encaminhar ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) a Deliberação Normativa *Ad Referendum* do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (CBH-Doce), nº 83, de 15 de abril de 2020, por meio da qual fica aprovada a indicação ao CNRH da Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP) para desempenhar as funções de Agência da Água na Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

Também anexa a este ofício encaminhamos, complementarmente, a Carta apresentada pela AGEVAP, na qual a entidade manifesta interesse em exercer as funções de Agência da Água na Bacia Hidrográfica do Rio Doce, bem como a Proposta para desempenho das atividades.

Sem mais para o momento, colocamo-nos à disposição e agradecemos.

Atenciosamente,

FLAMÍNIO GUERRA GUIMARÃES

Presidente do CBH-Doce



Revisão 01 - CSG F-0193

Resende, 30 de março de 2020.

Carta nº 201/2020/DP-AGEVAP

A Sua Senhoria o Senhor

Flamínio Guerra Guimarães

Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce

CBH – Doce

Assunto: Apresentação de Proposta

Referência: Contrato de Gestão – CBH Doce

Senhor Presidente,

A ASSOCIAÇÃO PRÓ-GESTÃO DAS ÁGUAS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL - AGEVAP, associação civil de direito privado, autônoma, com fins não econômicos, constituída em 20 de junho de 2002, inscrita no CNPJ sob o nº 05.422.000/0001-01, com sede à Rua Elza da Silva Duarte, nº 48, loja 1/I-A, Manejo, Resende/RJ, CEP: 27.520-005 neste ato representada por seu Diretor Presidente, Sr. André Luis de Paula Marques, portador da Cédula de Identidade nº 10.490.785-X SSP/SP e CPF nº 060.433.898/86, vem através desta apresentar PROPOSTA visando à sua atuação como entidade delegatária para desempenhar funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do rio Doce, através da assinatura de Contrato de Gestão com a Agência Nacional de Águas – ANA.

Renovamos os votos de estima e consideração e ficamos à disposição para os esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

André Luis de Paula Marques
Diretor-Presidente da AGEVAP

DELIBERAÇÃO NORMATIVA AD REFERENDUM CBH-DOCE Nº 83, DE 15 DE ABRIL DE 2020.

Aprova a indicação da Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP) para desempenhar as funções de Agência da Água na Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

O Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce - CBH Doce, criado pelo Decreto Presidencial de 25 de janeiro de 2002, no uso de suas atribuições e por meio de ato de sua Presidente,

Considerando o disposto no artigo 51, da Lei Federal nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, com redação alterada pelo artigo 10 da Lei Federal nº 10.881, de 11 de junho de 2004;

Considerando o disposto no artigo 1º da Lei Federal nº 10.881, de 11 de junho de 2004, pelo qual a Agência Nacional de Águas (ANA) poderá firmar contratos de gestão, por prazo determinado, com entidades sem fins lucrativos que receberem delegação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) para exercer funções de competência das Agências de Água, previstas nos artigos 41 e 44 da Lei Federal nº 9.433, relativas a recursos hídricos de domínio da União;

Considerando que o Contrato de Gestão nº 072/ANA/2011, firmado entre o Instituto BioAtlântica - IBIO e a ANA, encerra-se em 31/12/2020;

Considerando o Ofício IBIO Nº 12/2020 encaminhado à Agência Nacional de Águas (ANA) no dia 20/02/2020 referente ao Plano de Desmobilização do IBIO para rescisão do Contrato de Gestão Nº 072/ANA/2011, que delega ao IBIO as competências para o exercício da função de Agência de Águas, tendo a data de 31/08/2020 como o prazo final para encerramento;

Considerando que a articulação e os esforços dos Usuários na tentativa de reestruturação do IBIO, de forma que a entidade pudesse ter condições de continuar desempenhando com eficiência sua função de secretaria executiva do Comitê e atender às ações priorizadas no Plano da Bacia e no Plano da Aplicação Plurianual, não obteve êxito;

Considerando a necessidade e importância de garantir a manutenção dos recursos já arrecadados com a cobrança, que se encontra atualmente disponível na conta do CBH-Doce/IBIO;

Considerando que o Edital nº 01/2019 publicado pelo Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Doce - CBH-Doce para seleção de uma nova Entidade Delegatária para exercer a função de Agência de Água do CBH-Doce restou-se frustrado;

Considerando a Carta apresentada pela Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP) ao CBH-Doce, na qual a entidade manifesta

interesse em desempenhar as funções de Agência da Água na Bacia Hidrográfica do Rio Doce;

Considerando que a proposta da AGEVAP se adequa às características institucionais da bacia hidrográfica do rio Doce e atende às legislações federal e estaduais (MG e ES) enquanto organização civil de recursos hídricos e representa uma importante oportunidade para o restabelecimento das ações e atividades do CBH-Doce;

Considerando que a AGEVAP possui experiência enquanto Entidade Delegatária, com Contrato de Gestão firmado junto à ANA;

Considerando os reflexos do cenário mundial em função do surto do COVID-19, que inviabilizou toda e qualquer reunião presencial do CBH-Doce e suas Câmaras Técnicas, razão pela qual todas as articulações estão sendo feitas por meio de videoconferências, e-mails e outras ferramentas digitais disponíveis;

Considerando manifestação favorável da diretoria executiva do CBH-Doce à proposta da AGEVAP, por meio de reuniões feitas por videoconferência;

Considerando parecer favorável da Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL) do CBH-Doce, feito por meio de consulta, por e-mail, com registro de manifestação formal de todos os membros que a compõem;

Considerando a imprescindibilidade de que a tramitação para a indicação da AGEVAP se dê a tempo compatível com o processo de desmobilização do IBIO, a fim de evitar a descontinuidade dos trabalhos, sempre respeitando todas as normativas legais vigentes;

DELIBERA, AD REFERENDUM:

Art. 1º - Fica aprovada, *ad referendum*, a indicação, ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), da Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP) para desempenhar as funções de Agência da Água na Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

Art. 2º - Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Governador Valadares/MG, 15 de abril de 2020.



FLAMÍNIO GUERRA GUIMARÃES
Presidente do CBH-Doce



**PROPOSTA PARA DESEMPENHAR AS FUNÇÕES DE AGÊNCIA DE
ÁGUA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOCE**

30 de março de 2020

Sumário

1. Apresentação da AGEVAP	03
2. Conhecimento da bacia do Doce e do Plano Integrado de Recursos Hídricos - PIRH	07
3. Papel da Agência	27
4. Principais desafios para o desempenho de funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do rio Doce	35
5. Estratégias de gestão da AGEVAP	42
6. Custeio da Agência	51
7. Referências Bibliográficas	66
8. Memória de cálculo	69

1. Apresentação da AGEVAP

AGEVAP

AGEVAP – Agência da Bacia do Rio Paraíba do Sul

O Sistema Nacional de Recursos Hídricos, instituído pelas Leis Federais nº. 9.433/97 e 9.984/00, introduziu novos atores no cenário institucional brasileiro, no contexto da gestão dos recursos hídricos:

Os Comitês de Bacia – fóruns democráticos para os debates e decisões sobre as questões relacionadas ao uso das águas da bacia hidrográfica.

As Agências de Bacia – braços executivos do Comitê ou de mais de um Comitê, que recebem e aplicam os recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água na bacia.

Na jurisdição pública federal, a Agência Nacional de Águas, autarquia especial vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional assumiu as funções de órgão gestor dos recursos hídricos de domínio da União, anteriormente exercidas pelo Ministério do Meio Ambiente.

Criada em 20 de junho de 2002, a Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP), foi constituída, inicialmente, para o exercício das funções de Secretaria Executiva do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP), desenvolvendo também as funções definidas no Art. 44 da Lei Federal nº. 9.433/97, que trata das competências das chamadas Agências de Água, ou Agências de Bacia, como são mais conhecidas, principalmente no que se refere à elaboração do Plano de Recursos Hídricos e à execução das ações deliberadas pelo Comitê para a gestão dos recursos hídricos da Bacia.

A partir da edição da Medida Provisória nº. 165/04, posteriormente convertida na Lei nº. 10.881/04, a AGEVAP pôde, por meio do estabelecimento de Contrato de Gestão com a Agência Nacional de Águas (ANA), assumir as funções de uma Agência de Bacia, que são, essencialmente, receber os recursos oriundos da cobrança pelo uso da água bruta na bacia e investi-los segundo o plano de investimentos aprovado pelo Comitê da Bacia.

Atualmente, a AGEVAP mantém seis Contratos de Gestão. O primeiro assinado em 2004 com a ANA, para atendimento ao CEIVAP; o segundo em 2010 com o Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro (INEA), para exercer a função de Agência de Bacia e Secretaria Executiva de quatro Comitês Afluentes do Rio Paraíba do Sul (CBH Médio Paraíba do Sul, Comitê Piabanha, CBH Rio Dois Rios e CBH Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana).

O terceiro Contrato de Gestão também assinado em 2010 com o INEA, para atuação da AGEVAP junto ao Comitê Guandu. O quarto e o quinto Contratos de Gestão foram assinados em 2014, com o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), para atendimento aos Comitês de Bacias dos Afluentes Mineiros dos rios Preto e Paraibuna (CBH Preto Paraibuna) e dos rios Pomba e Muriaé (COMPÉ).

AGEVAP

Em 2017 foi assinado com o INEA, sexto Contrato de Gestão para atuação da AGEVAP junto aos Comitê da Baía de Ilha Grande e Baía de Guanabara, sendo que em 2019 decidiu-se que a atuação da AGEVAP junto aos Comitês atenderia a seguinte lógica; o BG separadamente e o BIG juntamente com o Guandu.

Em função do disposto, na Resolução nº 59, de 02 de junho de 2006, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), a AGEVAP teve o prazo da delegação de competência para o exercício de funções e atividades inerentes à Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul até 30 de junho de 2016, sendo prorrogado por mais 10 anos, através da Resolução nº 167 de 23 de setembro de 2015.

Já o Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Rio de Janeiro – CERHI/RJ através de sua Resolução nº 141 de 5 de novembro de 2015 aprovou a continuidade da AGEVAP como entidade delegatária das funções de Agência de Água e Secretaria Executiva dos Comitês Médio Paraíba do Sul, Piabanha, Rio Dois Rios, Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana até 31 de dezembro de 2020 (por mais 5 anos); E através de sua Resolução CERHI/RJ nº 143 de 5 de novembro de 2015 aprovou a continuidade da AGEVAP como entidade delegatária das funções de Agência de Água e Secretaria Executiva do Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Guandu, da Guarda e Guandu Mirim até 31 de dezembro de 2020.

O Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Preto e Paraibuna, através da Deliberação nº 1/2006, de 23 de novembro de 2006 aprovou a indicação da AGEVAP para que seja equiparada à Agência de Bacia do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Preto e Paraibuna, para exercer as funções de gestão dos recursos hídricos delegadas por meio do contrato de gestão.

Em 5 de dezembro de 2006 foi a vez do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Pomba e Muriaé, aprovar através da Deliberação nº 5/2006 a indicação da AGEVAP para que seja equiparada à Agência de Bacia do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Pomba e Muriaé, para exercer as funções de gestão dos recursos hídricos delegadas por meio do contrato de gestão.

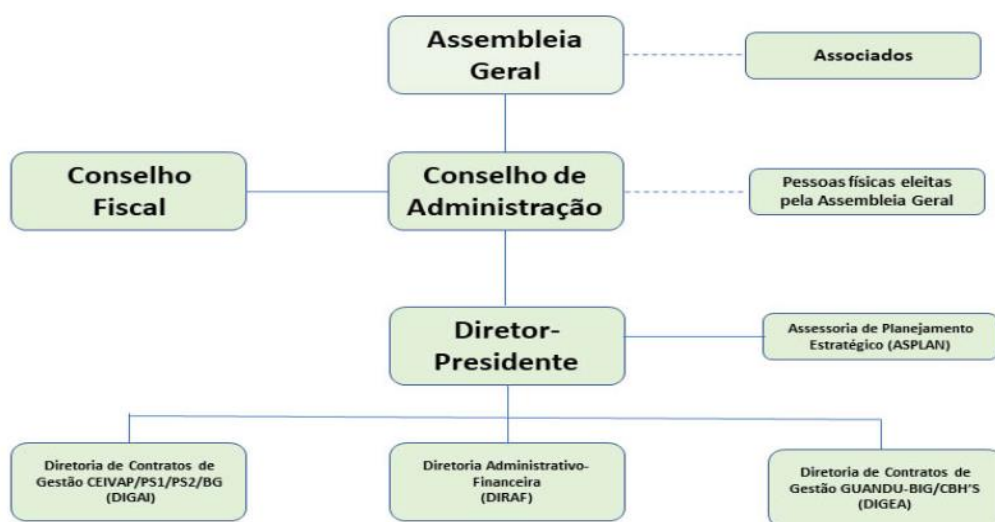
A Deliberação CERH nº 78, do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH/MG, de 22 de novembro de 2007, aprovou a equiparação da entidade Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - AGEVAP à Agência de Bacia Hidrográfica dos CBHs Pomba e Muriaé e Preto e Paraibuna e a Deliberação CERH nº 356, 25 de setembro de 2014 do mesmo Conselho Estadual, aprovou a equiparação da entidade AGEVAP à Agência de Bacia Hidrográfica dos CBHs Pomba e Muriaé e Preto e Paraibuna.

A Deliberação CERH nº 432, de 18 de novembro de 2019 do mesmo Conselho Estadual, aprovou a equiparação da entidade AGEVAP à Agência de Bacia Hidrográfica dos CBHs Pomba e Muriaé e Preto e Paraibuna, para um novo Contrato de Gestão.

AGEVAP

A Resolução CERHI-RJ n.º 179, de 12 de julho de 2017, aprovou a indicação da Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia do Rio Paraíba do Sul - AGEVAP como entidade delegatária das funções de Agência de Água do Comitê de Bacia Hidrográfica da Baía de Ilha Grande – BIG e do Comitê da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara e dos Sistemas Lagunares de Maricá e Jacarepaguá – BG e em 26 de dezembro de 2017, foi assinado o Contrato de Gestão n.º 002/2017, sendo que em 2019 decidiu-se que a atuação da AGEVAP junto aos Comitês atenderia a seguinte lógica; o BG separadamente e o BIG juntamente com o Guandu.

A AGEVAP tem a personalidade jurídica de uma associação de direito privado, com fins não econômicos, cujos associados compõe sua Assembleia Geral. Ela é administrada por um Conselho de Administração, um Conselho Fiscal e uma Diretoria Executiva. Com a alteração no Estatuto Social da AGEVAP, aprovada em 30/03/2009, os associados da Assembleia Geral podem ou não ser membros do CEIVAP. Os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal são pessoas físicas eleitas pela Assembleia Geral e a Diretoria Executiva é formada por quatro membros, um Diretor-Presidente, um Diretor de Contrato de Gestão CEIVAP/PS1/PS2/BG, um Diretor de Contrato de Gestão Guandu-BIG/CBH's e um Diretor Administrativo-Financeiro, além de uma Assessoria de Planejamento Estratégico.



Conselho de Administração

Conselho Fiscal

Diretoria Executiva

Diretor-Presidente:

Diretoria de Contrato de Gestão (DIGAI):

Diretoria de Contrato de Gestão (DIGEA):

Diretoria Administrativo-Financeira (DIRAF):

Assessoria de Planejamento Estratégico (ASPLAN):

Presidente – Jaime Teixeira Azulay

Presidente – Sinval Ferreira da Silva

André Luis de Paula Marques

vago

Juliana Gonçalves Fernandes

José Eduardo de Oliveira Almeida

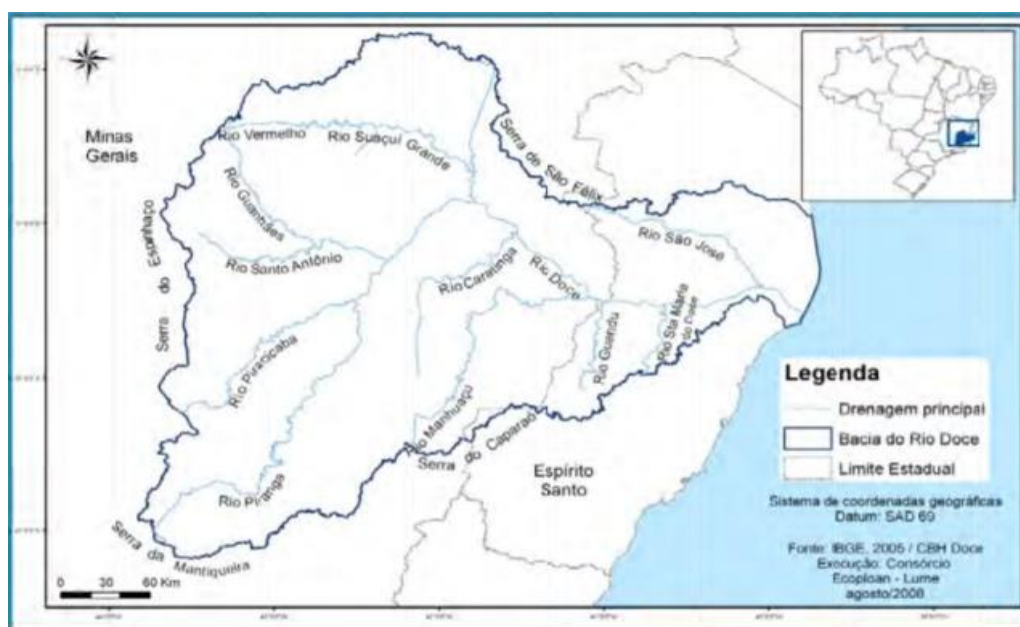
vago

2. Conhecimento da bacia do Doce e do Plano Integrado de Recursos Hídricos - PIRH

Características gerais da bacia

A Bacia Hidrográfica do Rio Doce possui área de drenagem de 86.715 quilômetros quadrados, dos quais 86% estão no Leste mineiro e 14% no Nordeste do Espírito Santo. Em Minas, é subdividida em seis Unidades de Planejamento e Gestão dos Recursos Hídricos (UPGRHs), às quais correspondem as seguintes sub-bacias e seus respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica (CBHs): Rio Piranga (DO1), Rio Piracicaba (DO2), Rio Santo Antônio (DO3), Rio Suaçuí (DO4), Rio Caratinga (DO5), Rio Manhuaçu (DO6). No Espírito Santo, não há subdivisões administrativas, existindo CBHs dos Guandu, Santa Joana, Santa Maria do Doce, Pontões e Lagoas do Rio Doce e Barra Seca e Foz do Rio Doce.

O Rio Doce tem extensão de 879 quilômetros e suas nascentes estão em Minas, nas Serras da Mantiqueira e do Espinhaço. O relevo da bacia é ondulado, montanhoso e acidentado. No passado, uma das principais atividades econômicas foi a extração de ouro, que determinou a ocupação da região e, ainda hoje, o sistema de drenagem é importante em sua economia, fornecendo água para uso doméstico, agropecuário, industrial e geração de energia elétrica. Os rios da região funcionam, ainda, como canais receptores e transportadores de rejeitos e efluentes.



A população da Bacia do Rio Doce, estimada em torno de 3,5 milhões de habitantes, está distribuída em 228 municípios, sendo 200 mineiros e 28 capixabas. Mais de 85% desses municípios têm até 20 mil habitantes e cerca de 73% da população total da bacia concentra-se na área urbana, segundo dados de 2007. Nos municípios com até 10 mil habitantes, 47,75% da população vive na área rural. As bacias do Piranga e do Piracicaba, com o maior Produto Interno Bruto (PIB) industrial, concentram aproximadamente 48% da população total.

A atividade econômica na área é diversificada. Na agropecuária, lavouras tradicionais, cultura de café, cana de açúcar, criação de gado de corte e leiteiro, suinocultura, dentre outras.

Na agroindústria, sobretudo a produção de açúcar e álcool. A região possui o maior complexo siderúrgico da América Latina, ao qual estão associadas empresas de mineração e reflorestadoras. Destacam-se, ainda, indústrias de celulose e laticínios, comércio e serviços voltados aos complexos industriais, bem como geração de energia elétrica, com grande potencial de exploração.

Possuindo rica biodiversidade, a Bacia do Rio Doce tem 98% de sua área inserida no bioma de Mata Atlântica, um dos mais importantes e ameaçados do mundo. Os 2% restantes são de Cerrado. Pode ser considerada privilegiada, ainda, no que se refere à grande disponibilidade de recursos hídricos, mas há desigualdade entre as diferentes regiões da bacia.

No Estado de Minas Gerais, a bacia do rio Doce é subdividida em 06 (seis) Unidades de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos - UPGRH, já na parte da bacia situada no Espírito Santo inexistem subdivisões administrativas. Entretanto, têm-se os Comitês da Bacia do Rio Santa Maria do Doce, do rio Guandu e do rio São José. Este último incorpora a bacia do rio Pancas e também a região da Barra Seca, mostrado na figura abaixo.



Unidades	Comitês de Bacia
Federal	CBH Doce
Estadual	Minas Gerais
	UPGRH - DO1 CBH do rio Piranga
	UPGRH - DO2 CBH do rio Piracicaba
	UPGRH - DO3 CBH do rio Santo Antonio
	UPGRH - DO4 CBH do rio Suaçuí
	UPGRH - DO5 CBH do rio Caratinga
	UPGRH - DO6 CBH Águas do rio Manhuaçu
Estadual	Espírito Santo
	CBH do rio Guandu
	CBH do rio Santa Maria do Doce
	CBH do rio São José

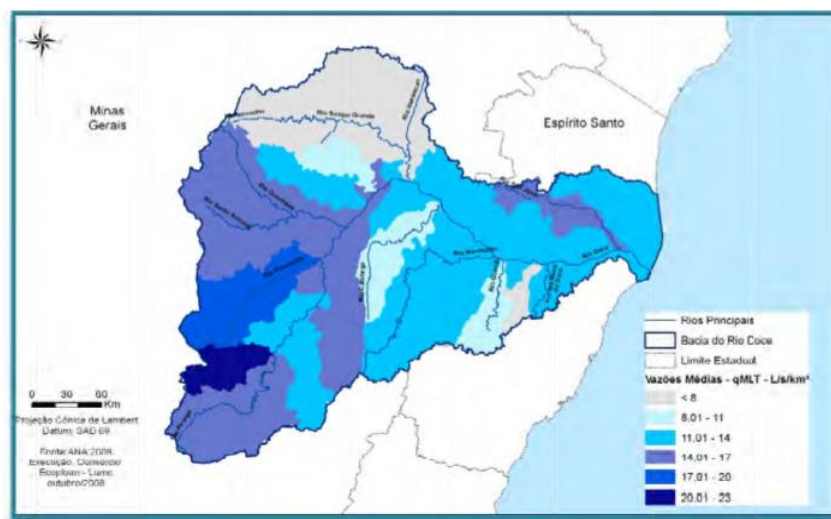
Dados gerais das unidades de gestão de recursos hídricos

Nº	Unidade de gestão de recursos hídricos	Nº de sedes municipais	População total estimada na bacia (IBGE 2010)	% População total na bacia	Área dos municípios na unidade (km ²)	% Área na bacia	População/área habitante/km ²
1	UGRH1 Piranga	62	701.842	20,46%	17.580	20,27%	39,92
2	UGRH2 Piracicaba	17	754.085	21,98%	5.684	6,55%	132,67
3	UGRH3 Santo Antonio	23	187.488	5,47%	10.759	12,40%	17,43
4	UGRH4 Suaçuí	41	604.250	17,61%	21.549	24,84%	28,04
5	UGRH5 Caratinga	25	284.347	8,29%	6.684	7,71%	42,54
6	UGRH6 Manhuaçu	23	321.094	9,36%	9.191	10,60%	34,94
7	UGRH7 Guandu	4	81.155	2,37%	2.474	2,85%	32,80
8	UGRH8 Santa Maria do Doce	3	109.243	3,18%	3.066	3,53%	35,63
9	UGRH9 São José	13	387.169	11,29%	9.750	11,24%	39,71
		211	3.430.673	100,00%	86.737	100,00%	39,55

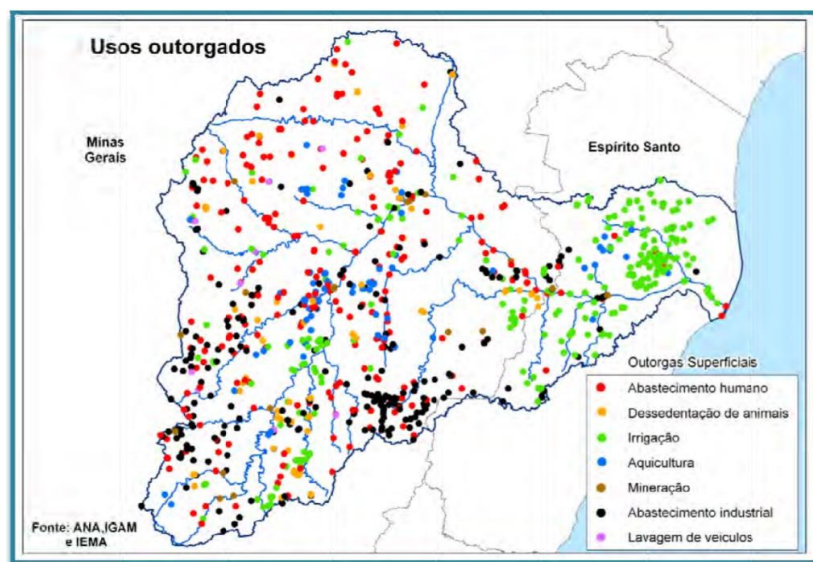
Situação dos recursos hídricos

Em termos de disponibilidade de recursos hídricos, a bacia do rio Doce pode ser considerada privilegiada dentro contexto nacional. Observa-se, que as maiores vazões específicas não estão associadas às maiores áreas de drenagem e sim a um conjunto de características relacionadas, entre outras coisas, ao tipo de solo da bacia e ao regime de chuvas.

A vazão específica indica regiões mais ou menos produtoras de água. Na bacia do rio Doce, a vazão específica varia de 8 L/s.km², na sub-bacia do rio Suaçuí Grande, até mais de 22 L/s.km², na sub-bacia do rio do Carmo, sendo a média da bacia igual a 11 L/s.km².

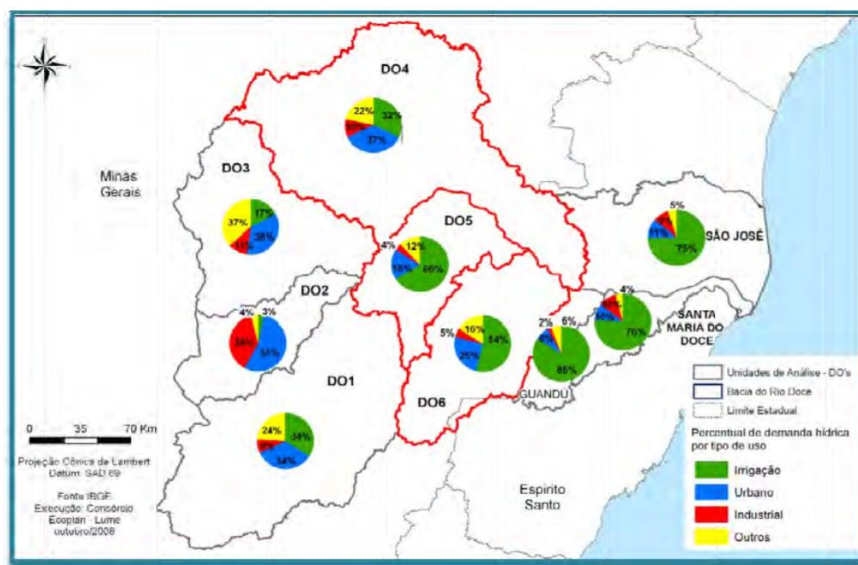


O panorama das principais atividades econômicas nos dá uma ideia do uso dos recursos hídricos em toda a bacia indicando aqueles que são preponderantes em determinadas regiões. Assim de acordo com os dados de outorga de captação de água o maior uso do recurso se refere ao abastecimento industrial nas regiões do rio Piracicaba e Santo Antônio (UPGRH DO2 e DO3, respectivamente), cujas vazões outorgadas são as mais elevadas da bacia.



Situação dos recursos hídricos

Sobre a distribuição das demandas, tem-se que a retirada de água para irrigação representa mais de 75% do volume atualmente explotado na bacia do rio Doce. Estas retiradas são mais expressivas no curso do baixo Doce, nas bacias dos rios São José e Santa Maria do Doce. Percebe-se nas bacias do Piracicaba (DO2) e Piranga (DO1) as demandas de abastecimento humano são mais expressivas. As demandas para abastecimento industrial são bastante concentradas na bacia do Piracicaba.



O balanço hídrico demonstra uma situação favorável em praticamente toda a bacia, havendo uma situação desfavorável nas sub-bacias dos rios Pancas e Santa Joana, no Espírito Santo. Isto indica que o restante da bacia não encontra restrições de uso da água, podendo atender adequadamente aos seus usos consuntivos preponderantes, ao se considerar uma situação normal de vazão na bacia.

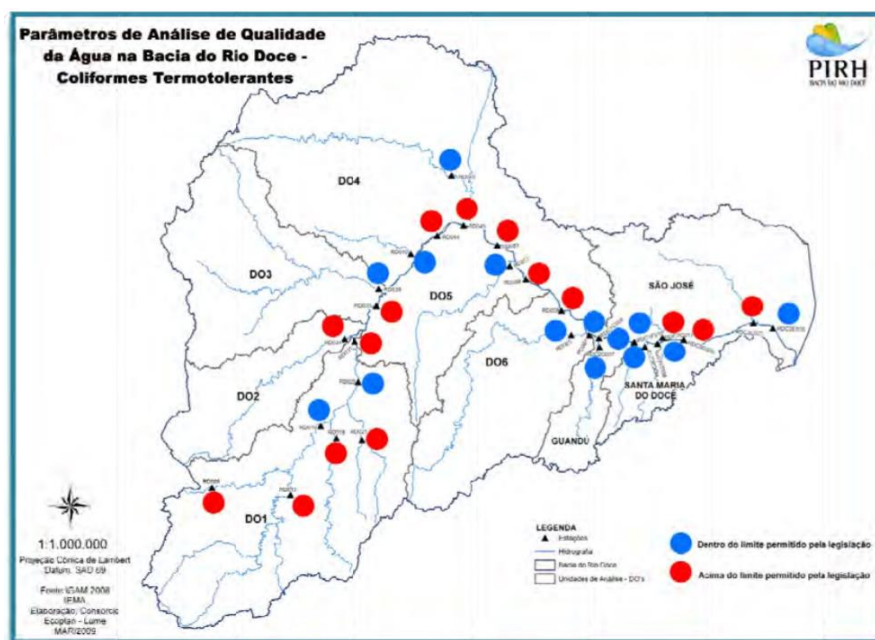
Dentro deste contexto, a qualidade da água apresenta um dos principais aspectos de vulnerabilidade da bacia do rio Doce, no que diz respeito ao pleno aproveitamento dos seus recursos hídricos. A bacia apresenta alguns fatores que são determinantes na ocorrência de contaminações pontuais e difusas, tais como:

- Lançamento de efluentes domésticos "in natura" de esgotos sanitários, sem o devido tratamento, causando a contaminação por coliformes termotolerantes;
- Disposição inadequada de resíduos sólidos, pela geração de chorume e carreamento dos mesmos aos corpos hídricos;
- Efluentes industriais, pelo lançamento de carga orgânica e contaminantes tóxicos de natureza distintas;
- Uso inadequado do solo, propiciando a erosão e carreamento de sedimentos, tremendamente potencializado pelas condições climáticas, onde predominam

Situação dos recursos hídricos

As análises de qualidade de água evidenciam que o parâmetro relacionado a coliformes termotolerantes é o que apresenta o maior índice de ultraassagem dos limites estabelecidos para o padrão classe 2.

As análises de qualidade de água, em todos os pontos observados, apresentam parâmetros elevados para o padrão classe 2, relacionados à erosão do solo (turbidez, sólidos suspensos) bem como compostos derivados da degradação de insumos agrícolas (fósforo, cobre e manganês), também relacionado com a erosão do solo.



Visão de futuro - prognóstico

A análise prognóstica constitui uma atividade essencial no planejamento da gestão dos recursos hídricos de uma bacia hidrográfica. Ela pressupõe a composição de um cenário futuro, como forma de antever a evolução do quadro de disponibilidades e qualidade das águas na bacia, em um horizonte de tempo previamente definido. Esta análise oferece, basicamente, uma ferramenta de projeção da tendência atual para o futuro, não devendo ser tomado como uma previsão, mas como um instrumento de prospecção e planejamento.

De posse das disponibilidades hídricas, confrontadas com as demandas futuras, é possível identificar situações críticas de déficit hídrico nas sub-bacias analisadas. O resultado do balanço é o saldo hídrico, cujos valores negativos representam as quantidades de água a serem "ativadas", através da construção de novos reservatórios, da implantação de poços e/ou da importação de vazões de regiões vizinhas.

Os balanços foram calculados com base nos critérios de vazão máxima outorgável (Q_{out}), diferenciados de acordo com a região: 30% da $Q_{7,10}$ em Minas Gerais e 50% da $Q_{7,10}$ no Espírito Santo. Os saldos hídricos obtidos a partir dos balanços para a situação atual e para o ano de 2030, de cada um dos cenários analisados, estão mostrados no quadro a seguir.

Nº	Bacia	Cenário atual - 2008				Tendencial - 2030	
		$Q_{7,10}$	Q_{out}	Q_{ret}	Saldo	Q_{ret}	Saldo
1	Piranga	32,00	9,60	1,28	8,32	1,48	8,12
2	Carmo	21,30	6,39	1,30	5,09	2,59	3,80
3	Casca	8,09	2,43	0,61	1,82	0,59	1,84
4	Matipó	7,23	2,17	0,39	1,78	0,37	1,80
5	Piracicaba	29,90	8,97	3,88	5,09	7,31	1,66
6	Santo Antônio	46,70	14,01	0,79	13,22	0,71	13,30
7	Corrente Grande	9,40	2,82	0,25	2,57	0,22	2,60
8	Suaçuí Pequeno	5,25	1,58	0,17	1,41	0,11	1,47
9	Suaçuí Grande	20,40	6,12	1,43	4,69	1,03	5,09
10	Caratinga	5,83	1,75	1,16	0,59	1,25	0,50
11	Manhuaçu	23,10	6,93	1,98	4,95	2,00	4,93
12	Guandu	5,16	2,58	1,44	1,14	1,80	0,78
13	Santa Joana	0,78	0,39	0,88	-0,49	1,53	-1,14
14	Pancas	0,98	0,49	0,57	-0,08	1,24	-0,75
15	São José	2,75	1,38	1,34	0,03	3,51	-2,14
16	Barra Seca	14,90	7,45	4,49	2,96	12,50	-5,05

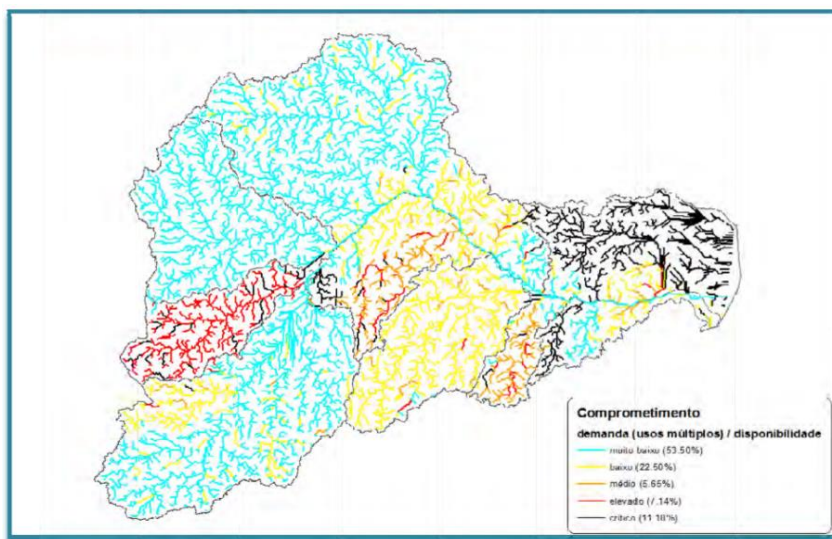
No cenário atual, apenas as sub-bacias do Santa Joana e Pancas apresentam déficit hídrico, embora os valores resultantes sejam relativamente baixos, de 0,49 e 0,08 m³/s, respectivamente. Estes déficits são facilmente supridos com medidas simples de aumento de disponibilidade, tais como captação subterrânea ou regularização de vazão através de barramentos, coadjuvados por medidas de contenção de demandas, como uso racional da água, controle de perdas, etc.

Visão de futuro - prognóstico

Ao se projetar o saldo hídrico para o ano de 2030, os déficits hídricos passaram a ocorrer também nas bacias dos rios São José e na região da Barra Seca, na porção baixa da bacia do rio Doce, resultado da elevação estimada das demandas para a irrigação. Nas sub-bacias mineiras, que ocorrem na parte superior e média da bacia do Doce, não se observam déficits hídricos, embora o saldo hídrico sofra considerável redução na sub-bacia do Piracicaba, pois ali se concentram os principais núcleos urbanos e o pólo industrial da região.

Ao se analisar o saldo por segmento, através da modelagem matemática, observa-se que, mesmo em sub-bacias onde o saldo hídrico é positivo, ocorrem pontos com comprometimentos críticos (demanda supera a disponibilidade) no horizonte 2030. Esta situação ocorre nas sub-bacias dos rios Piracicaba (notadamente próximo à região metropolitana de Ipatinga), Piranga e Caratinga, na região mineira, e na sub-bacia do Guandu no Espírito Santo.

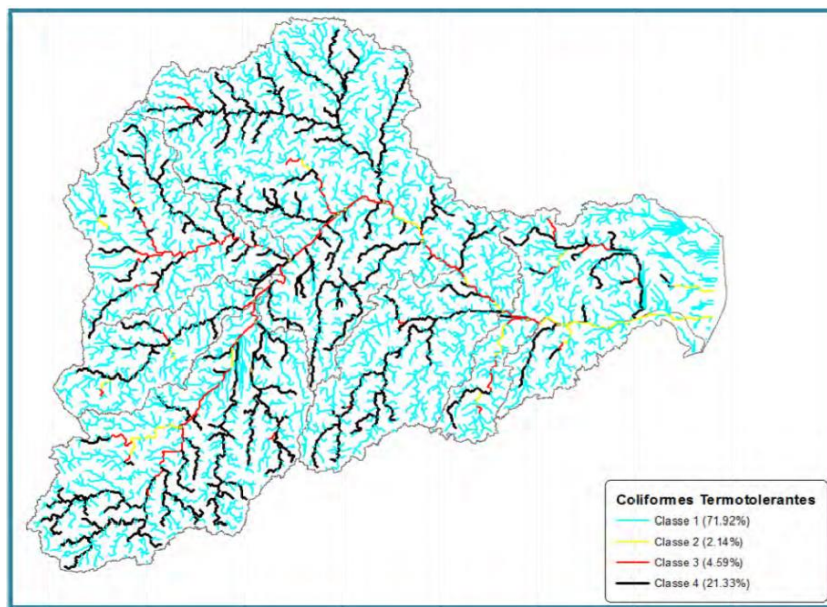
Estes resultados apontam para a necessidade de projetar intervenções localizadas mesmo em bacias onde o balanço hídrico, calculado globalmente, apresente resultado positivo.



No tocante à qualidade da água, tomando coliformes termotolerantes como parâmetro, indicador relacionado à carga de esgotos sanitários lançada nos rios, percebe-se que, para o ano de 2030, com a entrada em operação das estações de tratamento já planejadas na bacia, inclusive das grandes cidades, uma parte considerável dos trechos de rios enquadram-se nas Classes 3 e 4.

Na bacia do rio Doce, são poucas as estações de tratamento existentes. Embora as principais cidades da bacia (Ipatinga, Governador Valadares e Colatina) situem-se junto a calha principal do rio, o impacto sobre a qualidade de água é minimizado pela maior vazão do rio no local. Em praticamente todas as sub-bacias do rio Doce, a combinação de baixas vazões e concentração populacional condiciona a ocorrência de condições mais críticas.

Visão de futuro - prognóstico



Objetivos gerais do PIRH em relação aos temas norteadores

Desta maneira, ao final do período de aplicação do PIRH Doce, o que se deseja para a Bacia, em linhas gerais, segundo os temas norteadores, é:

I) Qualidade da água

Melhoria gradativa da qualidade da água nos trechos mais críticos;
Atendimento ao enquadramento;

II) Quantidade de água - balanços hídrico

Atingir um cenário onde não ocorram déficits hídricos, com atendimento aos usos consuntivos;
Eliminar e gerenciar as situações de conflito de uso, durante todo o ano, predominando os usos mais nobres;

III) Suscetibilidade a enchentes

Redução de danos quando da ocorrência de enchentes;

IV) Universalização do saneamento

Melhoria dos indicadores de saneamento (tratamento de esgotos, resíduos sólidos e drenagem urbana);

V) Incremento de áreas legalmente protegidas

Aumentar o valor de 10% das áreas sob proteção formal (unidades de Conservação e áreas de Preservação Permanente), com pelo menos uma unidade de conservação de proteção integral em cada bacia afluenta;
Instituir uma ação consistente de recomposição de APP na área da bacia;

VI) Implementação dos instrumentos de gestão de recursos hídricos

Implementação de todos os Instrumentos de Gestão dos Recursos Hídricos (plano de bacia, enquadramento, outorga, cobrança, sistema de informações);

VII) Implementação das ações do PIRH Doce

Estabelecer uma estrutura organizacional (material, recursos humanos e de procedimentos) que dê suporte ao gerenciamento das ações do PIRH Doce.

Plano Integrado de Recursos Hídricos - PIRH Doce

P11	Programa de saneamento da bacia
P12	Programa de controle de atividades geradoras de sedimentos
P13	Programa de apoio ao controle de efluentes em pequenas e micro empresas
P21	Programa de incremento de disponibilidade hídrica
P22	Programa de incentivo ao uso racional da água na agricultura
P23	Programa de redução de perdas no abastecimento público de água
P24	Implementação do programa "Produtor de Água"
P25	Ações de convivência com a seca
P25.a	Estudos para avaliação dos efeitos das possíveis mudanças climáticas globais nas relações entre disponibilidades e demandas hídricas e proposição de medidas adaptativas
P31	Programa de convivência com as cheias
P41	Programa de universalização do saneamento
P42	Programa de expansão do saneamento rural
P51	Programa de avaliação ambiental para definição de áreas com restrição de uso
P51.a	Projeto de restrição de uso das áreas de entorno de aproveitamentos hidrelétricos
P52	Programa de Recomposição de APP's e nascentes
P52.a	Projeto de recuperação de lagoas assoreadas e degradadas
P61	Programa de monitoramento e acompanhamento da implementação da gestão integrada dos recursos hídricos
P61.1	Sub-programa: cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da sub-bacia
P61.2	Sub-programa: fortalecimento dos comitês na bacia segundo o arranjo institucional elaborado no âmbito do plano e objetivando a consolidação dos sistemas estaduais de gerenciamento de recursos hídricos
P61.3	Sub-programa: gestão de águas subterrâneas
P61.4	Sub-programa: revisão e harmonização dos critérios de outorga
P61.a	Projeto de desenvolvimento de um sistema de informações sobre recursos hídricos da bacia do rio Doce
P61.b	Estudos complementares para elaboração de proposta de enquadramento dos corpos d'água
P61.c	Projeto diretrizes para a gestão da região do delta do rio Doce, assim como da região da Planície Costeira do Espírito Santo na bacia do rio Doce
P61.d	Projeto de consolidação de mecanismos de articulação e integração da fiscalização exercida pela ANA, IGAM e IEMA na bacia
P61.e	Projeto de avaliação da aceitação de cobrança

Plano Integrado de Recursos Hídricos - PIRH Doce

P62	Programa de monitoramento dos recursos hídricos
P62.1	Sub-programa de levantamentos de dados para preenchimento de falhas ou lacunas de informações constatadas no Diagnóstico da Bacia
P71	Programa de comunicação do programa de ações
P72	Programa de educação ambiental
P73	Programa de treinamento e capacitação

Cor	Hierarquia
	1
	2
	3
	4
	5

Detalhamento dos programas - PIRH Doce

São considerados prioritários, para fins de execução no período de 2016 a 2020, os seguintes programas constantes do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – PIRH e Planos de Ações de Recursos Hídricos das Bacias Afluentes – PARHs Doce e **PAP REVISADO**

1 - PROGRAMAS DE SANEAMENTO

P11 Programa de saneamento da bacia

Programa de Saneamento da Bacia: elaboração de projetos para sistemas de coleta e tratamento de esgotos domésticos dos núcleos populacionais da bacia.

P41 Programa de universalização do saneamento

Contempla o apoio à elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) e a elaboração de projetos para otimização de sistemas de abastecimento de água. (Redação dada pela Deliberação nº 81/2019)

P42 Programa de expansão do saneamento rural

Implantação de sistemas de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto para população rural, com aproveitamento racional e disposição adequada dos resíduos coletados.

2 PROGRAMAS HIDROAMBIENTAIS

P12 Programa de controle de atividades geradoras de sedimentos

Elaboração de diagnóstico específico, com mapeamento, identificação a campo, caracterização de processos erosivos e proposta de remediação de áreas degradadas geradoras de sedimentos, especialmente os relativos às estradas vicinais e caminhos de serviço das propriedades rurais.

P21 Programa de incremento de disponibilidade hídrica

Consiste no projeto, avaliação ambiental e de viabilidade de propostas de armazenamento, regularização e atendimento das demandas atuais e projetadas nas sub-bacias onde o balanço entre demanda atual e projetada e a oferta de água apresenta uma situação deficitária e que não pode ser corrigida com medidas não estruturais, devendo ser implantado prioritariamente nas sub-bacias dos rios Pancas, Santa Joana, São José, Santa Maria do Doce e região hidrográfica da Barra Seca e pontualmente nas sub-bacias do Piracicaba, Caratinga e Guandu.

P22 Programa de incentivo ao uso racional da água na agricultura

Identificação de áreas irrigadas em trechos críticos e de áreas com potencial de poluição devido ao beneficiamento de produtos agrícolas para o incentivo à adoção de práticas de conservação e uso racional de água na agricultura.

Detalhamento dos programas - PIRH Doce

P52 Programa de Recomposição de APP's e nascentes

Levantamento de áreas críticas e prioritárias para recomposição ou adensamento de matas ciliares e de topos de morro, além de caracterização e recuperação de nascentes e áreas degradadas de sub-bacias piloto.

3 PROGRAMAS TRANSVERSAIS/OUTROS

P61 Programa de monitoramento e acompanhamento da implementação da gestão integrada dos recursos hídricos

Subprograma Cadastramento e Manutenção do Cadastro dos Usos e dos Usuários de Recursos Hídricos da Bacia (P61.1). Subprograma que contempla o fortalecimento dos comitês da bacia segundo o modelo de arranjo institucional elaborado para a bacia (P61.2).

P61.1 Sub-programa: cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da sub-bacia

P61.2 Sub-programa: fortalecimento dos comitês na bacia segundo o arranjo institucional elaborado no âmbito do plano e objetivando a consolidação dos sistemas estaduais de gerenciamento de recursos hídricos

P71 Programa de comunicação do programa de ações

Efetivação de um Plano de Comunicação Social para dar visibilidade às ações e conteúdos do PIRH/PARHs de forma a facilitar a comunicação entre os diversos atores do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos com a sociedade e criar um ambiente favorável ao atendimento das metas propostas.

Produção e divulgação de peças de comunicação (tais como, folders impressos e eletrônicos, notícias, audiovisuais), incluindo materiais específicos para divulgação dos programas do PAP considerando o público alvo de cada um.

Registro e organização audiovisual dos eventos e do processo de implementação do PIRH/PARHs.

Sistema de avaliação sistemática do PIRH por meio de formulário de avaliação a ser preenchido por participantes dos eventos.

As cores são referentes aos critérios de hierarquização definidos no PIRH

Cor	Hierarquia
	1
	2
	3
	4
	5

Plano de trabalho em 2020

Nº	Metas, programas e ações priorizadas	Recursos R\$	%	Recurso Comprometido 2.020	Staus
1	PROGRAMAS DE SANEAMENTO	38.475.769	49,23%	10.858.852	
P11	Programa de Saneamento da Bacia	13.908.039	17,80%	1.250.000	Parado
P41	Programa de Universalização do Saneamento	19.955.730	25,54%	8.630.285	
	Elaboração de projetos para otimização de sistemas de abastecimento de água (SAA).	19.955.730		8.630.285	Em andamento
P42	Programa de Expansão do Saneamento Rural	4.612.000	5,90%	2.864.052	
	Elaboração de projetos de sistemas rurais de esgotamento sanitário.	4.612.000		2.864.052	Em andamento
2	PROGRAMAS HIDROAMBIENTAIS	32.909.162	42,11%	11.479.329	
P12	Programa de controle das atividades geradoras de sedimentos	10.174.710	13,02%	2.864.052	Em andamento
P22	Programa de incentivo ao uso racional de água na agricultura	4.337.100	5,55%	1.130.190	Em andamento
P52	Programa de recomposição de APPs e nascentes	18.397.352	23,54%	7.485.087	Em andamento
3	PROGRAMAS TRANSVERSAIS/OUTROS	6.763.836	8,66%	6.763.836	A contratar
	Apoio às atividades relacionadas à implementação dos Programas do PIRH - GERENCIADORA	1.000.000	1,28%	1.000.000	A contratar
	Apoio às atividades relacionadas à implementação dos Programas do PIRH - CAIXA	500.000	0,64%	500.000	A contratar
	Contratação de serviço de apoio operacional à secretaria executiva	500.000	0,64%	500.000	A contratar
P61	Programa de Monitoramento e Acompanhamento da Implementação da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos	2.937.547	3,76%	2.937.547	Em andamento
P71	Programa de Comunicação Social	1.794.846	2,30%	1.794.846	
	Criação e manutenção dos sites				A contratar
P72	Programa de Educação Ambiental	31.443	0,04%	31.443	Parado
TOTAL		78.148.767	100,00%	29.102.017	

Alocação dos recursos da união por metas, programas e ações prioritários

Nº	Metas, programas e ações prioritizadas	Especialização	Recursos R\$	%	2016 Realizado	2017 Realizado	2018 Realizado	2019 Comprometido	2020 Contratado	2020 A contratar	2020 Total	Recurso Comprometido	%	Recurso Livre	%
1	PROGRAMAS DE SANEAMENTO		38.475.769	49,20%	4.391.797	1.798.892	1.400.205	145.871	622.087	2.500.000	3.122.087	10.858.852	13,89%	27.616.918	35,32%
P11	Programa de Saneamento da Bacia:		13.908.039	17,79%	0	0	0	0	0	1.250.000	1.250.000	1.250.000	1,60%	12.658.039	16,19%
	Elaborar projetos para sistemas de coleta e tratamento de esgotos domésticos (SES).	toda a bacia	13.908.039		0	0	0	0	0	1.250.000	1.250.000	1.250.000		12.658.039	
P41	Programa de Universalização do Saneamento:		19.955.730	25,52%	4.391.797	1.676.912	875.356	7.406	428.815	1.250.000	1.678.815	8.630.285	11,04%	11.325.445	14,48%
	Apoio na elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB).	Para cada uma das 9 UGRH's	6.047.691		4.391.797	1.322.364	326.125	7.406	0	0	0	6.047.691		0	
	Elaboração de projetos para otimização de sistemas de abastecimento de água (SAA).	Para toda a bacia e UGRH1	13.908.039		0	354.548	549.231	0	428.815	1.250.000	1.678.815	2.582.595		11.325.445	
P42	Programa de Expansão do Saneamento Rural	Para cada uma das 9 UGRH's	4.612.000	5,90%	0	121.980	524.849	138.466	193.272	0	193.272	978.566	1,25%	3.633.434	4,65%
	Elaboração de projetos de sistemas rurais de esgotamento sanitário.	Para cada uma das 9 UGRH's	4.612.000		0	121.980	524.849	138.466	193.272	0	193.272	978.566		3.633.434	
2	PROGRAMAS HIDROAMBIENTAIS		32.909.162	42,08%	1.009.301	1.655.672	3.657.221	879.712	1.167.423	3.110.000	4.277.423	11.479.329	14,68%	21.429.833	27,40%
P12	Programa de controle das atividades geradoras de sedimentos		10.174.710	13,01%	0	278.065	1.177.310	316.135	432.541	660.000	1.092.541	2.864.052	3,66%	7.310.658	9,35%
	Controle das atividades geradoras de sedimentos	Para cada uma das 9 UGRH's	10.174.710		0	278.065	1.177.310	316.135	432.541	660.000	1.092.541	2.864.052		7.310.658	
P21	Programa de incremento de disponibilidade hídrica		0	0,00%	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%	0	0,00%
	Incremento de disponibilidade hídrica	Para as UGRHs 7 a 9	0		0	0	0	0	0	0	0	0		0	
P22	Programa de incentivo ao uso racional de água na agricultura		4.337.100	5,55%	654.492	225.698	0	0	0	250.000	250.000	1.130.190	1,45%	3.206.910	4,10%
	Incentivo ao uso racional de água na agricultura	Para as UGRHs 1, 4 a 9	4.337.100		654.492	225.698	0	0	0	250.000	250.000	1.130.190		3.206.910	
P52	Programa de recomposição de APPs e nascentes		18.397.352	23,53%	354.809	1.151.908	2.479.911	563.577	734.882	2.200.000	2.934.882	7.485.087	9,57%	10.912.265	13,95%
	Recomposição de APPs e nascentes	Para cada uma das 9 UGRH's	18.397.352		354.809	1.151.908	2.479.911	563.577	734.882	2.200.000	2.934.882	7.485.087		10.912.265	
3	PROGRAMAS TRANSVERSAIS/OUTROS		6.813.836	8,71%	1.705.821	1.283.123	477.375	397.517	0	2.950.000	2.950.000	6.813.836	8,71%	0	0,00%
	Atualização do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – PIRH e Planos de Ações de Recursos Hídricos das Bacias Afluentes – PARHs		50.000	0,06%	0	0	0	0	0	50.000	50.000	50.000	0,06%	0	0,00%
	Atualização do PIRH	toda a bacia	50.000		0	0	0	0	0	50.000	50.000	50.000		0	
	Apoio às atividades relacionadas à implementação dos Programas do PIRH		1.000.000	1,28%	0	0	0	0	0	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1,28%	0	0,00%
	Contratação de serviços de assessoria técnica especializada para apoio no gerenciamento e acompanhamento técnico das ações de responsabilidade do IBIO relacionadas aos programas relacionados às questões referenciais: I - Qualidade da água/enquadramento (P11 e P12) II - Disponibilidade de água/balanços hídricos de Saneamento (P22) IV - Universalização do saneamento (P41 e P42) V - Incremento de áreas legalmente protegidas (P52)		1.000.000		0	0	0	0	0	1.000.000	1.000.000	1.000.000		0	
	Apoio às atividades relacionadas à implementação dos Programas do PIRH		500.000	0,64%	0	0	0	0	0	500.000	500.000	500.000	0,64%	0	0,00%
	Serviços de acompanhamento por parte da Caixa Econômica Federal em apoio ao IBIO na elaboração de Termos de Referência para contratação de Projetos de Sistema de Coleta e Tratamento de Esgotos Domésticos [SES] e de Otimização de Sistemas de Abastecimento de Água [SAA] e acompanhamento, análise e validação dos serviços e produtos entregues pelas empresas projetistas, em atendimento ao Programa de Saneamento da Bacia (P11)" e ao Programa de Universalização do Saneamento (P41)	toda a bacia	500.000		0	0	0	0	0	500.000	500.000	500.000		0	
	Contratação de serviço de apoio operacional à secretaria executiva		500.000	0,64%	0	0	0	0	0	500.000	500.000	500.000	0,64%	0	0,00%
	Contratação de serviço de apoio operacional à secretaria executiva	Toda a bacia	500.000		0	0	0	0	0	500.000	500.000	500.000		0	

Alocação dos recursos da união por metas, programas e ações prioritários

Nº	Metas, programas e ações prioritizadas	Espacialização	Recursos R\$	%	2016 Realizado	2017 Realizado	2018 Realizado	2019 Comprometido	2020 Contratado	2020 A contratar	2020 Total	Recurso Comprometido	%	Recurso Livre	%
P61	Programa de Monitoramento e Acompanhamento da Implementação da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos		2.937.547	3,76%	1.172.969	841.903	135.092	387.584	0	400.000	400.000	2.937.547	3,76%	0	0,00%
	Promover fortalecimento dos comitês segundo o modelo de arranjo institucional elaborado para a bacia (P61.2) (Comitê de Integração/Planejamento anual das atividades dos comitês/ Encontro anual da bacia).	11 comitês	2.937.547		1.172.969	841.903	135.092	387.584	0	400.000	400.000	2.937.547		0	
P71	Programa de Comunicação Social		1.794.846	2,30%	508.465	434.165	342.282	9.934	0	500.000	500.000	1.794.846	2,30%	0	0,00%
	Produção e divulgação de peças de comunicação (tais como, folders impressos e eletrônicos, notícias, audiovisuais), incluindo materiais específicos para divulgação dos programas do PAP considerando o público alvo de cada um	Toda a bacia	1.794.846		508.465	434.165	342.282	9.934	0	500.000	500.000	1.794.846		0	
	Registro e organização audiovisual dos eventos e do processo de implementação do PIRH/PARHs.	Toda a bacia													
	Sistema de avaliação sistemática do PIRH por meio de formulário de avaliação a ser preenchido por participantes dos eventos.	Toda a bacia													
P72	Programa de Educação Ambiental		31.443	0,04%	24.387	7.056	0	0	0	0	0	31.443	0,04%	0	0,00%
	Implantação de um programa de educação ambiental	Toda a bacia	31.443		24.387	7.056	0	0	0	0	0	31.443		0	
TOTAL			78.198.767	100,00%	7.106.919	4.737.686	5.534.800	1.423.101	1.789.510	8.560.000	10.349.510	29.152.017	37,28%	49.046.751	62,72%

PAP REVISADO

Nº	Metas, programas e ações prioritizadas	Espacialização	Recursos R\$	%	Recurso Comprometido	%	Recurso Livre	%
1	PROGRAMAS DE SANEAMENTO		38.475.769	49,20%	10.858.852	13,89%	27.616.918	35,32%
P11	Programa de Saneamento da Bacia	Toda a bacia	13.908.039	17,79%	1.250.000	1,60%	12.658.039	16,19%
P41	Programa de Universalização do Saneamento	Toda a bacia e URGH1	19.955.730	25,52%	8.630.285	11,04%	11.325.445	14,48%
P42	Programa de Expansão do Saneamento Rural	Para cada uma das 9 UGRH's	4.612.000	5,90%	978.566	1,25%	3.633.434	4,65%
2	PROGRAMAS HIDROAMBIENTAIS		32.909.162	42,08%	11.479.329	14,68%	21.429.833	27,40%
P12	Programa de controle das atividades geradoras de sedimentos	Para cada uma das 9 UGRH's	10.174.710	13,01%	2.864.052	3,66%	7.310.658	9,35%
P21	Programa de incremento de disponibilidade hídrica		0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
P22	Programa de incentivo ao uso racional de água na agricultura	Para as UGRH's 1, 4 e 9	4.337.100	5,55%	1.130.190	1,45%	3.206.910	4,10%
P52	Programa de recomposição de APPs e nascentes	Para cada uma das 9 UGRH's	18.397.352	23,53%	7.485.087	9,57%	10.912.265	13,95%
3	PROGRAMAS TRANSVERSAIS/OUTROS		6.813.836	8,71%	6.813.836	8,71%	0	0,00%
	Atualização do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – PIRH e Planos de Ações de Recursos Hídricos das Bacias Afluentes – PARHs		50.000	0,06%	50.000	0,06%	0	0,00%
	Apoio às atividades relacionadas à implementação dos Programas do PIRH - GERENCIADORA		1.000.000	1,28%	1.000.000	1,28%	0	0,00%
	Apoio às atividades relacionadas à implementação dos Programas do PIRH - CAIXA		500.000	0,64%	500.000	0,64%	0	0,00%
	Contratação de serviço de apoio operacional à secretaria executiva		500.000	0,64%	500.000	0,64%	0	0,00%
P61	Programa de Monitoramento e Acompanhamento da Implementação da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos		2.937.547	3,76%	2.937.547	3,76%	0	0,00%
P71	Programa de Comunicação Social		1.794.846	2,30%	1.794.846	2,30%	0	0,00%
P72	Programa de Educação Ambiental		31.443	0,04%	31.443	0,04%	0	0,00%
TOTAL			78.198.767	100,00%	29.152.017	37,28%	49.046.751	62,72%

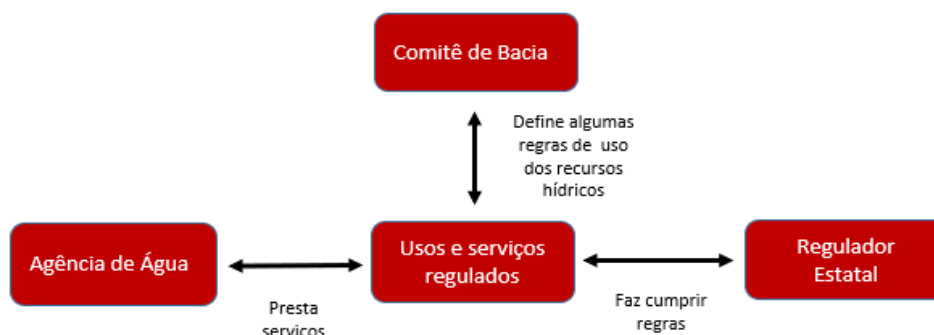
Resumo dos contratos vigentes

Nº/ano	Objeto	Origem do recurso	Município	Empresa contratada	Valor total	Valor pago	A desembolsar	% desembolsado	Data prevista de encerramento	Observação
35/2016	Ampliação SAA	ANA	Visçosa	Tecisan - Técnica de Engenharia Civil e Sanitária Ltda.	401.384,80	280.969,36	120.415,44	70%	mar/20	Produtos aprovados aguardando entrega impressa e pagamento final
36/2016	Novo SAA	ANA	Visçosa	Belba Engnheiros Consultores Ltda	514.000,00	205.600,00	308.400,00	40%	jun/20	Acordo judicial homologado retomada as atividades
SAA (P41)					915.384,80	486.569,36	428.815,44			
30/2017	Rio Vivo - Diagnósticos e projetos	ANA	Piranga	Consominas Engenharia Ltda	1.176.691,50	806.764,73	369.926,77	69%	jun/20	
33/2017	Rio Vivo - Diagnósticos e projetos	ANA	Santo Antonio	Consominas Engenharia Ltda	914.272,08	630.584,96	283.687,12	69%	jun/20	
38/2017	Rio Vivo - Diagnósticos e projetos	75% ANA 25% IGAM	Suaçui	Samenco Engenharia e Consultoria Ltda	770.408,73	344.827,57	425.581,16	45%	jun/20	Possibilidade de supressão dos produtos não entregues
40/2017	Rio Vivo - Fiscalização	ANA		Samenco Engenharia e Consultoria Ltda	228.789,51	105.355,60	123.433,91	46%	jun/20	Contrato com diminuição de ritmo, possibilidade de supressão
42/2017	Rio Vivo - Fiscalização	ANA		Samenco Engenharia e Consultoria Ltda	210.239,14	94.723,49	115.515,65	45%	jun/20	Contrato com diminuição de ritmo, possibilidade de supressão
4/2018	Rio Vivo - Fiscalização	ANA		Equilibrio Engenharia Ltda - ME	218.120,29	82.326,14	135.794,15	38%	jun/20	Contrato com diminuição de ritmo, possibilidade de supressão
Rio VIVO (P12, P42 e P52)					3.518.521,25	2.064.582,49	1.453.938,76			
TOTAL					5.349.290,85	3.037.721,21	2.311.569,64			

3. Papel da Agência

Papel da agência/entidade delegatária

A Lei Federal nº 9.433/1997, também conhecida como Lei das Águas do Brasil, traz o arranjo organizacional para a gestão dos recursos hídricos, tendo a bacia hidrográfica como território de atuação.



O Comitê de Bacia Hidrográfica – o mais novo organismo dentro da realidade administrativa brasileira para as águas. Esse colegiado busca reunir representantes dos usos da água na bacia para o debate e a decisão sobre as regras mais adequadas, visando a garantir o atendimento às necessidades atuais e das gerações futuras dos múltiplos usuários.

Outros dois tipos de organismo compõem o tripé básico do Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos (Singreh):

- o que cuida para que as regras de convivência entre os usos e usuários sejam respeitadas – normalmente um organismo estatal regulador;
- e a agência de água, que assessora os dois outros entes (no caso, o CBH e o organismo regulador) no exercício de suas funções, garante o funcionamento rotineiro do comitê, apoia o sistema no exercício de funções técnicas, elabora estudos para a construção de propostas para a regulação dos usos e executa, direta ou indiretamente, ações estruturais ou ações não estruturais.

Em 2004, com a promulgação da Lei Federal nº 10.881, foi criada a possibilidade de que organismos privados sem fins lucrativos exercessem funções de agência de água. Tal solução está presente na maioria das bacias hidrográficas interestaduais, em que existe CBH e está em operação a cobrança pelo uso dos recursos hídricos.

A agência de água deve prestar apoio ao Singreh no âmbito da bacia hidrográfica. Geralmente denominada “braço técnico” do CBH, estende sua atuação aos aspectos administrativos e financeiros e às atividades de articulação no âmbito de um modelo de gestão sistêmica e compartilhada dos recursos hídricos.

Papel da agência/entidade delegatária

As atribuições das agências de água são locais, técnicas e multiespecializadas, além de terem que manter contínuo apoio ao funcionamento do comitê da respectiva bacia. Portanto, deve articular sinergicamente suas funções para que as decisões tomadas sejam adequadamente embasadas em estudos técnicos, permitindo a harmonização dos usos da água na bacia.

Como definido na Lei das águas, apresentamos a seguir o art. 44 com as competências das agências de água e que são executadas pelas entidades delegatárias, com excessão do item III, grifado.

Art. 44. Compete às Agências de Água, no âmbito de sua área de atuação :

- I - manter balanço atualizado da disponibilidade de recursos hídricos em sua área de atuação;
- II - manter o cadastro de usuários de recursos hídricos;
- ~~III - efetuar, mediante delegação do outorgante, a cobrança pelo uso de recursos hídricos;~~
- IV - analisar e emitir pareceres sobre os projetos e obras a serem financiados com recursos gerados pela cobrança pelo uso de recursos hídricos e encaminhá-los à instituição financeira responsável pela administração desses recursos;
- V - acompanhar a administração financeira dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos em sua área de atuação;
- VI - gerir o Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos em sua área de atuação;
- VII - celebrar convênios e contratar financiamentos e serviços para a execução de suas competências;
- VIII - elaborar a sua proposta orçamentária e submetê-la à apreciação do respectivo ou respectivos Conselhos de Bacia Hidrográfica;
- IX - promover os estudos necessários para a gestão dos recursos hídricos em sua área de atuação;
- X - elaborar o Plano de Recursos Hídricos para apreciação do respectivo Comitê de Bacia Hidrográfica;
- XI - propor ao respectivo ou respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica:
 - a) o enquadramento dos corpos de água nas classes de uso, para encaminhamento ao respectivo Conselho Nacional ou Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, de acordo com o domínio destes;
 - b) os valores a serem cobrados pelo uso de recursos hídricos;
 - c) o plano de aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos;
 - d) o rateio de custos das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo.

Obrigações da entidade delegatária

A ENTIDADE deverá, de acordo com o estabelecido no Contrato de Gestão, nas deliberações do CBH-Doce, exercer as seguintes atribuições na área de abrangência da bacia hidrográfica do rio Doce:

- a) aquelas previstas nos incisos I a XI do art. 44 da Lei Federal nº 9.433/1997, com exceção do inciso III, conforme estabelecido no Contrato de Gestão a ser celebrado com a Agência Nacional de Águas – ANA, com anuência do CBH-Doce;
- b) exercer a função de Secretaria-Executiva do CBH-Doce, prestando-lhe apoio técnico, administrativo e financeiro necessários ao seu funcionamento;
- c) propor ao CBH-Doce medidas para o contínuo aperfeiçoamento do gerenciamento de recursos hídricos no âmbito da bacia hidrográfica do rio Doce;
- d) franquear à ANA e ao CBH-Doce todos os dados e informações de que disponha visando à transparência e ao controle social de suas ações e atividades;
- e) encaminhar à ANA e ao CBH-Doce, nos prazos estabelecidos pela ANA, o relatório sobre a execução do Contrato de Gestão a ser celebrado com a ANA, bem como a prestação de contas dos recursos recebidos;
- f) cumprir os procedimentos específicos, editados pela ANA, para seleção e recrutamento de pessoal, bem como para compras e contratação de obras e serviços, a serem custeados com os recursos financeiros provenientes do Contrato de Gestão, observando-se os princípios da eficiência, da legalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade e da impessoalidade;
- g) administrar os bens móveis e imóveis a ela cedidos para a consecução dos objetivos e metas previstos no Contrato de Gestão a ser celebrado com a ANA;
- h) apoiar o CBH-Doce na articulação com a ANA, com os órgãos gestores estaduais de recursos hídricos de Minas Gerais e do Espírito Santo e com os organismos de bacia instituídos no âmbito da Bacia Hidrográfica do rio Doce, visando à gestão integrada dos recursos hídricos;
- i) instalar sede na Bacia, em local e prazo a serem definidos pelo CBH-Doce, em articulação com a ANA e com os órgãos gestores estaduais de recursos hídricos de Minas Gerais e do Espírito Santo;
- j) compor e manter um quadro mínimo para secretaria executiva do CBH-Doce, ver item 6. Estudo de pessoal;
- k) atuar na captação de recursos financeiros e oportunidades de investimentos em planos, programas e projetos com vista à melhoria da qualidade e quantidade das águas da bacia;
- l) apoiar o CBH-Doce nas articulações junto ao sistema CIF.
- m) cumprir a Resolução ANA nº 122, de 16 de dezembro de 2019, ou sua sucedânea, para as compras e a contratação de obras e serviços com recursos provenientes da cobrança para cumprimento do Contrato de Gestão, conforme previsto no art. 9º da Lei Federal nº 10.881, de 2004.

Obrigações da entidade delegatária

- n) elaborar e apresentar à ANA, relatório sobre a execução do Contrato de Gestão, inclusive prestação de contas correspondente ao exercício financeiro anual, de acordo com as normas pertinentes.
- o) capacitar os seus dirigentes e demais funcionários, no que concerne às normas a serem atendidas, à prestação de contas e à execução dos Contratos de Gestão, antes do início efetivo das suas atividades. Para tanto poderão contar com o apoio da ANA.

Termo de compromisso para a execução da Agenda Anual de Atividades do CBH-DOCE

Na função de secretaria executiva do CBH-Doce, a ENTIDADE é responsável pelo suporte administrativo para o funcionamento do colegiado. Deve, para isso, organizar as reuniões, efetuar a divulgação prévia de estudos subsidiários às tomadas de decisão, comunicá-las à sociedade e manter atualizada e disponível informação sobre a execução dessas deliberações.

A ENTIDADE compromete-se a executar a Agenda Anual de Atividades do CBH-Doce, de acordo com a proposta orçamentária elaborada pela ENTIDADE e aprovada por Deliberações do CBH-Doce, desenvolvendo todas as ações operacionais necessárias à sua realização, na vigência do Contrato de Gestão.

Entre as atividades de apoio ao Comitê está a organização de reuniões para as suas instâncias além de eventos em geral, conforme procedimentos abaixo:

- a) apoio na elaboração de proposta de pauta, local, dia, horário, infraestrutura, entre outras definições, necessários à realização de cada evento;
- b) apoio na elaboração dos materiais necessários às discussões nos eventos;
- c) mobilização e convocação dos participantes com envio do material necessário;
- d) administração dos aspectos relativos ao transporte e diárias necessários à participação nos eventos;
- e) administração dos aspectos relativos à infraestrutura para a realização dos eventos;
- f) registro e documentação;
- g) apoio na elaboração e divulgação dos resultados e efetivação dos encaminhamentos.

Deverão fazer parte dos trabalhos de rotina da ENTIDADE os apoios administrativos, técnicos, logísticos e operacional aos eventos promovidos pelo CBH-Doce, além da manutenção do sítio eletrônico do Comitê, divulgação de notícias e comunicação social, organização dos arquivos internos, zelo pelo cumprimento dos regimentos internos, manutenção de assessoria jurídica e outros atos próprios de apoio ao Comitê.

A ENTIDADE como agente técnico do CBH-DOCE

Sua atuação pressupõe criatividade e efetivação de resultados, que devem ser traduzidas na transparência das ações, na robustez técnica das suas propostas e na prestação sistemática de contas à sociedade da bacia. As principais atribuições técnicas das agências estão reunidas no art. 44 da Lei das Águas e são a seguir descritas e detalhadas:

- I - manter balanço atualizado da disponibilidade de recursos hídricos em sua área de atuação:
informações sobre a oferta de água nos corpos hídricos na bacia e seu comportamento durante o ano hidrológico, bem como os usos previstos para essas águas, sem dissociação dos aspectos relativos à quantidade e à qualidade. O balanço hídrico determina, assim, sazonal e territorialmente, a situação atual dos corpos d'água, permitindo o planejamento futuro dos seus usos.
- II - manter o cadastro de usuários de recursos hídricos:
administração de banco de dados de usos e usuários, incluindo sua localização, as características quantitativas e qualitativas dos usos, a sazonalidade e a eficiência dos usos, bem como informações necessárias à formalização e ao controle dos usuários.
- IV - analisar e emitir pareceres sobre os projetos e obras a serem financiados com recursos gerados pela cobrança pelo uso de recursos hídricos e encaminhá-los à instituição financeira responsável pela administração desses recursos:
a agência de água deve arrecadar ou receber do organismo arrecadador os recursos oriundos da cobrança pelo uso, de acordo com as específicas legislações federais ou estaduais, e, a partir de então, administrá-los e transferi-los, caso assim definido, a terceiros, bem como acompanhar a execução das ações e elaborar prestação de contas;
- VI - gerir o Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos em sua área de atuação:
implantação e manutenção de sistema de informações para a coleta, tratamento, armazenamento e recuperação das informações relativas aos usos, entre as quais: ações regulatórias, estruturais e não estruturais previstas e executadas para os recursos hídricos; situação e funcionamento do sistema de gerenciamento; recursos técnicos, institucionais e financeiros disponíveis para as ações; relatório sobre a situação das águas; e avaliação das ações desenvolvidas;
- VIII - elaborar a sua proposta orçamentária e submetê-la à apreciação do respectivo ou respectivos Conselhos de Bacia Hidrográfica:
pode se diferenciar do plano de aplicação caso haja recursos oriundos de outras fontes disponibilizados à agência ou pela definição prévia de que despesas não precisam estar contidas no plano de aplicação;
- IX - promover os estudos necessários para a gestão dos recursos hídricos em sua área de atuação:
elaborar o Plano de Recursos Hídricos - elaboração de diagnóstico sobre os recursos hídricos, estudos prospectivos com diferentes cenários futuros.

A ENTIDADE como agente técnico do CBH-DOCE

Assim como propostas de ações e correspondente plano de implementação, visando à solução de problemas existentes ou esperados, em que constem, inclusive, etapas de monitoramento e avaliação dos resultados de sua execução.

XI - propor ao respectivo ou respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica:

- a) o enquadramento dos corpos de água nas classes de uso, para encaminhamento ao respectivo Conselho Nacional ou Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, de acordo com o domínio destes;

estabelecimento de metas de qualidade para a água, a ser alcançadas ou mantidas nos trechos de corpos d'água, de acordo com os usos localmente predominantes. Para o alcance da classe, podem ser propostas metas intermediárias definidas em função da possibilidade de execução do programa de efetivação do enquadramento.

A proposta é escolhida pelo CBH e encaminhada à aprovação do Conselho de Recursos Hídricos do respectivo domínio das águas (conselho estadual, no caso de rio de domínio estadual, ou conselho nacional, no caso de rio de domínio da União). A priori, deve ser elaborada simultaneamente ao plano.

- b) os valores a serem cobrados pelo uso de recursos hídricos:

propor os valores a ser cobrados pelo uso de recursos hídricos: estudos para a definição e redefinição de mecanismos e valores para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos, visando a induzir ao uso racional da água, ao financiamento de ações previstas no plano e ao funcionamento do sistema de gerenciamento, notadamente da agência de água e do CBH. A proposta é escolhida pelo CBH e encaminhada à aprovação do Conselho de Recursos Hídricos do respectivo domínio.

- c) o plano de aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos:

elaboração de plano, anual ou plurianual, propondo a aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança, segundo diretrizes e prioridades do Plano de Recursos Hídricos da bacia hidrográfica e necessidades operacionais para o funcionamento do comitê e da própria agência.

4. Principais desafios para o desempenho de funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do rio Doce

ACÓRDÃO Nº 1749/2018 – TCU – Plenário, de 01/08/2018.

Primeiramente elaborar um planejamento para atender e/ou acompanhar o atendimento das recomendações feitas pelo Tribunal de Contas da União - TCU no ACÓRDÃO Nº 1749/2018 – TCU – Plenário, de 01/08/2018.

9.1. recomendar, com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, combinado com art. 250, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União:

9.1.1. à Agência Nacional de Águas (ANA) que:

- 9.1.1.1. promova a interlocução entre as esferas de governo federal e estadual (MG e ES) e os demais agentes envolvidos na gestão da bacia do rio Doce, tais como o IBio AGB-Doce e os comitês de bacia federal e afluentes estaduais, de forma a assegurar a efetiva implementação da PNRH na bacia do rio Doce, mediante: avaliação e efetivação das medidas previstas no pacto das águas ainda necessárias para a devida implementação do PIRH; avaliação da conveniência e oportunidade de revisão do PIRH; busca de parcerias para financiamentos dos programas, conforme previsto no PIRH; e, estudo e adoção de medidas que assegurem as condições necessárias para a implementação do plano pelo IBio e demais atores da gestão da bacia;
- 9.1.1.2. revise ou elabore estudos para estimar o montante necessário para o custeio do IBio AGB-Doce, demonstrando, de forma fundamentada, sua compatibilidade com as atribuições de agência de águas e com as ações a serem desenvolvidas pela referida organização para a devida implementação do PIRH;
- 9.1.1.3. normatize as condições de ocorrência e os critérios para concessão de eventuais aportes adicionais ao IBio AGB-Doce;
- 9.1.1.4. defina e normatize os critérios para a concessão de diárias pelo IBio AGB-Doce aos seus funcionários e aos membros dos comitês da bacia do rio Doce;
- 9.1.1.5. elabore estudos voltados ao desenvolvimento de indicadores e metas de desempenho referentes ao contrato de gestão firmado com o IBio, com foco na mensuração do alcance dos objetivos e metas dos programas da política de recursos hídricos de sua competência;
- 9.1.1.6. na condição de mantenedora do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (SNIRH), utilize os dados dos sistemas sob sua gestão como base para elaboração de modelos analíticos e preditivos capazes de oferecer, de forma consistente e automatizada, insumos essenciais para a fixação e a revisão tempestiva de Preços Públicos Unitários pelos comitês de bacia e entidades delegatárias da função de agência de águas;

ACÓRDÃO Nº 1749/2018 – TCU – Plenário, de 01/08/2018.

9.1.2. ao Instituto Bioatlântica (IBio AGB-Doce), com o acompanhamento da ANA, que, no âmbito da bacia do rio Doce:

- 9.1.2.1. promova o planejamento de execução do Plano de Aplicação Plurianual (PAP), junto aos comitês da bacia do rio Doce, de forma a assegurar a efetiva execução das ações nos prazos previstos, a celebração de parcerias para obtenção de recursos e a otimização da aplicação dos recursos arrecadados na cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia do rio Doce, compatibilizando sua força de trabalho e os projetos priorizados;
- 9.1.2.2. providencie, em observância ao Princípio da Publicidade, a divulgação, em seu *site*, das informações sobre concessão de diárias a seus funcionários e a membros dos comitês da bacia do rio Doce, incluindo, pelo menos, o nome do beneficiário, o valor da diária e o total desembolsado, o período e a finalidade da viagem;
- 9.1.2.3. avalie a conveniência e a oportunidade de incluir nos termos de compromisso celebrados com os municípios cláusulas que estabeleçam contrapartidas e obrigações do município, quando utilizar recursos próprios para planos/projetos a serem entregues a esses entes, como, por exemplo, compromisso público de prazo para encaminhar e promover junto à Câmara Municipal a aprovação do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), bem como para executar o referido plano;
- 9.1.2.4. identifique as situações mais críticas e intensifique a disponibilização de assistência técnica aos municípios que apresentarem dificuldade em tramitar a aprovação do PMSB pelo legislativo municipal;
- 9.1.2.5. assessor os municípios na busca por recursos junto a órgãos estatais e a outros organismos nacionais ou internacionais que disponibilizam recursos para investimento em saneamento básico;
- 9.1.2.6. disponibilize manuais aos municípios, em especial para elaboração de projetos voltados para a execução do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB);

9.1.3. à Agência Nacional de Águas (ANA), ao Comitê Integrado da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (CBH-Doce) e ao Instituto Bioatlântica (IBio AGB-Doce) que:

- 9.1.3.1. disponibilizem, nos relatórios de gestão e na internet, informações sobre o grau de implementação dos programas do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Doce (PIRH) em contraposição ao previsto, com o objetivo de dar transparência ao andamento do cronograma previsto no PIRH;

ACÓRDÃO Nº 1749/2018 – TCU – Plenário, de 01/08/2018.

- 9.1.3.2. promovam a elaboração de estudos atualizados que embasem uma eventual revisão dos Preços Públicos Unitários (PPU) pelo uso da água na bacia do rio
- 9.1.3.3. elaborem e encaminhem ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) estudos com vistas ao aprimoramento dos parâmetros e mecanismos de cobrança, nos termos previstos na Resolução CNRH 123/2011;
- 9.1.3.4. identifiquem a existência de ações executadas por outros atores, mas inerentes aos programas previstos no Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Doce (PIRH), para apropriar tais eventos como executados por ocasião da revisão do plano;
- 9.1.4. **à Agência Nacional de Águas (ANA), ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), ao Comitê Integrado da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (CBH-Doce) e ao Instituto Bioatlântica (IBio AGB-Doce) que, em conjunto e sob a coordenação da ANA, promovam a discussão para estabelecimento de critérios para atualização monetária permanente dos valores dos Preços Públicos Unitários (PPU) pelo uso da água na bacia do rio Doce;**
- 9.1.5. **à Agência Nacional de Águas (ANA), ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) e ao Comitê Integrado da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (CBH-Doce) que fomentem a discussão sobre o enquadramento dos corpos d'água na bacia do rio Doce, de forma a agilizar a elaboração de estudos para a definição do enquadramento;**
- 9.1.6. **ao Comitê Integrado da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (CBH-Doce) que inclua os estudos necessários para o enquadramento dos corpos d'água da bacia do rio Doce na revisão que vier a ser realizada no Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Doce (PIRH), para aprovação pelos comitês integrantes da bacia, CBH-Doce e comitês estaduais, e posterior homologação pelos respectivos conselhos de recursos hídricos;**

Atendimento do Plano Integrado de Recursos Hídricos

As informações a seguir fazem parte do PLANO INTEGRADO DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOCE E PLANOS DE AÇÕES PARA AS UNIDADES DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS NO ÂMBITO DA BACIA DO RIO DOCE, concluído em 2010.

Existem muitas ações previstas que fogem da governança do comitê CBH Doce e na realidade são políticas públicas de responsabilidade de outras esferas no âmbito municipal, estadual e federal.

A revisão do PIRH deve contemplar as ações que são possíveis a serem executadas pelo comitê, ou seja, as que ele tem governança, como os instrumentos de gestão e depois entrar a sua ação institucional e de articulação. O comitê deve ser o indutor e/ou um fomentador de ações prioritárias e críticas na bacia.

Uma das questões cruciais da bacia do Rio Doce, no seu atual estágio de desenvolvimento, diz respeito à **qualidade da água**. Em praticamente todos os pontos de amostragem analisados, ocorreram problemas com coliformes e parâmetros relativos à cor e turbidez, além de outros compostos tóxicos associados ao uso agrícola e à erosão do solo.

Desta forma, o Plano considerou as ações de saneamento e **controle de erosão** como uma das metas mais ambiciosas incorporadas em seu escopo. O saneamento da bacia, na forma de tratamento de esgotos, responde por mais de 70% dos recursos previstos no seu cronograma físico de implementação. Trata-se de uma ação para a qual existem inúmeras linhas de financiamento disponíveis, e cuja implementação conta com as modernas técnicas de engenharia que dispõe de soluções de pronto uso.

Não obstante, o controle da erosão e do processo acelerado de sedimentação verificado nos corpos de água da bacia representa, sem sombra de dúvida, o maior desafio técnico e operacional do programa. A eficiência destas ações está relacionada com a modificação abrangente dos modelos de uso e ocupação do solo atualmente verificados na região, onde predominam, principalmente na porção média da bacia, pastagens com alto nível de degradação. Outras atividades agrícolas, como cafeicultura e reflorestamentos também contribuem, de diversas formas, para a formação de processos erosivos em áreas mais propensas a estes fenômenos.

O **controle de geração de sedimentos** passa, portanto, por um processo integrado onde a renaturalização da bacia, envolvendo recuperação de matas ciliares, implantação de dispositivos de controle de enxurradas em estradas rurais, recuperação de áreas degradadas (inclusive pastagens), entre outras, constitui o mote principal e norteador da ação. Entende-se que, pela dimensão do desafio, a recuperação de microbacias possa ser uma atividade pioneira, organizada de modo a se tornar unidade demonstrativa e de validação e experimentação de procedimentos técnicos.

A questão da disponibilidade de água também é um tema que se tornou emergente na bacia nas últimas décadas, demonstrando que o aumento populacional e dos consumos relativos às atividades econômicas, em determinados locais, têm pressionado as disponibilidades hídricas em determinadas regiões.

Atendimento do Plano Integrado de Recursos Hídricos

Mesmo considerando a abundância identificada na bacia como um todo, determinados locais já começam a sentir o esgotamento deste recurso em períodos de escassez mais intensos. O prognóstico realizado, projetando demandas para 2030, apontam saldos hídricos negativos nas bacias capixabas e em pontos localizados das bacias afluentes do Piracicaba, Caratinga e Guandu.

Neste sentido, o Plano contempla programas que enfrentam esta questão de distintas maneiras. Em primeiro lugar, através do Programa de Incremento Hídrico, aponta para a necessidade de investimentos localizados, em pontos de escassez evidente, através de obras de engenharia pontuais, como barragens, captações subterrâneas, aduções, etc. Em segundo lugar, investe no conceito de renaturalização de bacias, ao incorporar o Programa Produtor de Água, para o qual já existem iniciativas legais e opções de financiamento nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Por fim, investe na gestão dos serviços de saneamento, através do **Programa de Redução de Perdas** nos serviços de abastecimento público de água, focado, essencialmente para as cidades de maior porte, com mais de 50.000 habitantes.

O saneamento da bacia também é contemplado com ações de **adequação de disposição de resíduos sólidos urbanos**, um dos principais problemas ambientais da região, com reflexos importantes na qualidade da água e indicadores de qualidade de vida. Entendido em seu sentido mais amplo, colocou-se como meta a implementação, em todos os municípios da bacia, dos Planos Municipais de Saneamento, envolvendo abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e drenagem urbana. Neste último caso, entende-se como necessário reforçar os instrumentos normativos de gestão na bacia, notadamente os de cunho municipal.

A questão das cheias também é contemplada no Plano. Periodicamente, inundações junto às cidades situadas na calha principal do rio têm causado prejuízos e transtornos à sociedade da bacia, sendo que já se encontra em operação um sistema de alerta, centrado no monitoramento de nível da água do rio em distintos pontos. O Plano, neste sentido, propõe não apenas a **modernização do sistema de alerta de cheias**, atualmente já em execução, mas também em ações acessórias de definição de zonas de enchente, normatização de usos em áreas suscetíveis à inundação, apoio à implantação de sistemas de alerta municipais simplificados. O que se propõe, na verdade, é avançar sobre o tema, com atenção sobre municípios atualmente não beneficiados pelo sistema de alerta.

No que diz respeito às áreas protegidas, o enfoque previsto é, essencialmente, de **reorganização do território**, dentro do conceito, já apresentado, de renaturalização de bacias. A **recuperação de áreas de preservação** permanente e a análise de áreas potencialmente importantes e representativas para preservação são iniciativas que projetam resultados para a questão da disponibilidade e qualidade de água.

Não menos importante, nesta primeira versão do plano, foi o esforço na busca na de diretrizes para a **implantação dos demais instrumentos de gestão** (outorga, enquadramento, sistema de informações e cobrança). Avançou-se, dentro dos limites metodológicos, na elaboração de uma visão possível de enquadramento, visando nortear as discussões futuras sobre o tema.

Atendimento do Plano Integrado de Recursos Hídricos

O arranjo institucional proposto, considerando a **implantação de uma Agência de Bacia**, também exigirá um esforço institucional intenso, para tornar maduras as pretensões manifestas neste Plano. Este documento representa, portanto, um primeiro esforço neste sentido, resultado do compromisso de distintos comitês de bacia, no sentido do desenvolvimento sustentável e da recuperação ambiental da bacia do rio Doce.

Estas ações são importantes frente aos desafios que se projetam para o futuro da bacia, tendo em vista a criação de um ambiente de desenvolvimento sustentável. O crescimento econômico da última década, centrado sobre a exploração de commodities, pressiona os recursos naturais do Vale do rio Doce, onde existem reservas minerais importantes e um significativo parque industrial siderúrgico.

O crescimento da população nas sub-bacias de maior dinâmica econômica, como a bacia do rio Piracicaba, podem aumentar a já problemática situação do saneamento, onde os esgotos domésticos e a disposição inadequada dos resíduos sólidos é um dos principais problemas identificados. O intenso crescimento agricultura irrigada na porção capixaba da bacia, por sua vez, também pode conduzir a uma situação de escassez hídrica nas bacias do Santa Maria do Doce, Guandu e Santa Joana.

Dentro de um contexto de expansão do sistema gerador de energia elétrica, os estudos de inventário hidrelétrico também projetam para a bacia um cenário de intensificação de implantação de Pequenas Centrais Hidrelétricas. Embora estes empreendimentos sejam objeto de um rigoroso processo de licenciamento ambiental, as apreensões causadas na sociedade em torno do tema torna justificável a adoção de um instrumento de gestão dos recursos hídricos, representado, neste caso, pelo PIRH Doce.

Não menos importante devemos também procurar formas de medir a execução do PIRH através da criação de indicadores de desempenho e de resultados.

5. Estratégias de gestão da AGEVAP

Estratégias de gestão

Estabelecemos algumas ações estratégicas que entendemos serem importantes e prioritárias com base no PIRH e nas recomendações do Acórdão do TCU, e a ideia é hierarquizá-las em parceria com o comitê.

1. Criar a agência AGEDOCE - totalmente independente da AGEVAP
2. Implantar a cultura do planejamento
3. Elaborar o planejamento das ações de 2021 a 2024
4. Implantar governança nos processos e do sistema de gestão da AGEDOCE
5. Implantar a matriz de gestão de riscos nas ações a serem implementadas
6. Reestruturar a agência com a aprovação da Resolução 2018 ANA
7. Implantar o conceito de gestão por processos
8. Apoiar a ANA e o Comitê na revisão do Plano de Bacia do Doce
9. Planejar em parceria com o comitê a hierarquização das ações prioritárias
 - a) macroações
 - b) programas perenes
 - c) programas de duração continuada
10. Definir as estratégias de desembolso
 - a) Caixa
 - b) Gerenciadora
 - c) Direto município
 - d) Agência
11. Concluir os projetos/contratos em andamento
12. Elaborar estudo sobre a cobrança e impactos
13. Estudar formas de sustentabilidade da agência
14. Contratação de 01 sistema de informação/gerenciamento/transparência
15. Operacionalizar a contratação do site do comitê
16. Melhorar da relação institucional CBH x Agência x Fundação Renova x CIF
17. Estruturar a um trabalho de consolidação de todos os PMSB elaborados
18. Planejar estratégias para a implantação das ações previstas nos PMSB
19. Contratar os programas transversais para estruturação
20. Estabelecer parcerias com as universidades

Missão, Visão e Valores

MISSÃO

Atuar na gestão de recursos hídricos, em conjunto com os atores do sistema, para contribuir com a melhoria da qualidade e disponibilidade da água.

VISÃO

Ser reconhecida por sua atuação na melhoria da qualidade e disponibilidade da água.

VALORES

Satisfação dos clientes
Qualidade na prestação dos serviços
Parceria
Solidariedade
Ética
Transparência na gestão
Legalidade

Modus Operandi - Gestão por processos

GESTÃO POR PROCESSOS

AUMENTO DA PRODUTIVIDADE

CONECTIVIDADE COM O COMITÊ

MELHOR CONTROLE DO PROCESSO

RESULTADO DAS AÇÕES

SATISFAÇÃO DO COMITÊ

O INDICADOR DA ENTIDADE O RESULTADO DAS AÇÕES E A SATISFAÇÃO DO COMITÊ.

GESTÃO POR PROCESSOS

Gestão por Processos é, antes de tudo, reconhecer que a entidade é um conjunto de processos interconectados, que dependem uns dos outros para a criação sustentável de valor, para todas as partes interessadas.

Para tanto, os processos precisam ser definidos, implementados e gerenciados, de **FORMA INTEGRADA**, o que acaba sendo um grande desafio para a entidade, pois rompe com o paradigma centenário de gestão por departamentos.

Integração e subordinação da estrutura departamental ao fluxo de valor e colocando-a a serviço do comitê.

A Gestão por Processos é um meio de definir, visualizar, medir, monitorar e otimizar processos. Além disso, permite que todos os membros da Entidade conheçam e compreendam seus processos internos e os implementem de acordo com o objetivo: atender às necessidades dos comitês da melhor forma possível.

DONO DO PROCESSO

Na prática para pôr em uso a Gestão por Processos, é necessário definir quem é responsável por cada um deles, também conhecido como o dono do processo, ou seja, em geral, este gerencia como o trabalho será feito, não sendo necessariamente a pessoa que executa o trabalho.

LIDERANÇA

É feita pela "Alta Direção", exatamente por romper com as velhas práticas de gestão de processos. Ela tem o comando e acompanha e supervisiona as seguintes ações:

- Identificar e resolver problemas de: integração entre processos, conflitos entre líderes de processos e funcionais, alocação de recursos e alinhamento de processos versus estratégia;
- Supervisionar o portfólio de processos da empresa e alinhar, priorizar e permitir esforços de transformação (planos de ação);
- Priorização e alocação de recursos necessários para atingir os objetivos do processo;
- Acompanhamento e relatórios de métricas (indicadores) do desempenho dos proprietários do processo;
- Conduzir e manter procedimentos e manuais de trabalho.

Modus Operandi - Gestão por processos

ESTILO DE GESTÃO

Gestão do sistema de recursos hídricos através dos processos, ou seja, a entidade é gerenciada pelos processos. Os indicadores de desempenho, de resultado e os indicadores dos processos são analisados periodicamente pela alta direção e assim temos as sugestões de melhoria dos processos.

ALCANCE

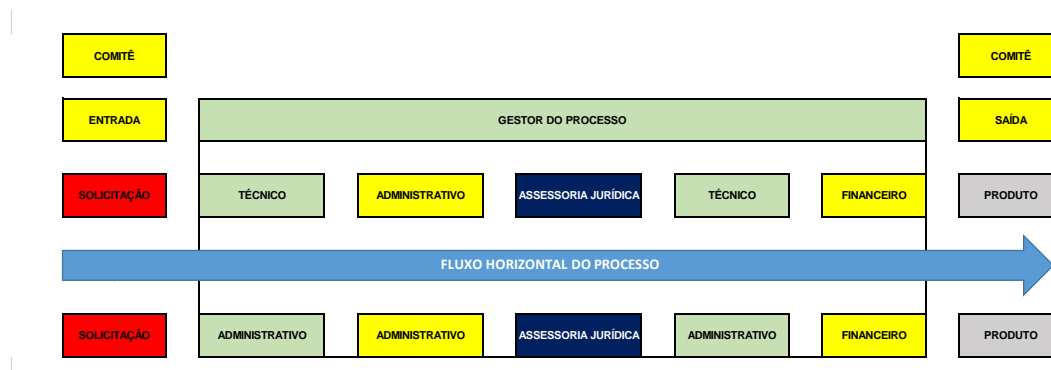
Envolve todos os processos da entidade (primários, de apoio, meio, fim e de gestão)

PAPEL DOS COORDENADORES

Os coordenadores são "coaches", apoiando treinando o seu pessoal nos diferentes processos, enfocando-se mais em processos de gestão com foco no longo prazo. O coordenador é responsável pela melhoria de processos, responsabilizando-se pela garantia da eficácia do processo e valorização da necessidade de proteger os processos. O coordenador é o **DONO** do Contrato de Gestão.

SUBORDINAÇÃO OPERACIONAL

Os setores se integram e se subordinam ao fluxo horizontal dos processos, ou seja, as áreas funcionais apoiam o fluxo horizontal dos processos.



ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A entidade é vista como um sistema de processos - macrofluxo do sistema de negócios, ou seja, o conjunto dos macroprocessos primários, meio, fim e de gestão. Não impera mais o organograma funcional com uma dicotomia de ações.

FLUXO DO TRABALHO

Fluxo ininterrupto de criação de valor, que cruza as áreas e processos da entidade, que envolve toda a entidade de ponta a ponta, ou seja, o objetivo é atender o pedido do comitê com qualidade e no menor tempo possível. Garantimos assim a rastreabilidade do processo.

INTEGRAÇÃO DOS PROCESSOS

Interfaces claras e inequívocas entre as áreas e processos, não há zonas cinzas. Não existe nenhuma entrada sem a definição do dono (responsável) do processo e nenhuma saída sem o respectivo objetivo.

Modus Operandi - Gestão por processos

RESPONSABILIDADE PRIMÁRIA PELA MELHORIA CONTÍNUA

Os coordenadores e membros da equipe são os responsáveis primários pela melhoria do processo, ou seja, devem pensar e fazer a padronização do processo.

VISUALIZAÇÃO DO FLUXO DO TRABALHO

É possível visualizar todo o processo em uma única página e conhecer em detalhe todas as entradas e saídas para os clientes e ainda visualizar todas as atividades e respectivos executores.

CULTURA DA ORGANIZAÇÃO

Outro fator importante que não devemos esquecer é a mudança de cultura na entidade, pois as pessoas estão acostumadas a responder hierarquicamente em seu trabalho, como a gestão por processos que esses profissionais respondem aos **DONOS** do processo.

É somente depois que esse trabalho é feito, juntamente com a maturidade dos processos e das pessoas em suas mudanças culturais, que você pode dizer que é a entidade terá um gerenciamento orientado a processos.

EQUILÍBRIO

Cada processo isoladamente e a gestão por processos, como um todo, demandam equilíbrio no desenvolvimento dos processos propriamente ditos, das pessoas que vão executar e monitorar esses processos e da tecnologia que vai apoiar sua execução e registrar o seu efetivo desempenho.

Otimizar os processos e implementar novas tecnologia, sem capacitar e comunicar adequadamente as pessoas resulta em robotização, com perda de comprometimento e vontade de trabalhar.

Treinar as pessoas e implementar novas tecnologias sem mapear e otimizar os processos pode “melhorar a eficiência da bagunça” e provocar uma anarquia automatizada.

Ter pessoas preparadas e competentes e processos ágeis sem apoio da tecnologia adequada resulta em frustração, avanços pequenos, trabalhos manuais e sentimento de impotência.

Se você realmente entendeu o que é gestão por processos, notou que mudanças efetivas somente se materializam por meio de melhorias equilibradas em desenvolvimento de pessoas, processos e tecnologias.



Fluxo do processo - Secretaria Executiva

A - PLANEJAMENTO ANUAL DOS TRABALHOS

B - PRIORIZAÇÃO DOS TRABALHOS

C - ELABORAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

D - ELABORAÇÃO DA MATRIZ DE RISCO

E - ENTRADA

1. Solicitação de organização de reunião
2. Cartas/Ofícios de solicitação de informações sobre o Comitê
3. Solicitação de Ajudas de Custo e reembolso
4. Solicitação de participação em eventos externos
5. Encaminhamento de reuniões
6. Gerenciamento do Site do Comitê
7. Elaboração e distribuição de informativo digital e impresso.

F - ENCAMINHAMENTO

G - NOMEAÇÃO GESTOR DO PROCESSO

H - SECRETARIA EXECUTIVA

1. Elaborar termo de referência
2. Acompanhar a licitação
3. Receber os produtos/serviços
4. Acompanhar os pagamentos
5. Organizar as reuniões/eventos
6. Elaborar respostas aos documentos
7. Conferir as ajudas de custo
8. Pagar as ajudas de custo
9. Organizar a participação no evento
10. Organizar e atender os encaminhamentos
11. Gerenciar o site do Comitê
12. Elaborar e distribuir informativo digital e impresso
13. Prestar contas dos pagamentos

I - PARCEIRO DO TOMADOR



J - SAÍDA

1. Reuniões
2. Atas das reuniões
3. Eventos
4. Deliberações
5. Produtos
6. Serviços
7. Ajuda de custo paga

K - GESTÃO POR RESULTADOS

M - SATISFAÇÃO DO CLIENTE

L - MONITORAMENTO DO PROCESSO

Fluxo do processo - programas e projetos

A - PLANEJAMENTO ANUAL DOS TRABALHOS

B - PRIORIZAÇÃO DOS TRABALHOS

C - ELABORAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

D - ELABORAÇÃO DA MATRIZ DE RISCO

E - ENTRADA

1. Contrato de Gestão
2. Grupo de trabalho
3. Câmara Técnica
4. Deliberação
5. Diretoria
6. Plano de Aplicação Plurianual - PAP

F - ENCAMINHAMENTO

L - MONITORAMENTO DO PROCESSO



G - NOMEAÇÃO GESTOR DO PROCESSO

H - GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

1. Elaborar o edital de chamamento público
2. Definir o modelo de contratação
3. Elaborar o termo de referência
4. Acompanhar a licitação
5. Acompanhar os trabalhos
6. Prestar contas dos pagamentos
7. Prestar contas dos pagamentos

I - PARCEIRO DO TOMADOR

J - SAÍDA

1. Edital
2. Estudo
3. Plano
4. Projeto
5. Parecer técnico

K - GESTÃO POR RESULTADOS

M - SATISFAÇÃO DO CLIENTE

Exemplo - gestão por processo

A - ENTRADA		META			
1.	Contrato de Gestão	Coordenador dá início a demanda e define o gestor do processo			
2.	Elaboração e distribuição de informativo digital e impresso		30/06/2020		
B - SECRETARIA EXECUTIVA		RESPONSÁVEL	PRAZO	PRAZO	Nº de dias
		Quem executa	Previsto	Realizado	Previsto - realizado
3.	Abrir um processo - Protocolo	Cláudio	15/01/2020		0 dias
4.	Nomear um gestor do processo	Pedro	17/01/2020		2 dias
5.	Elaborar o informativo digital	Maria	06/02/2020		20 dias
6.	Enviar a arte e modelo para contratação da impressão	Maria	07/02/2020		1 dias
7.	Executar o processo de compra - GA		07/04/2020		60 dias
8.	Acompanhar o processo de compra	Luis Henrique	08/04/2020		1 dias
9.	Receber o informativo impresso e aprovar o serviço	Luis Henrique	08/05/2020		30 dias
10.	Autorizar o pagamento do serviço de impressão	Luis Henrique	12/05/2020		4 dias
11.	Executar o pagamento - GF		18/05/2020		6 dias
12.	Acompanhar o processo do pagamento	João	19/05/2020		1 dias
13.	Colocar no site o informativo digital	Maria	20/05/2020		1 dias
14.	Distribuir o informativo impresso	Pedro	20/05/2020		0 dias
15.	Encerrar o processo	Pedro	30/05/2020		10 dias
16.	Auditado o processo - CI/AI		05/06/2020		6 dias
17.	Atender os apontamentos do controle/auditoria interna	Pedro	13/06/2020		8 dias
C - SAÍDA					150 dias
16.	Informativo digital		13/06/2020		
17.	Informativo impresso		13/06/2020		
D - ATENDIMENTO DE INDICADOR OPERACIONAL			ÓTIMO		17 dias
F - NÚMERO DE APONTAMENTOS DO CONTROLE INTERNO			5		
G - SATISFAÇÃO DO COMITÊ			PESQUISA		

E - MONITORAMENTO DO PROCESSO - GESTOR DO PROCESSO

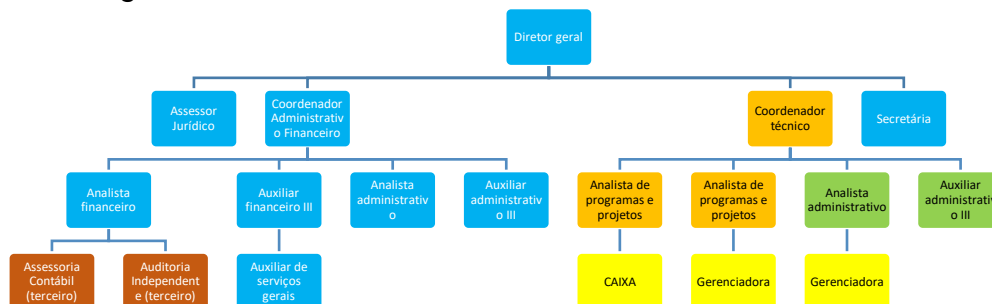
Outros setores

6. Custeio da Agência

Análise da arrecadação e custeio de 2020 a 2024

Neste capítulo fizemos uma análise da arrecadação atual e futura e o tamanho da agência possível de 2020 a 2024, usando os 7,5%, permitido por lei para custeio, desta arrecadação.

Destacamos que a agência ideal para atendimento das demandas do CBH Doce está mostrada a seguir:



O custeio desta agência é de aproximadamente R\$ 2.531.367,92 (dois milhões, quinhentos e trinta e um mil, trezentos e sessenta e sete reais e noventa e dois centavos).

Arrecadação efetivada

Domínio	2011 R\$	2012 R\$	2013 R\$	2014 R\$	2015 R\$
União ⁽¹⁾	0	3.438.674	6.505.081	9.729.725	10.699.661
Total	0	3.438.674	6.505.081	9.729.725	10.699.661
Limite para despesas de implantação e custeio			7,5%		
Domínio	2011 R\$	2012 R\$	2013 R\$	2014 R\$	2015 R\$
União	0	257.901	487.881	729.729	802.475
Total	0	257.901	487.881	729.729	802.475

⁽¹⁾ Os boletos referentes a cobrança de 2011 foram encaminhados somente em 2012

A tabela a seguir registra os valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia hidrográfica do rio Doce, desde 2011 ⁽¹⁾ e o respectivo limite para as despesas de custeio

Arrecadação efetivada

Domínio	2011 a 2015 R\$	2016 R\$	2017 R\$	2018 R\$	2019 R\$
União ⁽¹⁾	30.373.141	9.188.873	11.263.346	12.304.986	13.801.639
Total	30.373.141	9.188.873	11.263.346	12.304.986	13.801.639
Limite para despesas de implantação e custeio			7,5%		
Domínio	2011 a 2015 R\$	2016 R\$	2017 R\$	2018 R\$	2019 R\$
União	2.277.986	689.165	844.751	922.874	1.035.123
Total	2.277.986	689.165	844.751	922.874	1.035.123

⁽¹⁾ Os boletos referentes a cobrança de 2011 foram encaminhados somente em 2012

Análise da arrecadação e custeio de 2020 a 2024

A tabela a seguir registra a estimativa da cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia hidrográfica do rio Doce, de 2020 a 2024, os rendimentos financeiros e o respectivo limite para as despesas de custeio.

CENÁRIO 1 ANO 2020 - MÁXIMO POSSÍVEL com a atual arrecadação

Estimativa de cobrança

Percentual de aumento do valor da cobrança pelo IPCA:

4%

Domínio	2020 R\$	2021 R\$	2022 R\$	2023 R\$	2024 R\$
União ⁽¹⁾	14.353.704	14.927.853	15.524.967	16.145.965	16.791.804
Rendimento ⁽²⁾	1.684.483	1.684.483	1.684.483	1.684.483	1.684.483
Total	14.353.704	14.927.853	15.524.967	16.145.965	16.791.804

Limite para despesas de implantação e custeio 7,5%

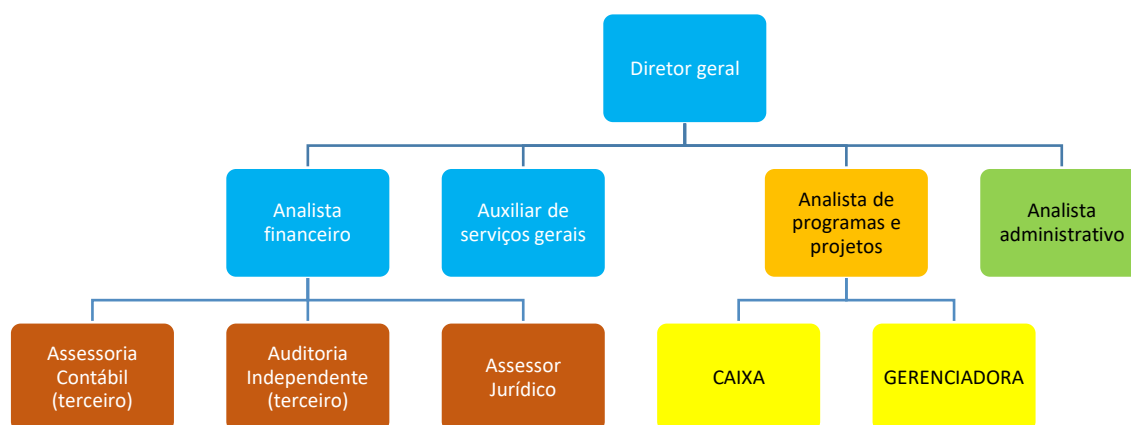
Domínio	2020 R\$	2021 R\$	2022 R\$	2023 R\$	2024 R\$
União	1.076.528	1.119.589	1.164.372	1.210.947	1.259.385
7,5% rendimento	126.336	126.336	126.336	126.336	126.336
Total	1.202.864	1.245.925	1.290.708	1.337.283	1.385.721
Custeio estimado	1.196.852	1.627.556	1.950.873	2.205.181	2.531.368
Deficit/superavit ⁽³⁾	6.012	-381.631	-660.165	-867.898	-1.145.647
Deficit/superavit ⁽⁴⁾	6.012	-375.619	-1.035.784	-1.903.682	-3.049.329

⁽¹⁾ Valor arrecadado em 2019 atualizado em 4% ao ano

⁽²⁾ Valor do rendimento de 2019, no caso foi mantido constante, pois este tende a não existir

⁽³⁾ Diferença entre o valor dos 7,5% estimado com a arrecadação e o custeio real estimado em 5 anos

⁽⁴⁾ Diferença acumulada em 5 anos



Análise da arrecadação e custeio de 2020 a 2024

CENÁRIO 2 ANO 2020 - MÍNIMO NECESSÁRIO para iniciar

Estimativa de cobrança

Percentual de aumento do valor da cobrança pelo IPCA:

4%

Domínio	2020	2021	2022	2023	2024
	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
União ⁽¹⁾	14.353.704	14.927.853	15.524.967	16.145.965	16.791.804
Rendimento ⁽²⁾	1.684.483	1.684.483	1.684.483	1.684.483	1.684.483
Total	14.353.704	14.927.853	15.524.967	16.145.965	16.791.804

Limite para despesas de implantação e custeio 7,5%

Domínio	2020	2021	2022	2023	2024
	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
União	1.076.528	1.119.589	1.164.372	1.210.947	1.259.385
7,5% rendimento	126.336	126.336	126.336	126.336	126.336
Total	1.202.864	1.245.925	1.290.708	1.337.283	1.385.721

Custeio estimado 1.420.894 1.627.556 1.950.873 2.205.181 2.531.368

Deficit/superavit ⁽³⁾ -218.030 -381.631 -660.165 -867.898 -1.145.647

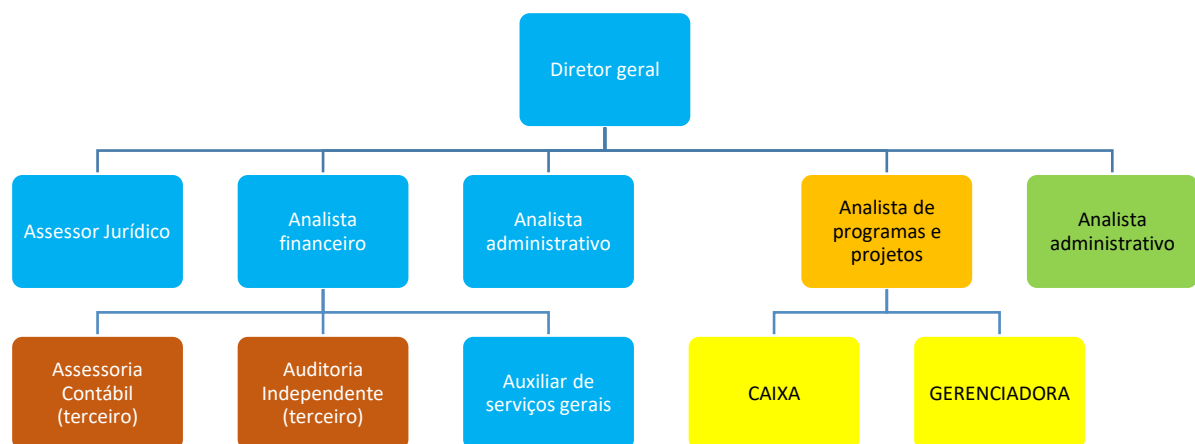
Deficit/superavit ⁽⁴⁾ -218.030 -599.661 -1.259.826 -2.127.724 -3.273.371

⁽¹⁾ Valor arrecadado em 2019 atualizado em 4% ao ano

⁽²⁾ Valor do rendimento de 2019, no caso foi mantido constante, pois este tende a não existir

⁽³⁾ Diferença entre o valor dos 7,5% estimado com a arrecadação e o custeio real estimado em 5 anos

⁽⁴⁾ Diferença acumulada em 5 anos



Simulador da relação do tamanho da ED e o aumento da cobrança tendo como V₀ valor 2020

Com este planilha é possível simular diferentes percentuais de aumento e escalonar de acordo com o valor de custeio da entidade delegatária. Mantendo como base o valor de 2020.

% de aumento do valor da cobrança			Aumento	2021	2022	2023	2024
	Entrada de dados		100%	35%	35%	30%	0%
Estimativa de cobrança - domínio			2020	2021	2022	2023	2024
	IPCA		R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
União ⁽¹⁾	4,0%		14.353.704	20.152.601	25.377.349	29.855.705	31.049.933
Rendimento ⁽²⁾			1.684.483	1.684.483	1.684.483	1.684.483	1.684.483
Total			14.353.704	20.152.601	25.377.349	29.855.705	31.049.933
Limite para despesas de implantação e custeio			2020	2021	2022	2023	2024
			R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
União	7,5%		1.076.528	1.511.445	1.903.301	2.239.178	2.328.745
7,5% rendimento			126.336	126.336	126.336	126.336	126.336
Total			1.202.864	1.637.781	2.029.637	2.365.514	2.455.081
Custeio Entidade Delegatária	Estrutura	2020	2020	2021	2022	2023	2024
ED - custeio 2020	Possível	1.196.852	1.196.852	1.244.727	1.294.516	1.346.296	1.400.148
ED - custeio 2020 - A ⁽³⁾	Mínima	1.420.894	1.420.894	1.477.730	1.536.839	1.598.313	1.662.245
ED - custeio 2021 ⁽³⁾	Regular	1.627.556	1.627.556	1.692.658	1.760.364	1.830.779	1.904.010
ED - custeio 2022 ⁽³⁾	Boa	1.950.873	1.950.873	2.028.908	2.110.064	2.194.467	2.282.245
ED - custeio 2023 ⁽³⁾	Ótima	2.205.181	2.205.181	2.293.388	2.385.124	2.480.529	2.579.750
ED - custeio 2024 ⁽³⁾	Ideal	2.531.368	2.531.368	2.632.623	2.737.928	2.847.445	2.961.342
		7,5% é maior do que o custeio da entidade delegatária					

⁽¹⁾ Valor arrecadado em 2019 atualizado em 4% ao ano

⁽²⁾ Valor do rendimento de 2019, no caso foi mantido constante, pois este tende a não existir

⁽³⁾ Custeio da Entidade Delegatária corrigido ano a ano pelo IPCA

Simulador da relação do tamanho da ED e o aumento da cobrança sendo o % sobre o ano anterior

Com este planilha é possível simular diferentes percentuais de aumento e escalonar de acordo com o valor de custeio da entidade delegatária. Sendo o % acumulativo de um ano para outro.

% de aumento do valor da cobrança			Aumento	2021	2022	2023	2024
	Entrada de dados		100%	35%	35%	30%	0%
Estimativa de cobrança - domínio			2020	2021	2022	2023	2024
	IPCA		R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
	União ⁽¹⁾	4,0%	14.353.704	20.152.601	28.294.252	38.253.828	39.783.981
	Rendimento ⁽²⁾		1.684.483	1.684.483	1.684.483	1.684.483	1.684.483
Total			14.353.704	20.152.601	28.294.252	38.253.828	39.783.981
Limite para despesas de implantação e custeio			2020	2021	2022	2023	2024
			R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
	União	7,5%	1.076.528	1.511.445	2.122.069	2.869.037	2.983.799
	7,5% rendimento		126.336	126.336	126.336	126.336	126.336
Total			1.202.864	1.637.781	2.248.405	2.995.373	3.110.135
Custeio Entidade Delegatária	Estrutura	2020	2020	2021	2022	2023	2024
ED - custeio 2020	Possível	1.196.852	1.196.852	1.244.727	1.294.516	1.346.296	1.400.148
ED - custeio 2020 - A ⁽³⁾	Mínima	1.420.894	1.420.894	1.477.730	1.536.839	1.598.313	1.662.245
ED - custeio 2021 ⁽³⁾	Regular	1.627.556	1.627.556	1.692.658	1.760.364	1.830.779	1.904.010
ED - custeio 2022 ⁽³⁾	Boa	1.950.873	1.950.873	2.028.908	2.110.064	2.194.467	2.282.245
ED - custeio 2023 ⁽³⁾	Ótima	2.205.181	2.205.181	2.293.388	2.385.124	2.480.529	2.579.750
ED - custeio 2024 ⁽³⁾	Ideal	2.531.368	2.531.368	2.632.623	2.737.928	2.847.445	2.961.342

7,5% é maior do que o custeio da entidade delegatária

⁽¹⁾ Valor arrecadado em 2019 atualizado em 4% ao ano

⁽²⁾ Valor do rendimento de 2019, no caso foi mantido constante, pois este tende a não existir

⁽³⁾ Custeio da Entidade Delegatária corrigido ano a ano pelo IPCA

RESUMO CUSTEIO - 2020 a 2024

ENTIDADE DELEGATÁRIA - CUSTEIO 2020 - possível e mínima					
A	RECURSOS HUMANOS	9	900.852,48	80,29%	1.140.894,36
5	Administrativo Financeiro	3	597.939,24	56,73%	806.061,12
2	Estagiário	2	31.920,00	2,25%	31.920,00
1	Técnico e planejamento	1	127.926,36	9,00%	127.926,36
2	Estagiário	1	15.960,00	2,25%	31.920,00
1	Secretaria executiva	1	111.146,88	7,82%	111.146,88
2	Estagiário	1	15.960,00	2,25%	31.920,00
C	ASSESSORIAS		112.000,00	6,76%	96.000,00
D	DESPESAS OPERACIONAIS		184.000,00	12,95%	184.000,00
	TOTAL		1.196.852,48	100,00%	1.420.894,36

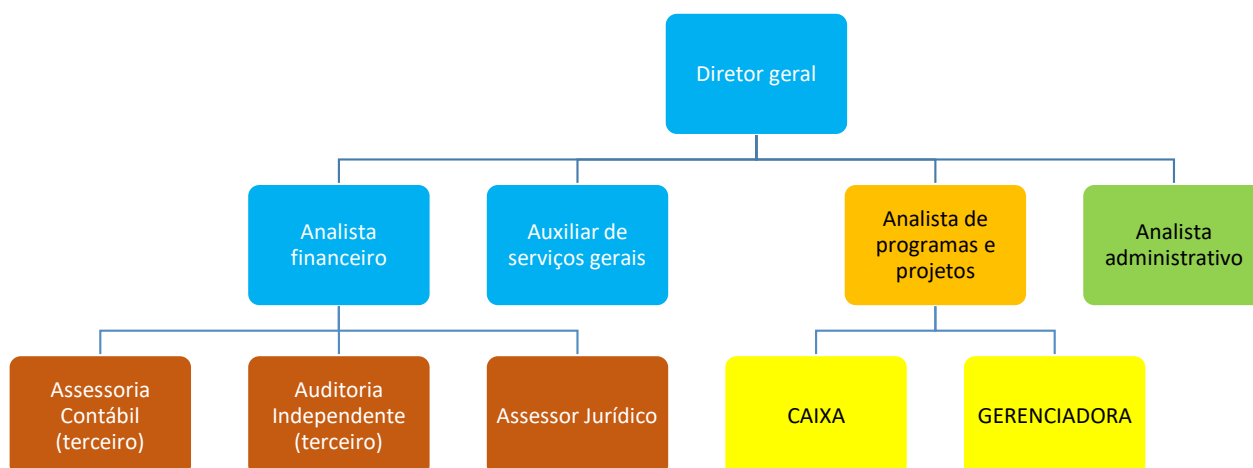
ENTIDADE DELEGATÁRIA - ORGANOGRAMA E CUSTEIO - 2021 - REGULAR			
A	RECURSOS HUMANOS	82,80%	1.347.555,72
6	Administrativo Financeiro	54,40%	885.451,80
5	Estagiário	4,90%	79.800,00
1	Técnico e planejamento	7,86%	127.926,36
2	Estagiário	1,96%	31.920,00
2	Secretaria executiva	11,71%	190.537,56
2	Estagiário	1,96%	31.920,00
C	ASSESSORIAS	5,90%	96.000,00
D	DESPESAS OPERACIONAIS	11,31%	184.000,00
	TOTAL	100,00%	1.627.555,72

ENTIDADE DELEGATÁRIA - ORGANOGRAMA E CUSTEIO - 2022 - BOA			
A	RECURSOS HUMANOS	79,70%	1.554.872,76
7	Administrativo Financeiro	49,46%	964.842,48
5	Estagiário	4,09%	79.800,00
2	Técnico e planejamento	13,11%	255.852,72
2	Estagiário	1,64%	31.920,00
2	Secretaria executiva	9,77%	190.537,56
2	Estagiário	1,64%	31.920,00
C	ASSESSORIAS	6,15%	120.000,00
D	DESPESAS OPERACIONAIS	14,15%	276.000,00
	TOTAL	100,00%	1.950.872,76

ENTIDADE DELEGATÁRIA - ORGANOGRAMA E CUSTEIO - 2023 - ÓTIMA			
A	RECURSOS HUMANOS	80,41%	1.773.181,20
7	Administrativo Financeiro	43,75%	964.842,48
5	Estagiário	3,62%	79.800,00
3	Técnico e planejamento	20,06%	442.404,96
2	Estagiário	1,45%	31.920,00
2	Secretaria executiva	10,08%	222.293,76
2	Estagiário	1,45%	31.920,00
C	ASSESSORIAS	7,07%	156.000,00
D	DESPESAS OPERACIONAIS	12,52%	276.000,00
	TOTAL	100,00%	2.205.181,20

ENTIDADE DELEGATÁRIA - ORGANOGRAMA E CUSTEIO - 2024 - IDEAL			
A	RECURSOS HUMANOS	79,30%	2.007.367,92
9	Administrativo Financeiro	48,62%	1.230.785,40
5	Estagiário	3,15%	79.800,00
3	Técnico e planejamento	17,48%	442.404,96
2	Estagiário	1,26%	31.920,00
2	Secretaria executiva	7,53%	190.537,56
2	Estagiário	1,26%	31.920,00
C	ASSESSORIAS	6,16%	156.000,00
D	DESPESAS OPERACIONAIS	14,54%	368.000,00
	TOTAL	100,00%	2.531.367,92

ENTIDADE DELEGATÁRIA - ORGANOGRAMA E CUSTEIO - POSSÍVEL



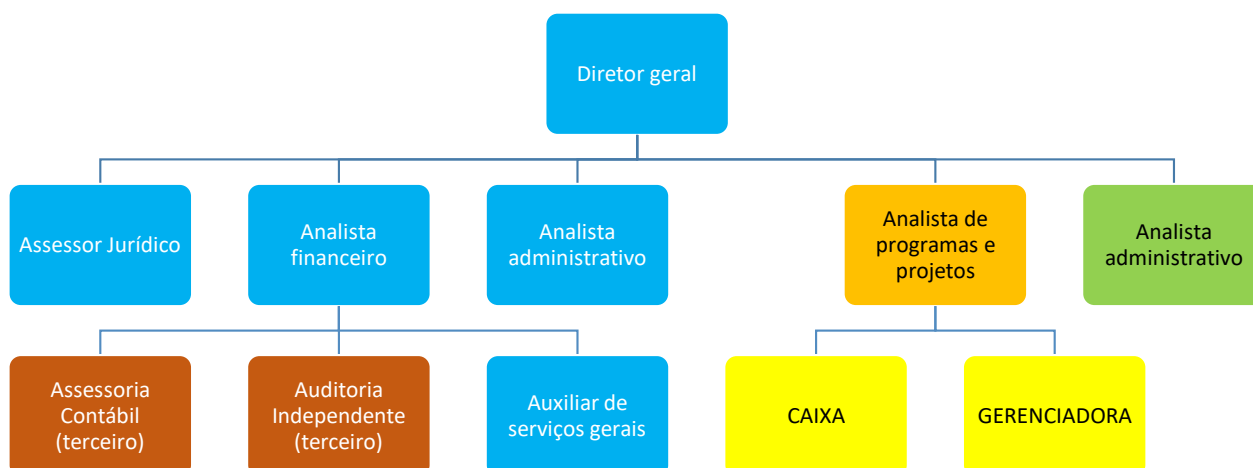
5 Colaboradores

4 Estagiários

	Administrativo e financeiro
	Projetos e planejamento
	Secretaria Executiva
	Terceirizados custeio
	Terceirizados 92,5%

A	RECURSOS HUMANOS	75,27%	900.852,48
3	Administrativo Financeiro	49,96%	597.939,24
2	Estagiário	2,67%	31.920,00
1	Técnico e planejamento	10,69%	127.926,36
1	Estagiário	1,33%	15.960,00
1	Secretaria executiva	9,29%	111.146,88
1	Estagiário	1,33%	15.960,00
C	ASSESSORIAS	9,36%	112.000,00
D	DESPESAS OPERACIONAIS	15,37%	184.000,00
TOTAL		100,00%	1.196.852,48

ENTIDADE DELEGATÁRIA - ORGANOGRAMA E CUSTEIO - 2020 - MÍNIMA

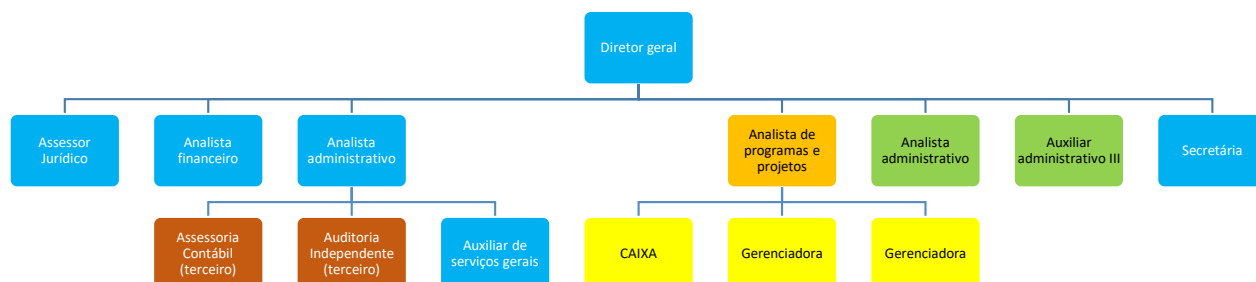


7 **Colaboradores**
6 **Estagiários**

Administrativo e financeiro
 Projetos e planejamento
 Secretaria Executiva
 Terceirizados custeio
 Terceirizados 92,5%

A	RECURSOS HUMANOS	80,29%	1.140.894,36
5	Administrativo Financeiro	56,73%	806.061,12
2	Estagiário	2,25%	31.920,00
1	Técnico e planejamento	9,00%	127.926,36
2	Estagiário	2,25%	31.920,00
1	Secretaria executiva	7,82%	111.146,88
2	Estagiário	2,25%	31.920,00
C	ASSESSORIAS	6,76%	96.000,00
D	DESPESAS OPERACIONAIS	12,95%	184.000,00
TOTAL		100,00%	1.420.894,36

ENTIDADE DELEGATÁRIA - ORGANOGRAMA E CUSTEIO - 2021 - REGULAR



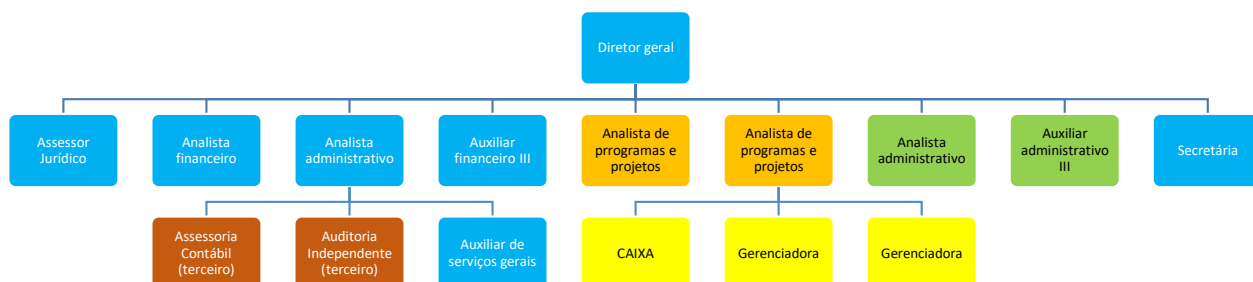
9 Colaboradores

9 Estagiários

	Administrativo e financeiro
	Projetos e planejamento
	Secretaria Executiva
	Terceirizados custeio
	Terceirizados 92,5%

A	RECURSOS HUMANOS	82,80%	1.347.555,72
6	Administrativo Financeiro	54,40%	885.451,80
5	Estagiário	4,90%	79.800,00
1	Técnico e planejamento	7,86%	127.926,36
2	Estagiário	1,96%	31.920,00
2	Secretaria executiva	11,71%	190.537,56
2	Estagiário	1,96%	31.920,00
C	ASSESSORIAS	5,90%	96.000,00
D	DESPESAS OPERACIONAIS	11,31%	184.000,00
TOTAL		100,00%	1.627.555,72

ENTIDADE DELEGATÁRIA - ORGANOGRAMA E CUSTEIO - 2022 - BOA

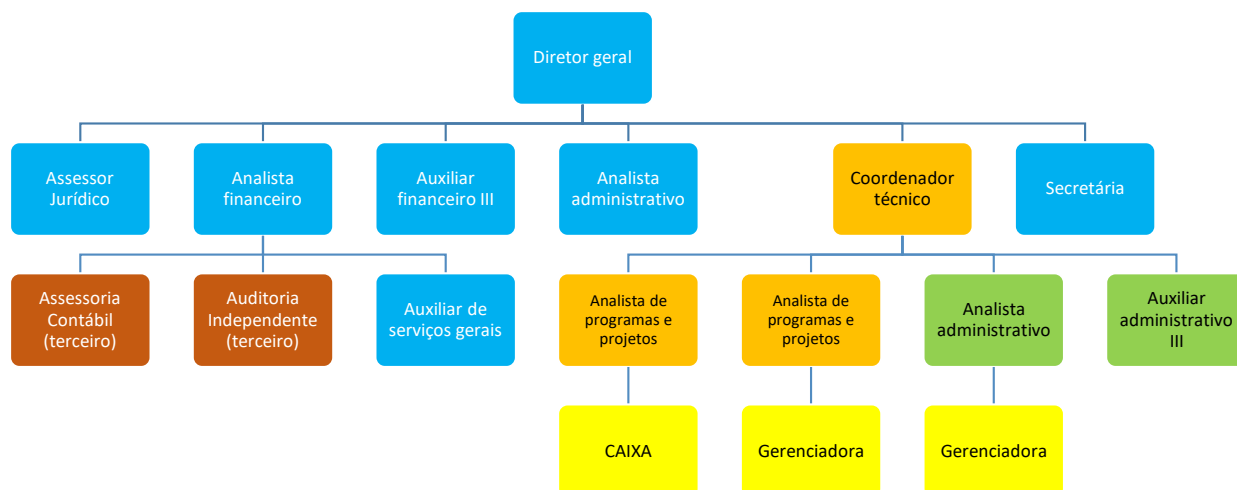


11,0 Colaboradores
9 Estagiários

Administrativo e financeiro
Projetos e planejamento
Secretaria Executiva
Terceirizados custeio
Terceirizados 92,5%

A	RECURSOS HUMANOS	79,70%	1.554.872,76
7,0	Administrativo Financeiro	49,46%	964.842,48
5	Estagiário	4,09%	79.800,00
2	Técnico e planejamento	13,11%	255.852,72
2	Estagiário	1,64%	31.920,00
2	Secretaria executiva	9,77%	190.537,56
2	Estagiário	1,64%	31.920,00
C	ASSESSORIAS	6,15%	120.000,00
D	DESPESAS OPERACIONAIS	14,15%	276.000,00
TOTAL		100,00%	1.950.872,76

ENTIDADE DELEGATÁRIA - ORGANOGRAMA E CUSTEIO - 2023 - ÓTIMA

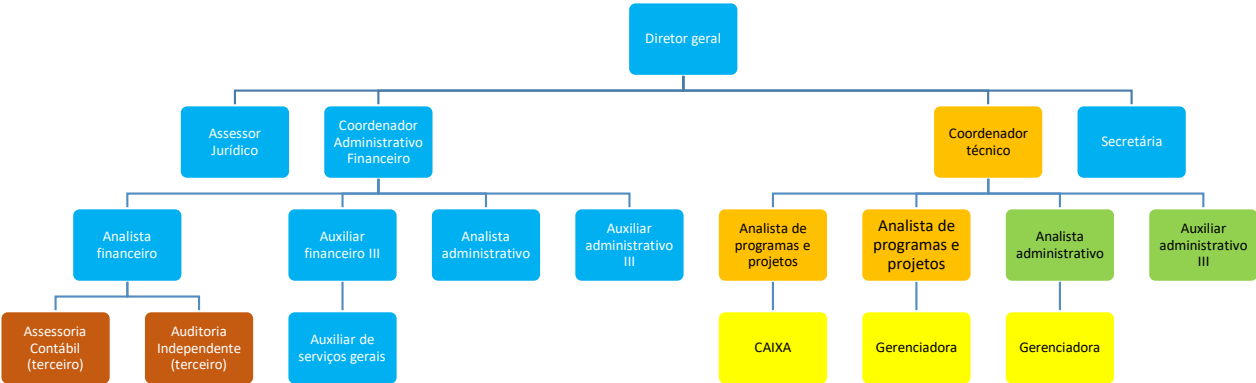


12 Colaboradores
9 Estagiários

Administrativo e financeiro
Projetos e planejamento
Secretaria Executiva
Terceirizados custeio
Terceirizados 92,5%

A	RECURSOS HUMANOS	80,41%	1.773.181,20
7	Administrativo Financeiro	43,75%	964.842,48
5	Estagiário	3,62%	79.800,00
3	Técnico e planejamento	20,06%	442.404,96
2	Estagiário	1,45%	31.920,00
2	Secretaria executiva	10,08%	222.293,76
2	Estagiário	1,45%	31.920,00
C	ASSESSORIAS	7,07%	156.000,00
D	DESPESAS OPERACIONAIS	12,52%	276.000,00
TOTAL		100,00%	2.205.181,20

ENTIDADE DELEGATÁRIA - ORGANOGRAMA E CUSTEIO - 2024 - IDEAL



14 Colaboradores

9 Estagiários

	Administrativo e financeiro
	Projetos e planejamento
	Secretaria Executiva
	Terceirizados custeio
	Terceirizados 92,5%

A	RECURSOS HUMANOS	79,30%	2.007.367,92
9	Administrativo Financeiro	48,62%	1.230.785,40
5	Estagiário	3,15%	79.800,00
3	Técnico e planejamento	17,48%	442.404,96
2	Estagiário	1,26%	31.920,00
2	Secretaria executiva	7,53%	190.537,56
2	Estagiário	1,26%	31.920,00
C	ASSESSORIAS	6,16%	156.000,00
D	DESPESAS OPERACIONAIS	14,54%	368.000,00
TOTAL		100,00%	2.531.367,92

DESPESAS OPERACIONAIS

Despesas operacionais	368.000,00
------------------------------	-------------------

Infraestrutura e utilidades

Aluguel; água e esgoto; condomínio; energia; manutenção e conservação; segurança e vigilância.	84.000,00
--	-----------

Tecnologia da Informação

E-mail; licenças; material de informática; telefone e internet.	72.000,00
---	-----------

Publicidade e Propaganda

Boletins; eventos; material promocional, comunicação e publicação, despesas de viagens; despesas com viagens. veículos aluguel de veículos e outras despesas com veículos.	24.000,00
--	-----------

Despesas Gerais

Bens de pequeno valor; material de escritório/uso e consumo; cartório; correios; despesas bancárias; seguros; serviços gráficos e outros.	108.000,00
---	------------

Serviços de Terceiros

Agente de estágio; aluguel de equipamentos; outros serviços; serviço de comunicação; serviço de limpeza;	80.000,00
--	-----------

ENTIDADE DELEGATÁRIA - DIMENSIONAMENTO DE PROJETOS x EQUIPE

GERENCIAMENTO DE PROJETOS (externo e interno)				2020 min	2020 min	2021	2022	2023	2024	TOTAL	
PROGRAMAS DE SANEAMENTO				RECURSOS LIVRES							
P11	Programa de Saneamento da Bacia			12.658.039	1	1	2	2	2	3	11
P41	Programa de Universalização do Saneamento			11.325.445		1	1	2	2	2	8
P42	Programa de Expansão do Saneamento Rural			3.633.434			1	2	2	2	7
PROGRAMAS HIDROAMBIENTAIS				RECURSOS LIVRES							
P12	Programa de controle das atividades geradoras de sedimentos			7.310.658	1	1	1	1	2	2	8
P22	Programa de incentivo ao uso racional de água na agricultura			3.206.910		1	1	1	2	2	7
P52	Programa de recomposição de APPs e nascentes			10.912.265	1	1	2	2	2	3	11
APOIO A REUNIÕES E EVENTOS				RECURSOS LIVRES							
	Organização de plenárias e reuniões de câmaras técnicas				2	3	4	5	6	6	26

7. Referências Bibliográficas

Referências Bibliográficas

NOTA TÉCNICA Nº 27/2019/CSCOB/SAS, Documento no 02500.082382/2019-94, da Agência Nacional de Águas - ANA, de 04 de dezembro de 2019.

DELIBERAÇÃO AD REFERENDUM Nº 48 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015 Institui o Plano de Aplicação Plurianual da Bacia Hidrográfica do Rio Doce para o período de 2016 à 2020.

DELIBERAÇÃO NORMATIVA CBH-DOCE Nº 81 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2019 Altera a Deliberação nº 48/2015 que institui o Plano de Aplicação Plurianual da Bacia Hidrográfica do Rio Doce para o período de 2016 e 2020.

Consulta no site IBIO - <http://www.ibioagbdoce.org.br/>, no dia 23 de março de 2020.

Consulta no site AGEVAP - <http://www.agevap.org.br/>, no dia 23 de março de 2020.

Relatório de Gestão do CBH Doce, referente ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2019 em atendimento a letra Q da Cláusula Terceira do Contrato de Gestão nº 072/ANA/2011.

RELATÓRIO EXECUTIVO do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do rio Doce e Planos de Ações para as Unidades de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos no âmbito da Bacia do Rio Doce, de junho de 2010.

LEI FEDERAL nº 9.433 de 8 de janeiro de 1997 que Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.

Acórdão TCU - AC-1749-29/18-P, auditoria operacional da gestão da bacia hidrográfica do rio Doce. Implementação incipiente do Plano Integrado de Recursos Hidricos. Falhas de articulação entre os agentes da PNRH. Não aplicação dos recursos advindos da cobrança pelo uso da água. Ausência de revisão e de critérios de atualização monetária dos valores cobrados pelo uso da água. Fragilidades na gestão do IBIO, de 01 de agosto de 2018.

Agência Nacional de Águas (Brasil). Agência de Água – o que é, o que faz e como funciona / Agência Nacional de Águas. - Brasília: ANA, 2014. 100 p. : il. -- (Cadernos de Capacitação em Recursos Hídricos; v.4). ISBN: 978-85-89629-95-9 1. Agência de Água 2. Bacia Hidrográfica 3. Capacitação I. Agência Nacional de Águas (Brasil) II. Superintendência de Apoio à Gestão de Recursos Hídricos III. Título.

8. Memória de cálculo

ENTIDADE DELEGATÁRIA - CUSTEIO 2020

Nº		ESPECIFICAÇÃO	Custo unitário	Rateio	Custo Mensal	Custo Anual
			R\$	%	R\$	R\$
A		RECURSOS HUMANOS				837.012,48
	3	Administrativo Financeiro	55.433,86	100%	49.828,27	597.939,24
	2	Estagiário	2.660,00	100%	2.660,00	31.920,00
	1	Técnico e planejamento	10.660,53	100%	10.660,53	127.926,36
	1	Estagiário	1.330,00	100%	1.330,00	15.960,00
	1	Secretaria executiva	9.262,24	100%	9.262,24	111.146,88
	1	Estagiário	1.330,00	100%	1.330,00	15.960,00
B	4	ESTAGIÁRIOS		% rateio	5.320,00	63.840,00
	1	Diretor geral	38.627,17	100%	38.627,17	463.526,04
		Salário	20.876,94			
		Encargos sociais + benefícios	17.750,23	85,02%		
	0	Secretária	0,00	100%	0,00	0,00
		Salário	3.575,71			
		Encargos sociais + benefícios	3.040,18	85,02%		
	0	Assessor jurídico	0,00	100%	0,00	0,00
		Salário	4.367,70			
		Encargos sociais + benefícios	3.713,55	85,02%		
	0	Estagiário	0,00	100%	0,00	0,00
		Salário	1.050,00			
		Vale transporte	180,00			
		Agente de estágio	100,00			
	0	Coordenador administrativo financeiro	0,00	100%	0,00	0,00
		Salário	8.402,21			
		Encargos sociais + benefícios	7.143,82	85,02%		
	1	Analista financeiro	9.262,24	100%	9.262,24	111.146,88
		Salário	5.005,99			
		Encargos sociais + benefícios	4.256,25	85,02%		
	1	Estagiário	1.330,00	100%	1.330,00	15.960,00
		Salário	1.050,00			
		Vale transporte	180,00			
		Agente de estágio	100,00			
	0	Auxiliar financeiro III	0,00	100%	0,00	0,00
		Salário	3.575,71			
		Encargos sociais + benefícios	3.040,18	85,02%		
	0	Estagiário	0,00	100%	0,00	0,00
		Salário	1.050,00			

ENTIDADE DELEGATÁRIA - CUSTEIO 2020

Nº	ESPECIFICAÇÃO	Custo unitário	Rateio	Custo Mensal	Custo Anual
		R\$	%	R\$	R\$
	Vale transporte	180,00			
	Agente de estágio	100,00			
0	Analista administrativo	0,00	100%	0,00	0,00
	Salário	5.005,99			
	Encargos sociais + benefícios	4.256,25	85,02%		
1	Estagiário	1.330,00	100%	1.330,00	15.960,00
	Salário	1.050,00			
	Vale transporte	180,00			
	Agente de estágio	100,00			
0	Auxiliar administrativo III	0,00	100%	0,00	0,00
	Salário	3.575,71			
	Encargos sociais + benefícios	3.040,18	85,02%		
0	Estagiário	0,00	100%	0,00	0,00
	Salário	1.050,00			
	Vale transporte	180,00			
	Agente de estágio	100,00			
1	Auxiliar de serviços gerais	1.938,86	100%	1.938,86	23.266,32
	Salário	1.047,90			
	Encargos sociais + benefícios	890,96	85,02%		
0	Coordenador técnico	0,00	100%	0,00	0,00
	Salário	8.402,21			
	Encargos sociais + benefícios	7.143,82	85,02%		
1	Analista de programas e projetos	10.660,53	100%	10.660,53	127.926,36
	Salário	5.761,73			
	Encargos sociais + benefícios	4.898,80	85,02%		
1	Estagiário	1.330,00	100%	1.330,00	15.960,00
	Salário	1.050,00			
	Vale transporte	180,00			
	Agente de estágio	100,00			
0	Analista de programas e projetos	0,00	100%	0,00	0,00
	Salário	5.761,73			
	Encargos sociais + benefícios	4.898,80	85,02%		
0	Estagiário	0,00	100%	0,00	0,00
	Salário	1.050,00			
	Vale transporte	180,00			
	Agente de estágio	100,00			
1	Analista administrativo	9.262,24	100%	9.262,24	111.146,88

ENTIDADE DELEGATÁRIA - CUSTEIO 2020

Nº	ESPECIFICAÇÃO	Custo unitário	Rateio	Custo Mensal	Custo Anual
		R\$	%	R\$	R\$
	Salário	5.005,99			
	Encargos sociais + benefícios	4.256,25	85,02%		
1	Estagiário	1.330,00	100%	1.330,00	15.960,00
	Salário	1.050,00			
	Vale transporte	180,00			
	Agente de estágio	100,00			
0	Auxiliar administrativo III	0,00	100%	0,00	0,00
	Salário	3.575,71			
	Encargos sociais + benefícios	3.040,18	85,02%		
0	Estagiário	0,00	100%	0,00	0,00
	Salário	1.050,00			
	Vale transporte	180,00			
	Agente de estágio	100,00			
B	ASSESSORIAS	112.000,00	% Rateio	112.000,00	112.000,00
	Assessoria contábil	36.000,00	100,00%	36.000,00	
	Auditoria independente	36.000,00	100,00%	36.000,00	
	Sistema financeiro	24.000,00	100,00%	24.000,00	
	Assessoria jurídica	16.000,00	100,00%	16.000,00	
C	DESPESAS OPERACIONAIS	184.000,00	% Rateio	184.000,00	184.000,00
	Limpeza, deslocamento (aluguel de veículo, combustível, pedágio, táxi, transporte terrestre e aéreo), telefone (móvel e fixo) e internet, correio, despesas de pequena monta/material de consumo, manutenção escritório, móveis e equipamentos, diárias, eventos (reuniões e outros)	184.000,00	100%	184.000,00	
A	RECURSOS HUMANOS				837.012,48
B	ESTAGIÁRIOS				63.840,00
B	ASSESSORIAS				112.000,00
C	DESPESAS OPERACIONAIS				184.000,00
	TOTAL				1.196.852,48

ENTIDADE DELEGATÁRIA - CUSTEIO 2020

Nº		ESPECIFICAÇÃO	Custo unitário	Rateio	Custo Mensal	Custo Anual
			R\$	%	R\$	R\$
A		RECURSOS HUMANOS				1.045.134,36
	5	Administrativo Financeiro	55.433,86	100%	67.171,76	806.061,12
	2	Estagiário	2.660,00	100%	2.660,00	31.920,00
	1	Técnico e planejamento	10.660,53	100%	10.660,53	127.926,36
	2	Estagiário	2.660,00	100%	2.660,00	31.920,00
	1	Secretaria executiva	9.262,24	100%	9.262,24	111.146,88
	2	Estagiário	2.660,00	100%	2.660,00	31.920,00
B	6	ESTAGIÁRIOS		% rateio	7.980,00	95.760,00
	1	Diretor geral	38.627,17	100%	38.627,17	463.526,04
		Salário	20.876,94			
		Encargos sociais + benefícios	17.750,23	85,02%		
	0	Secretária	0,00	100%	0,00	0,00
		Salário	3.575,71			
		Encargos sociais + benefícios	3.040,18	85,02%		
	1	Assessor jurídico	8.081,25	100%	8.081,25	96.975,00
		Salário	4.367,70			
		Encargos sociais + benefícios	3.713,55	85,02%		
	0	Estagiário	0,00	100%	0,00	0,00
		Salário	1.050,00			
		Vale transporte	180,00			
		Agente de estágio	100,00			
	0	Coordenador administrativo financeiro	0,00	100%	0,00	0,00
		Salário	8.402,21			
		Encargos sociais + benefícios	7.143,82	85,02%		
	1	Analista financeiro	9.262,24	100%	9.262,24	111.146,88
		Salário	5.005,99			
		Encargos sociais + benefícios	4.256,25	85,02%		
	1	Estagiário	1.330,00	100%	1.330,00	15.960,00
		Salário	1.050,00			
		Vale transporte	180,00			
		Agente de estágio	100,00			
	0	Auxiliar financeiro III	0,00	100%	0,00	0,00
		Salário	3.575,71			
		Encargos sociais + benefícios	3.040,18	85,02%		
	0	Estagiário	0,00	100%	0,00	0,00
		Salário	1.050,00			

ENTIDADE DELEGATÁRIA - CUSTEIO 2020

Nº	ESPECIFICAÇÃO	Custo unitário	Rateio	Custo Mensal	Custo Anual
		R\$	%	R\$	R\$
	Vale transporte	180,00			
	Agente de estágio	100,00			
1	Analista administrativo	9.262,24	100%	9.262,24	111.146,88
	Salário	5.005,99			
	Encargos sociais + benefícios	4.256,25	85,02%		
1	Estagiário	1.330,00	100%	1.330,00	15.960,00
	Salário	1.050,00			
	Vale transporte	180,00			
	Agente de estágio	100,00			
0	Auxiliar administrativo III	0,00	100%	0,00	0,00
	Salário	3.575,71			
	Encargos sociais + benefícios	3.040,18	85,02%		
0	Estagiário	0,00	100%	0,00	0,00
	Salário	1.050,00			
	Vale transporte	180,00			
	Agente de estágio	100,00			
1	Auxiliar de serviços gerais	1.938,86	100%	1.938,86	23.266,32
	Salário	1.047,90			
	Encargos sociais + benefícios	890,96	85,02%		
0	Coordenador técnico	0,00	100%	0,00	0,00
	Salário	8.402,21			
	Encargos sociais + benefícios	7.143,82	85,02%		
1	Analista de programas e projetos	10.660,53	100%	10.660,53	127.926,36
	Salário	5.761,73			
	Encargos sociais + benefícios	4.898,80	85,02%		
1	Estagiário	1.330,00	100%	1.330,00	15.960,00
	Salário	1.050,00			
	Vale transporte	180,00			
	Agente de estágio	100,00			
0	Analista de programas e projetos	0,00	100%	0,00	0,00
	Salário	5.761,73			
	Encargos sociais + benefícios	4.898,80	85,02%		
1	Estagiário	1.330,00	100%	1.330,00	15.960,00
	Salário	1.050,00			
	Vale transporte	180,00			
	Agente de estágio	100,00			
1	Analista administrativo	9.262,24	100%	9.262,24	111.146,88

ENTIDADE DELEGATÁRIA - CUSTEIO 2020

Nº	ESPECIFICAÇÃO	Custo unitário	Rateio	Custo Mensal	Custo Anual
		R\$	%	R\$	R\$
	Salário	5.005,99			
	Encargos sociais + benefícios	4.256,25	85,02%		
1	Estagiário	1.330,00	100%	1.330,00	15.960,00
	Salário	1.050,00			
	Vale transporte	180,00			
	Agente de estágio	100,00			
0	Auxiliar administrativo III	0,00	100%	0,00	0,00
	Salário	3.575,71			
	Encargos sociais + benefícios	3.040,18	85,02%		
1	Estagiário	1.330,00	100%	1.330,00	15.960,00
	Salário	1.050,00			
	Vale transporte	180,00			
	Agente de estágio	100,00			
B	ASSESSORIAS	96.000,00	% Rateio	96.000,00	96.000,00
	Assessoria contábil	36.000,00	100,00%	36.000,00	
	Auditoria independente	36.000,00	100,00%	36.000,00	
	Sistema financeiro	24.000,00	100,00%	24.000,00	
C	DESPESAS OPERACIONAIS	184.000,00	% Rateio	184.000,00	184.000,00
	Limpeza, deslocamento (aluguel de veículo, combustível, pedágio, táxi, transporte terrestre e aéreo), telefone (móvel e fixo) e internet, correio, despesas de pequena monta/material de consumo, manutenção escritório, móveis e equipamentos, diárias, eventos (reuniões e outros)	184.000,00	100%	184.000,00	
A	RECURSOS HUMANOS				1.045.134,36
B	ESTAGIÁRIOS				95.760,00
B	ASSESSORIAS				96.000,00
C	DESPESAS OPERACIONAIS				184.000,00
	TOTAL				1.420.894,36

ENTIDADE DELEGATÁRIA - CUSTEIO 2021

Nº		ESPECIFICAÇÃO	Custo unitário	Rateio	Custo Mensal	Custo Anual
			R\$	%	R\$	R\$
A		RECURSOS HUMANOS				1.203.915,72
	6,0	Administrativo Financeiro	55.433,86	100%	73.787,65	885.451,80
	5	Estagiário	6.650,00	100%	6.650,00	79.800,00
	1	Técnico e planejamento	10.660,53	100%	10.660,53	127.926,36
	2	Estagiário	2.660,00	100%	2.660,00	31.920,00
	2	Secretaria executiva	15.878,14	100%	15.878,13	190.537,56
	2	Estagiário	2.660,00	100%	2.660,00	31.920,00
B	9	ESTAGIÁRIOS		% rateio	11.970,00	143.640,00
	1	Diretor geral	38.627,17	100%	38.627,17	463.526,04
		Salário	20.876,94			
		Encargos sociais + benefícios	17.750,23	85,02%		
	1	Secretária	6.615,89	100%	6.615,89	79.390,68
		Salário	3.575,71			
		Encargos sociais + benefícios	3.040,18	85,02%		
	1	Assessor jurídico	8.081,25	100%	8.081,25	96.975,00
		Salário	4.367,70			
		Encargos sociais + benefícios	3.713,55	85,02%		
	1	Estagiário	1.330,00	100%	1.330,00	15.960,00
		Salário	1.050,00			
		Vale transporte	180,00			
		Agente de estágio	100,00			
	0	Coordenador administrativo financeiro	0,00	100%	0,00	0,00
		Salário	8.402,21			
		Encargos sociais + benefícios	7.143,82	85,02%		
	1	Analista financeiro	9.262,24	100%	9.262,24	111.146,88
		Salário	5.005,99			
		Encargos sociais + benefícios	4.256,25	85,02%		
	1	Estagiário	1.330,00	100%	1.330,00	15.960,00
		Salário	1.050,00			
		Vale transporte	180,00			
		Agente de estágio	100,00			
	0	Auxiliar financeiro III	0,00	100%	0,00	0,00
		Salário	3.575,71			
		Encargos sociais + benefícios	3.040,18	85,02%		
	1	Estagiário	1.330,00	100%	1.330,00	15.960,00
		Salário	1.050,00			

ENTIDADE DELEGATÁRIA - CUSTEIO 2021

Nº	ESPECIFICAÇÃO	Custo unitário	Rateio	Custo Mensal	Custo Anual
		R\$	%	R\$	R\$
	Vale transporte	180,00			
	Agente de estágio	100,00			
1	Analista administrativo	9.262,24	100%	9.262,24	111.146,88
	Salário	5.005,99			
	Encargos sociais + benefícios	4.256,25	85,02%		
1	Estagiário	1.330,00	100%	1.330,00	15.960,00
	Salário	1.050,00			
	Vale transporte	180,00			
	Agente de estágio	100,00			
0	Auxiliar administrativo III	0,00	100%	0,00	0,00
	Salário	3.575,71			
	Encargos sociais + benefícios	3.040,18	85,02%		
1	Estagiário	1.330,00	100%	1.330,00	15.960,00
	Salário	1.050,00			
	Vale transporte	180,00			
	Agente de estágio	100,00			
1	Auxiliar de serviços gerais	1.938,86	100%	1.938,86	23.266,32
	Salário	1.047,90			
	Encargos sociais + benefícios	890,96	85,02%		
0	Coordenador técnico	0,00	100%	0,00	0,00
	Salário	8.402,21			
	Encargos sociais + benefícios	7.143,82	85,02%		
1	Analista de programas e projetos	10.660,53	100%	10.660,53	127.926,36
	Salário	5.761,73			
	Encargos sociais + benefícios	4.898,80	85,02%		
1	Estagiário	1.330,00	100%	1.330,00	15.960,00
	Salário	1.050,00			
	Vale transporte	180,00			
	Agente de estágio	100,00			
0	Analista de programas e projetos	0,00	100%	0,00	0,00
	Salário	5.761,73			
	Encargos sociais + benefícios	4.898,80	85,02%		
1	Estagiário	1.330,00	100%	1.330,00	15.960,00
	Salário	1.050,00			
	Vale transporte	180,00			
	Agente de estágio	100,00			
1	Analista administrativo	9.262,24	100%	9.262,24	111.146,88

ENTIDADE DELEGATÁRIA - CUSTEIO 2021

Nº	ESPECIFICAÇÃO	Custo unitário	Rateio	Custo Mensal	Custo Anual
		R\$	%	R\$	R\$
	Salário	5.005,99			
	Encargos sociais + benefícios	4.256,25	85,02%		
1	Estagiário	1.330,00	100%	1.330,00	15.960,00
	Salário	1.050,00			
	Vale transporte	180,00			
	Agente de estágio	100,00			
1	Auxiliar administrativo III	6.615,89	100%	6.615,89	79.390,68
	Salário	3.575,71			
	Encargos sociais + benefícios	3.040,18	85,02%		
1	Estagiário	1.330,00	100%	1.330,00	15.960,00
	Salário	1.050,00			
	Vale transporte	180,00			
	Agente de estágio	100,00			
C	ASSESSORIAS	96.000,00	% Rateio	96.000,00	96.000,00
	Assessoria contábil	36.000,00	100,00%	36.000,00	
	Auditoria independente	36.000,00	100,00%	36.000,00	
	Sistema financeiro	24.000,00	100,00%	24.000,00	
D	DESPESAS OPERACIONAIS	184.000,00	% Rateio	184.000,00	184.000,00
	Limpeza, deslocamento (aluguel de veículo, combustível, pedágio, táxi, transporte terrestre e aéreo), telefone (móvel e fixo) e internet, correio, despesas de pequena monta/material de consumo, manutenção escritório, móveis e equipamentos, diárias, eventos (reuniões e outros)	184.000,00	100%	184.000,00	
A	RECURSOS HUMANOS	9			1.203.915,72
B	ESTAGIÁRIOS	9			143.640,00
C	ASSESSORIAS				96.000,00
D	DESPESAS OPERACIONAIS				184.000,00
	TOTAL				1.627.555,72

ENTIDADE DELEGATÁRIA - CUSTEIO 2022

Nº		ESPECIFICAÇÃO	Custo unitário	Rateio	Custo Mensal	Custo Anual
			R\$	%	R\$	R\$
A		RECURSOS HUMANOS				1.411.232,76
	7	Administrativo Financeiro	55.433,86	100%	80.403,54	964.842,48
	5	Estagiário	6.650,00	100%	6.650,00	79.800,00
	2	Técnico e planejamento	21.321,06	100%	21.321,06	255.852,72
	2	Estagiário	2.660,00	100%	2.660,00	31.920,00
	2	Secretaria executiva	15.878,14	100%	15.878,13	190.537,56
	2	Estagiário	2.660,00	100%	2.660,00	31.920,00
B	9	ESTAGIÁRIOS		% rateio	11.970,00	143.640,00
	1	Diretor geral	38.627,17	100%	38.627,17	463.526,04
		Salário	20.876,94			
		Encargos sociais + benefícios	17.750,23	85,02%		
	1	Secretária	6.615,89	100%	6.615,89	79.390,68
		Salário	3.575,71			
		Encargos sociais + benefícios	3.040,18	85,02%		
	1	Assessor jurídico	8.081,25	100%	8.081,25	96.975,00
		Salário	4.367,70			
		Encargos sociais + benefícios	3.713,55	85,02%		
	1	Estagiário	1.330,00	100%	1.330,00	15.960,00
		Salário	1.050,00			
		Vale transporte	180,00			
		Agente de estágio	100,00			
	0	Coordenador administrativo financeiro	0,00	100%	0,00	0,00
		Salário	8.402,21			
		Encargos sociais + benefícios	7.143,82	85,02%		
	1	Analista financeiro	9.262,24	100%	9.262,24	111.146,88
		Salário	5.005,99			
		Encargos sociais + benefícios	4.256,25	85,02%		
	1	Estagiário	1.330,00	100%	1.330,00	15.960,00
		Salário	1.050,00			
		Vale transporte	180,00			
		Agente de estágio	100,00			
	1	Auxiliar financeiro III	6.615,89	100%	6.615,89	79.390,68
		Salário	3.575,71			
		Encargos sociais + benefícios	3.040,18	85,02%		
	1	Estagiário	1.330,00	100%	1.330,00	15.960,00
		Salário	1.050,00			

ENTIDADE DELEGATÁRIA - CUSTEIO 2022

Nº	ESPECIFICAÇÃO	Custo unitário	Rateio	Custo Mensal	Custo Anual
		R\$	%	R\$	R\$
	Vale transporte	180,00			
	Agente de estágio	100,00			
1	Analista administrativo	9.262,24	100%	9.262,24	111.146,88
	Salário	5.005,99			
	Encargos sociais + benefícios	4.256,25	85,02%		
1	Estagiário	1.330,00	100%	1.330,00	15.960,00
	Salário	1.050,00			
	Vale transporte	180,00			
	Agente de estágio	100,00			
0	Auxiliar administrativo III	0,00	100%	0,00	0,00
	Salário	3.575,71			
	Encargos sociais + benefícios	3.040,18	85,02%		
1	Estagiário	1.330,00	100%	1.330,00	15.960,00
	Salário	1.050,00			
	Vale transporte	180,00			
	Agente de estágio	100,00			
1	Auxiliar de serviços gerais	1.938,86	100%	1.938,86	23.266,32
	Salário	1.047,90			
	Encargos sociais + benefícios	890,96	85,02%		
0	Coordenador técnico	0,00	100%	0,00	0,00
	Salário	8.402,21			
	Encargos sociais + benefícios	7.143,82	85,02%		
1	Analista de programas e projetos	10.660,53	100%	10.660,53	127.926,36
	Salário	5.761,73			
	Encargos sociais + benefícios	4.898,80	85,02%		
1	Estagiário	1.330,00	100%	1.330,00	15.960,00
	Salário	1.050,00			
	Vale transporte	180,00			
	Agente de estágio	100,00			
1	Analista de programas e projetos	10.660,53	100%	10.660,53	127.926,36
	Salário	5.761,73			
	Encargos sociais + benefícios	4.898,80	85,02%		
1	Estagiário	1.330,00	100%	1.330,00	15.960,00
	Salário	1.050,00			
	Vale transporte	180,00			
	Agente de estágio	100,00			
1	Analista administrativo	9.262,24	100%	9.262,24	111.146,88

ENTIDADE DELEGATÁRIA - CUSTEIO 2022

Nº	ESPECIFICAÇÃO	Custo unitário	Rateio	Custo Mensal	Custo Anual
		R\$	%	R\$	R\$
	Salário	5.005,99			
	Encargos sociais + benefícios	4.256,25	85,02%		
1	Estagiário	1.330,00	100%	1.330,00	15.960,00
	Salário	1.050,00			
	Vale transporte	180,00			
	Agente de estágio	100,00			
1	Auxiliar administrativo III	6.615,89	100%	6.615,89	79.390,68
	Salário	3.575,71			
	Encargos sociais + benefícios	3.040,18	85,02%		
1	Estagiário	1.330,00	100%	1.330,00	15.960,00
	Salário	1.050,00			
	Vale transporte	180,00			
	Agente de estágio	100,00			
C	ASSESSORIAS	120.000,00	% Rateio	120.000,00	120.000,00
	Assessoria contábil	48.000,00	100,00%	48.000,00	
	Auditoria independente	36.000,00	100,00%	36.000,00	
	Sistema financeiro	36.000,00	100,00%	36.000,00	
D	DESPESAS OPERACIONAIS	276.000,00	% Rateio	276.000,00	276.000,00
	Limpeza, deslocamento (aluguel de veículo, combustível, pedágio, táxi, transporte terrestre e aéreo), telefone (móvel e fixo) e internet, correio, despesas de pequena monta/material de consumo, manutenção escritório, móveis e equipamentos, diárias, eventos (reuniões e outros)	276.000,00	100%	276.000,00	
A	RECURSOS HUMANOS	11			1.411.232,76
B	ESTAGIÁRIOS	9			143.640,00
C	ASSESSORIAS				120.000,00
D	DESPESAS OPERACIONAIS				276.000,00
	TOTAL				1.950.872,76

ENTIDADE DELEGATÁRIA - CUSTEIO 2023

Nº		ESPECIFICAÇÃO	Custo unitário	Rateio	Custo Mensal	Custo Anual
			R\$	%	R\$	R\$
A		RECURSOS HUMANOS				1.629.541,20
	7,0	Administrativo Financeiro	55.433,86	100%	80.403,54	964.842,48
	5	Estagiário	6.650,00	100%	6.650,00	79.800,00
	3	Técnico e planejamento	36.867,08	100%	36.867,08	442.404,96
	2	Estagiário	2.660,00	100%	2.660,00	31.920,00
	2	Secretaria executiva	18.524,48	100%	18.524,48	222.293,76
	2	Estagiário	2.660,00	100%	2.660,00	31.920,00
B	9	ESTAGIÁRIOS		% rateio	11.970,00	143.640,00
	1	Diretor geral	38.627,17	100%	38.627,17	463.526,04
		Salário	20.876,94			
		Encargos sociais + benefícios	17.750,23	85,02%		
	1	Secretária	6.615,89	100%	6.615,89	79.390,68
		Salário	3.575,71			
		Encargos sociais + benefícios	3.040,18	85,02%		
	1	Assessor jurídico	8.081,25	100%	8.081,25	96.975,00
		Salário	4.367,70			
		Encargos sociais + benefícios	3.713,55	85,02%		
	1	Estagiário	1.330,00	100%	1.330,00	15.960,00
		Salário	1.050,00			
		Vale transporte	180,00			
		Agente de estágio	100,00			
	0	Coordenador administrativo financeiro	0,00	100%	0,00	0,00
		Salário	8.402,21			
		Encargos sociais + benefícios	7.143,82	85,02%		
	1	Analista financeiro	9.262,24	100%	9.262,24	111.146,88
		Salário	5.005,99			
		Encargos sociais + benefícios	4.256,25	85,02%		
	1	Estagiário	1.330,00	100%	1.330,00	15.960,00
		Salário	1.050,00			
		Vale transporte	180,00			
		Agente de estágio	100,00			
	1	Auxiliar financeiro III	6.615,89	100%	6.615,89	79.390,68
		Salário	3.575,71			
		Encargos sociais + benefícios	3.040,18	85,02%		
	1	Estagiário	1.330,00	100%	1.330,00	15.960,00
		Salário	1.050,00			

ENTIDADE DELEGATÁRIA - CUSTEIO 2023

Nº	ESPECIFICAÇÃO	Custo unitário	Rateio	Custo Mensal	Custo Anual
		R\$	%	R\$	R\$
	Vale transporte	180,00			
	Agente de estágio	100,00			
1	Analista administrativo	9.262,24	100%	9.262,24	111.146,88
	Salário	5.005,99			
	Encargos sociais + benefícios	4.256,25	85,02%		
1	Estagiário	1.330,00	100%	1.330,00	15.960,00
	Salário	1.050,00			
	Vale transporte	180,00			
	Agente de estágio	100,00			
0	Auxiliar administrativo III	0,00	100%	0,00	0,00
	Salário	3.575,71			
	Encargos sociais + benefícios	3.040,18	85,02%		
1	Estagiário	1.330,00	100%	1.330,00	15.960,00
	Salário	1.050,00			
	Vale transporte	180,00			
	Agente de estágio	100,00			
1	Auxiliar de serviços gerais	1.938,86	100%	1.938,86	23.266,32
	Salário	1.047,90			
	Encargos sociais + benefícios	890,96	85,02%		
1	Coordenador técnico	15.546,02	100%	15.546,02	186.552,24
	Salário	8.402,21			
	Encargos sociais + benefícios	7.143,82	85,02%		
1	Analista de programas e projetos	10.660,53	100%	10.660,53	127.926,36
	Salário	5.761,73			
	Encargos sociais + benefícios	4.898,80	85,02%		
1	Estagiário	1.330,00	100%	1.330,00	15.960,00
	Salário	1.050,00			
	Vale transporte	180,00			
	Agente de estágio	100,00			
1	Analista de programas e projetos	10.660,53	100%	10.660,53	127.926,36
	Salário	5.761,73			
	Encargos sociais + benefícios	4.898,80	85,02%		
1	Estagiário	1.330,00	100%	1.330,00	15.960,00
	Salário	1.050,00			
	Vale transporte	180,00			
	Agente de estágio	100,00			
1	Analista administrativo	9.262,24	100%	9.262,24	111.146,88

ENTIDADE DELEGATÁRIA - CUSTEIO 2023

Nº	ESPECIFICAÇÃO	Custo unitário	Rateio	Custo Mensal	Custo Anual
		R\$	%	R\$	R\$
	Salário	5.005,99			
	Encargos sociais + benefícios	4.256,25	85,02%		
1	Estagiário	1.330,00	100%	1.330,00	15.960,00
	Salário	1.050,00			
	Vale transporte	180,00			
	Agente de estágio	100,00			
1	Auxiliar administrativo III	9.262,24	100%	9.262,24	111.146,88
	Salário	5.005,99			
	Encargos sociais + benefícios	4.256,25	85,02%		
1	Estagiário	1.330,00	100%	1.330,00	15.960,00
	Salário	1.050,00			
	Vale transporte	180,00			
	Agente de estágio	100,00			
C	ASSESSORIAS	156.000,00	% Rateio	156.000,00	156.000,00
	Assessoria contábil	60.000,00	100,00%	60.000,00	
	Auditoria independente	48.000,00	100,00%	48.000,00	
	Sistema financeiro	48.000,00	100,00%	48.000,00	
D	DESPESAS OPERACIONAIS	276.000,00	% Rateio	276.000,00	276.000,00
	Limpeza, deslocamento (aluguel de veículo, combustível, pedágio, táxi, transporte terrestre e aéreo), telefone (móvel e fixo) e internet, correio, despesas de pequena monta/material de consumo, manutenção escritório, móveis e equipamentos, diárias, eventos (reuniões e outros)	276.000,00	100%	276.000,00	
A	RECURSOS HUMANOS	12			1.629.541,20
B	ESTAGIÁRIOS	9			143.640,00
C	ASSESSORIAS				156.000,00
D	DESPESAS OPERACIONAIS				276.000,00
	TOTAL				2.205.181,20

ENTIDADE DELEGATÁRIA CUSTEIO - 2024

Nº		ESPECIFICAÇÃO	Custo unitário	Rateio	Custo Mensal	Custo Anual
			R\$	%	R\$	R\$
A		RECURSOS HUMANOS				1.863.727,92
	9	Administrativo Financeiro	55.433,86	100%	102.565,45	1.230.785,40
	5	Estagiário	6.650,00	100%	6.650,00	79.800,00
	3	Técnico e planejamento	36.867,08	100%	36.867,08	442.404,96
	2	Estagiário	2.660,00	100%	2.660,00	31.920,00
	2	Secretaria executiva	15.878,14	100%	15.878,13	190.537,56
	2	Estagiário	2.660,00	100%	2.660,00	31.920,00
B	9	ESTAGIÁRIOS		% rateio	11.970,00	143.640,00
	1	Diretor geral	38.627,17	100%	38.627,17	463.526,04
		Salário	20.876,94			
		Encargos sociais + benefícios	17.750,23	85,02%		
	1	Secretária	6.615,89	100%	6.615,89	79.390,68
		Salário	3.575,71			
		Encargos sociais + benefícios	3.040,18	85,02%		
	1	Assessor jurídico	8.081,25	100%	8.081,25	96.975,00
		Salário	4.367,70			
		Encargos sociais + benefícios	3.713,55	85,02%		
	1	Estagiário	1.330,00	100%	1.330,00	15.960,00
		Salário	1.050,00			
		Vale transporte	180,00			
		Agente de estágio	100,00			
	1	Coordenador administrativo financeiro	15.546,02	100%	15.546,02	186.552,24
		Salário	8.402,21			
		Encargos sociais + benefícios	7.143,82	85,02%		
	1	Analista financeiro	9.262,24	100%	9.262,24	111.146,88
		Salário	5.005,99			
		Encargos sociais + benefícios	4.256,25	85,02%		
	1	Estagiário	1.330,00	100%	1.330,00	15.960,00
		Salário	1.050,00			
		Vale transporte	180,00			
		Agente de estágio	100,00			
	1	Auxiliar financeiro III	6.615,89	100%	6.615,89	79.390,68
		Salário	3.575,71			
		Encargos sociais + benefícios	3.040,18	85,02%		
	1	Estagiário	1.330,00	100%	1.330,00	15.960,00
		Salário	1.050,00			

ENTIDADE DELEGATÁRIA CUSTEIO - 2024

Nº	ESPECIFICAÇÃO	Custo unitário	Rateio	Custo Mensal	Custo Anual
		R\$	%	R\$	R\$
	Vale transporte	180,00			
	Agente de estágio	100,00			
1	Analista administrativo	9.262,24	100%	9.262,24	111.146,88
	Salário	5.005,99			
	Encargos sociais + benefícios	4.256,25	85,02%		
1	Estagiário	1.330,00	100%	1.330,00	15.960,00
	Salário	1.050,00			
	Vale transporte	180,00			
	Agente de estágio	100,00			
1	Auxiliar administrativo III	6.615,89	100%	6.615,89	79.390,68
	Salário	3.575,71			
	Encargos sociais + benefícios	3.040,18	85,02%		
1	Estagiário	1.330,00	100%	1.330,00	15.960,00
	Salário	1.050,00			
	Vale transporte	180,00			
	Agente de estágio	100,00			
1	Auxiliar de serviços gerais	1.938,86	100%	1.938,86	23.266,32
	Salário	1.047,90			
	Encargos sociais + benefícios	890,96	85,02%		
1	Coordenador técnico	15.546,02	100%	15.546,02	186.552,24
	Salário	8.402,21			
	Encargos sociais + benefícios	7.143,82	85,02%		
1	Analista de programas e projetos	10.660,53	100%	10.660,53	127.926,36
	Salário	5.761,73			
	Encargos sociais + benefícios	4.898,80	85,02%		
1	Estagiário	1.330,00	100%	1.330,00	15.960,00
	Salário	1.050,00			
	Vale transporte	180,00			
	Agente de estágio	100,00			
1	Analista de programas e projetos	10.660,53	100%	10.660,53	127.926,36
	Salário	5.761,73			
	Encargos sociais + benefícios	4.898,80	85,02%		
1	Estagiário	1.330,00	100%	1.330,00	15.960,00
	Salário	1.050,00			
	Vale transporte	180,00			
	Agente de estágio	100,00			
1	Analista administrativo	9.262,24	100%	9.262,24	111.146,88

ENTIDADE DELEGATÁRIA CUSTEIO - 2024

Nº	ESPECIFICAÇÃO	Custo unitário	Rateio	Custo Mensal	Custo Anual
		R\$	%	R\$	R\$
	Salário	5.005,99			
	Encargos sociais + benefícios	4.256,25	85,02%		
1	Estagiário	1.330,00	100%	1.330,00	15.960,00
	Salário	1.050,00			
	Vale transporte	180,00			
	Agente de estágio	100,00			
1	Auxiliar administrativo III	6.615,89	100%	6.615,89	79.390,68
	Salário	3.575,71			
	Encargos sociais + benefícios	3.040,18	85,02%		
1	Estagiário	1.330,00	100%	1.330,00	15.960,00
	Salário	1.050,00			
	Vale transporte	180,00			
	Agente de estágio	100,00			
C	ASSESSORIAS	156.000,00	% Rateio	156.000,00	156.000,00
	Assessoria contábil	60.000,00	100,00%	60.000,00	
	Auditoria independente	48.000,00	100,00%	48.000,00	
	Sistema financeiro	48.000,00	100,00%	48.000,00	
D	DESPESAS OPERACIONAIS	368.000,00	% Rateio	368.000,00	368.000,00
	Limpeza, deslocamento (aluguel de veículo, combustível, pedágio, táxi, transporte terrestre e aéreo), telefone (móvel e fixo) e internet, correio, despesas de pequena monta/material de consumo, manutenção escritório, móveis e equipamentos, diárias, eventos (reuniões e outros)	368.000,00	100%	368.000,00	
A	RECURSOS HUMANOS				1.863.727,92
B	ESTAGIÁRIOS				143.640,00
C	ASSESSORIAS				156.000,00
D	DESPESAS OPERACIONAIS				368.000,00
	TOTAL				2.531.367,92

ENCARGOS SOCIAIS E BENEFÍCIOS

CÁLCULO DOS ENCARGOS SOCIAIS

GRUPO 2.1 - ENCARGOS SOCIAIS SOBRE A FOLHA DE PAGAMENTO	34,80	%
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	20	%
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	8	%
Serviço Social do Comércio - SESC	1,5	%
Serviço Nacional do Aprendizado do Comércio - SENAC	1	%
Salário Educação	2,5	%
Serviço de Apoio a Pequena e Média Empresa - SEBRAE	0,6	%
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	0,2	%
Seguro contra os Riscos de Acidente de Trabalho	1	%
GRUPO 2.2 - DIAS NÃO TRABALHADOS	11,68	%
Férias anuais	9,18	%
Faltas justificadas	1,36	%
Auxílio enfermidade	0,49	%
Aviso prévio trabalhado	0,18	%
Licença paternidade	0,18	%
Cursos	0,28	%
GRUPO 2.3 - ENCARGOS DE DEMISSÃO	3,91	%
Aviso prévio indenizado	3,67	%
Empregados demitidos	80,00	%
Permanência média na empresa	24,00	meses
Multa sobre FGTS acumulado no período)	50	%
Correção anual do FGTS	3	%
Correção mensal do FGTS	0,247	%
Depósito por rescisão sem justa causa	0,24	
% mensal paga pelo empregador para o FGTS	8	%
Contribuição mensal FGTS	0,73	%
Contribuição sobre 13º	1,49	%
Valor acumulado corrigido	19,62	%
GRUPO 2.4 - ABONOS LEGAIS	12,37	%
13º salário	9,31	%
Abono de férias (1/3) sobre férias	3,06	%
GRUPO 2.5 - REINCIDÊNCIAS	8,37	%
Grupo 2.1 x Grupo 2.2	4,06	%
Grupo 2.1 x Grupo 2.4	4,30	%
TOTAL DE ENCARGOS SOCIAIS	71,12	%

ENCARGOS SOCIAIS E BENEFÍCIOS

CÁLCULO DOS BENEFÍCIOS

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	6,53	%
% dos colaboradores que recebem auxílio alimentação	100,00	%
Valor do auxílio alimentação (R\$)	19,16	reais
Parcela subsidiada pela empresa	100,00	%
Número média de dias úteis mês	21,00	dias
Salário médio dos colaboradores	6.159,32	reais
% sobre o salário	6,53	%
VALE TRANSPORTE	0,88	%
% dos colaboradores que recebem vale transporte	55,56	%
Salário médio do colaborador que recebe	3.631,17	reais
Valor médio diário do vale transporte (R\$)	15,00	reais
Número média de dias úteis mês	21,00	dias
% de desconto do vale transporte do colaborador	6,00	%
Desconto do colaborador (salário*6%)	217,87	reais
Custo da empresa com vale transporte	97,13	reais
% sobre o salário	0,88	%
ASSISTÊNCIA MÉDICA	6,49	%
% dos colaboradores que recebem recebem assistência médica	100,00	%
Número de colaboradores	9,00	unidade
Valor médio de cada colaborador	400,00	reais
Salário total dos colaboradores	55.433,86	reais
TOTAL DE BENEFÍCIOS	13,90	%
TOTAL DE ENCARGOS SOCIAIS E BENEFÍCIOS	85,02	%

Cargo e faixa salarial - estimativa 2020 - IPCA

CARGO	Salário	5%
	2019	2020
Não existe este cargo	0,00	0,00
Não existe este cargo	0,00	0,00
Não existe este cargo	0,00	0,00
Especialista em Recursos Hídricos	5.487,36	5.761,73
Especialista Administrativo	4.159,71	4.367,70
Especialista em Recursos Hídricos	5.487,36	5.761,73
Gerente de Recursos Hídricos	8.002,10	8.402,21
Gerente Administrativo Financeiro	8.002,10	8.402,21
Diretora dos Contratos de Gestão	12.252,00	12.864,60
Diretor-Presidente	19.882,80	20.876,94
Estagiário	1.000,00	1.050,00
Não existe este cargo		
Assessor jurídico	4.159,71	4.367,70

CARGO	Salário	5%
	2019	2020
Auxiliar de Serviços Gerais	998,00	1.047,90
Auxiliar Administrativo II	1.980,00	2.079,00
Auxiliar Administrativo III	3.405,44	3.575,71
Analista Administrativo	4.767,61	5.005,99
Analista Administrativo Financeiro	4.767,61	5.005,99
Analista de Programas e Projetos	4.767,61	5.005,99
Coordenador Jurídico	7.219,52	7.580,50
Coordenadora Administrativo Financeiro	7.219,52	7.580,50
Diretor Técnico	12.650,00	13.282,50
Diretor Geral	19.751,53	20.739,11
Estagiário	1.000,00	1.050,00
Secretária	3.405,44	3.575,71

Valores usados no cálculo do custeio

Usado sempre o maior do cargo equivalente

Valores usados de 2020

Variação do IPCA 2019/2020

DIAS TRABALHADOS

Nº	ESPECIFICAÇÃO	DADOS	UNIDADE	OBSERVAÇÃO
1	NÚMERO MÉDIO DE DIAS IMPRODUTIVOS	119,29		
1.1	Número de dias no ano:	365	dias	Definido
1.2	Número de dias na semana:	7	dias	Definido
1.3	Número de sábado e domingo na semana:	2	dias	Definido
1.4	Número de semanas no ano:	52,14	semanas	Calculado $(1.1/1.2)$
1.5	Número de sábados e domingos no ano:	104,29	dias	Calculado (1.3×1.4)
1.6	Número de feriados em dias úteis:	15	dias	
1.7	Dias improdutivos no ano:	119,29	dias	Calculado $(1.5 + 1.6)$
2	NÚMERO DE HORAS TRABALHADAS PELA EMPRESA	163,81		
2.1	Total de dias trabalhados por ano:	245,71	dias	Calculado $(1.1 - 1.7)$
2.2	Jornada diária de trabalho:	8	horas	Definido <small>Acordo coletivo</small>
2.3	Número de horas trabalhadas por ano:	1.965,71	horas	Calculado (2.1×2.2)
2.4	Número de meses no ano:	12	meses	Definido
2.5	Número médio de horas trabalhadas pela empresa no mês	163,81	horas	Calculado $(2.3 / 2.4)$
3	NÚMERO DE HORAS IMPRODUTIVAS DO EMPREGADO	200,54	horas/ano	$(3.1 + 3.2 + 3.3 + 3.4 + 3.5)$
3.1	Número de horas - Férias	161,57	horas	Calculado
3.1.1	Número de dias de férias	30	dias	Definido
3.2	Número de horas - Faltas justificadas	24	horas	Calculado $(3.2.1 \times 2.2)$
3.2.1	Número de dias de faltas justificadas por ano:	3	dias	Definido
3.3	Número de horas - Auxílio enfermidade	8,57	horas	Calculado $((2.2 \times (3.3.2 - 3.3.3)) \times (3.3.1 / 100))$
3.3.1	% de funcionários que recorrem ao auxílio enfermidade:	10	%	Definido
3.3.2	Número de dias no auxílio enfermidade:	15	dias	Definido <small>Prazo concedido 15 dias - auxílio enfermidade</small>
3.3.3	Número de sábados e domingos no auxílio enfermidade:	4,29	dias	Calculado $((3.3.1 / 1.2) \times 1.3)$
3.4	Número de horas - Aviso prévio	3,20	horas	Calculado $3.4.1 \times 2.2 \times (3.4.3/100) \times (3.4.4/100) \times (3.4.2/2.4)$
3.4.1	Dias úteis dispensado do aviso prévio trabalhado:	5	dias	Calculado $(1.2 - 1.3)$ <small>(trabalha 1 semana a menos)</small>
3.4.2	Permanência média dos funcionários na empresa:	24	meses	Definido
3.4.3	% de empregados que são demitidos:	80	%	Definido
3.4.4	% de empregados que cumprem o aviso prévio:	20	%	Definido
3.5	Número de horas - Licença Paternidade	3,20	horas	Calculado $(3.5.1 \times 2.2 \times (3.5.2/100) \times (3.5.3/100))$
3.5.1	Dias de licença paternidade:	5	dias	Definido
3.5.2	% de empregados do sexo masculino:	80	%	Definido
3.5.3	% dos empregados que recorrem a licença:	10	%	Definido
4	NÚMERO DE HORAS DE CURSOS	5	horas/ano	Definido
THIA	NÚMERO TOTAL DE HORAS IMPRODUTIVAS:	205,54	horas/ano	Calculado $(3 + 4)$
THTA	NÚMERO TOTAL DE HORAS TRABALHADAS PELO EMPREGADO:	1.760,18	horas/ano	Calculado $(2.3 - THIA)$
THTM	NÚMERO DE HORAS PRODUTIVAS DO EMPREGADO POR MÊS:	146,68	horas/mês	Calculado $(THTA/2.4)$

ESTIMATIVA DE RECEITA COM A COBRANÇA

Descrição da Receita	Fonte	Natureza		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jan a Junho
Cobrança pelo uso de recursos hídricos	116	13450111		1.409.257	1.409.257	1.409.257	1.409.257	16.961.028	16.961.028	39.559.085
Bacia do rio Paraíba do Sul	116	13450111		71.255	71.255	71.255	71.255	2.778.944	2.778.944	5.842.909
Bacia dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá	116	13450111		1.086.054	1.086.054	1.086.054	1.086.054	4.356.093	4.356.093	13.056.401
Bacia do rio São Francisco	116	13450111		162.002	162.002	162.002	162.002	6.318.064	6.318.064	13.284.134
Bacia do rio Doce	116	13450111		54.852	54.852	54.852	54.852	2.139.213	2.139.213	4.497.833
Bacia do rio Paranaíba	116	13450111		34.562	34.562	34.562	34.562	1.347.913	1.347.913	2.834.074
Bacia do rio Verde Grande	116	13450111		533	533	533	533	20.800	20.800	43.734

Descrição da Receita	Fonte	Natureza		Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Julho a Dez	Total
Cobrança pelo uso de recursos hídricos	116	13450111		16.961.028	16.961.028	16.961.028	16.961.028	1.409.257	1.409.257	70.662.627	110.221.712
Bacia do rio Paraíba do Sul	116	13450111		2.778.944	2.778.944	2.778.944	2.778.944	71.255	71.255	11.258.288	17.101.197
Bacia dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá	116	13450111		4.356.093	4.356.093	4.356.093	4.356.093	1.086.054	1.086.054	19.596.481	32.652.882
Bacia do rio São Francisco	116	13450111		6.318.064	6.318.064	6.318.064	6.318.064	162.002	162.002	25.596.258	38.880.392
Bacia do rio Doce	116	13450111		2.139.213	2.139.213	2.139.213	2.139.213	54.852	54.852	8.666.555	13.164.388
Bacia do rio Paranaíba	116	13450111		1.347.913	1.347.913	1.347.913	1.347.913	34.562	34.562	5.460.776	8.294.850
Bacia do rio Verde Grande	116	13450111		20.800	20.800	20.800	20.800	533	533	84.269	128.003



OFÍCIO Nº 045/2020/CBH-DOCE

Governador Valadares/MG, 17 de abril de 2020.

Exmo. Sr.

ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO

Ministro do Desenvolvimento Regional

Presidente do Conselho Nacional de Recursos Hídricos

ASSUNTO: Encaminha informação complementar – Ofício CBH-Doce nº 44/2020

Excelentíssimo Senhor,

Complementarmente ao Ofício CBH-Doce nº 44/2020, encaminhado ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) na data de ontem, 16 de abril de 2020, informamos que a indicação da Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP) para desempenhar as funções de Agência da Água na Bacia Hidrográfica do Rio Doce terá como prazo de delegação a vigência estabelecida no Contrato de Gestão a ser firmado junto à Agência Nacional de Águas (ANA).

Sem mais para o momento, colocamo-nos à disposição e agradecemos.

Atenciosamente,

FLAMÍNIO GUERRA GUIMARÃES

Presidente do CBH-Doce



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
Secretaria Nacional de Segurança Hídrica

OFÍCIO Nº 249/2020/SNSH-MDR

Brasília, 29 de abril de 2020.

À Senhora,
Christianne Dias Ferreira
Diretora-Presidente
Agência Nacional de Águas - ANA
Setor Policial, Setor 5, Quadra 3, Blocos B,L,M e T
70610-200 – Brasília/DF

Assunto: Ofício nº 044/2020/CBH-DOCE - Encaminha Deliberação Ad Referendum nº 83 do CBH-Doce. Processo 59000.008317/2020-99

Senhora Diretora,

1. Encaminho o Ofício nº 044/2020/CBH-DOCE, complementado pelo Ofício nº 045/2020/CBH-DOCE, por meio do qual o Presidente do Comitê da Bacia do Rio Doce (CBH-Doce) envia ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) a Deliberação Normativa *Ad Referendum* nº 83, do referido Comitê, que aprova a indicação da Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP) para desempenhar as funções de Agência da Água na Bacia Hidrográfica do Rio Doce.
2. Para subsidiar o Conselho Nacional de Recursos Hídricos sobre a matéria apensada a este ofício, solicito o posicionamento dessa Agência Nacional de Águas quanto à viabilidade do pleito, nos termos das Leis nºs. 9.433/1997 e 9.984/2000, bem como do Decreto nº 10.000/2019.

Atenciosamente,

MARCELO PEREIRA BORGES
Secretário Nacional de Segurança Hídrica
Secretário Executivo do CNRH

Anexos: I - OFÍCIO Nº 044/2020/CBH-DOCE (SEI nº 1838510).
II - OFÍCIO Nº 045/2020/CBH-DOCE (SEI n. 1845366)



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Pereira Borges, Secretário(a) Nacional de Segurança Hídrica**, em 30/04/2020, às 16:45, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1847333** e o código CRC **4DE2B95D**.

Esplanada dos Ministérios - Bloco E, 9º andar, sala 900 - Brasília/DF - Telefone: (61) 2034-5828 - CEP 70067-901

59000.008317/2020-99

1847333v1

OFÍCIO Nº 76/2020/AA-CD/ANA
Documento nº 02500.026922/2020-93

Brasília, 9 de junho de 2020

Ao Senhor
Marcelo Pereira Borges
Secretário Nacional de Segurança Hídrica
Ministério do Desenvolvimento Regional
Esplanada dos Ministérios, Bloco E, S/N - Zona Cívico-Administrativa, Sala 900
70067901 – Brasília - DF

Assunto: Ofício nº 044/2020/CBH-DOCE. Deliberação Ad Referendum nº 83 do CBH-Doce.
Referências: Processo nº 02501.001154/2016-79 (ANA) e Processo nº 59000.008317/2020-99 (SNSH-MDR); Documentos nº 02500.021220/2020-13; 02500.025972/2020-53

Senhor Secretário,

Em atenção ao Ofício nº 249/2020/SNSH-MDR, de 29 de abril de 2020, e a fim de subsidiar o Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH sobre a indicação da Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – AGEVAP para desempenhar funções na Bacia Hidrográfica do Rio Doce, encaminho a Nota Técnica nº 27/2020/CSCOB/CINCS/SAS, da Superintendência de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos da ANA, contendo a posição desta Agência.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)
CHRISTIANNE DIAS FERREIRA
Diretora-Presidente

NOTA TÉCNICA CSCOB/CINCS Nº 27/2020/CSCOB/SAS
Documento nº 02500.025972/2020-53

Brasília, 3 de junho de 2020.

Ao Superintendente de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos
Assunto: Ofício nº 249/2020/SNSH-MDR. Deliberação Normativa ad referendum CBH-Doce nº 83/2020. Carta nº 201/2020/DP-AGEVAP. Bacia hidrográfica do rio Doce. Cobrança pelo uso de recursos hídricos. Entidade delegatária de funções de agência de água.
Referência: Doc. nº 02500.021220/2020-13.

INTRODUÇÃO

1. Chega a esta SAS o Ofício nº 249/2020/SNSH-MDR, de 29 de abril de 2020 (doc. nº 02500.021220/2020-13), do Secretário Executivo do CNRH, encaminhando o Ofício nº 044/2020/CBH-Doce, complementado pelo Ofício nº 045/2020/CBH-Doce, e solicitando o posicionamento da ANA quanto à viabilidade do pleito para subsidiar o CNRH sobre a matéria apensada.
2. O Ofício nº 044/2020/CBH-Doce, de 16 de abril de 2020, trata da indicação da Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP) para desempenhar as funções de agência da água na bacia hidrográfica do rio Doce e o Ofício nº 045/2020/CBH-Doce, de 17 de abril de 2020, aponta, como prazo de delegação, a vigência estabelecida no Contrato de Gestão a ser firmado junto à ANA.
3. No Ofício nº 044/2020/CBH-Doce, o Presidente do CBH Doce encaminhou ao CNRH a Deliberação Normativa ad referendum CBH-Doce nº 83, de 15 de abril de 2020, que aprovou a indicação da AGEVAP, assim como a Carta nº 201/2020/DP-AGEVAP, de 30 de março de 2020, com a manifestação de interesse da AGEVAP.
4. Esta Nota Técnica visa atender à solicitação do Secretário Executivo do CNRH, fornecendo subsídios para a tomada de decisão do CNRH¹.

ANÁLISE

Histórico

5. A Resolução CNRH nº 168, de 23 de setembro de 2015, prorrogou, até 31 de dezembro de 2020, o prazo da delegação de competência ao Instituto BioAtlântica para desempenhar as funções de agência de água da bacia hidrográfica do rio Doce. Naquela

¹ As seguintes Notas Técnicas auxiliam nestes subsídios: i) Nota Técnica nº 10/2018/CINCS/SAS, de 26 de julho de 2018 (doc. nº 00000.045805/2018-10); ii) Nota Técnica nº 12/2018/CSCOB/SAS, de 13 de julho de 2018 (doc. nº 43527/2018); iii) Nota Técnica nº 27/2019/CSCOB/SAS, de 4 de dezembro de 2019 (doc. nº 02500.082382/2019-94).

oportunidade, a Nota Informativa nº 12/2015/CSCOB/SAS, de 29 de julho de 2015 (doc. nº 00000.043965/2015-81)², informou que se encontravam mantidas as condições para a renovação da delegação de funções de agência de água ao Instituto BioAtlântica. A primeira delegação ao Instituto BioAtlântica havia sido concedida pela Resolução CNRH nº130, de 20 de setembro de 2011, cujo prazo venceria em 31 de dezembro de 2015³.

6. Mais tarde, a Deliberação CBH Doce nº 69, de 12 de junho de 2018, dispôs sobre a atualização dos mecanismos e valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia hidrográfica do rio Doce. Na oportunidade, a Nota Técnica nº 12/2018/CSCOB/SAS, de 13 de julho de 2018 (doc. nº 00000.043527/2018-66)⁴, elaborada para subsidiar a definição pelo CNRH dos valores a serem cobrados com base nos mecanismos e valores sugeridos pela Deliberação CBH Doce nº 69/2018, citou que o estudo elaborado pelo IBio AGB Doce, denominado “Proposta de Valores a Serem Cobrados”⁵, havia desenhado 3 cenários de atualização dos PPUs⁶. A Nota Técnica alertou que todos os 3 cenários desenhados pelo IBio AGB Doce continham sugestões de preços superiores aos valores sugeridos na Deliberação Normativa CBH Doce nº 69/2018. Além disto, a Nota Técnica informou que a inflação apurada no período entre junho de 2011⁷ a maio de 2018 era de 50,1% (pelo IPCA/IBGE) e os preços sugeridos pelo CBH-Doce representavam um reajuste de somente 12%, sem que houvesse qualquer referência técnica. A Nota Técnica concluiu apontando **“uma queda dos valores reais dos preços cobrados pelo uso de recursos hídricos na bacia, com uma recomposição dos PPUs**

² Encaminhada ao CNRH por meio do Ofício nº 100/2015/SAS-ANA, de 30 de julho de 2020 (doc. nº 00000.044245/2015-33).

³ O Instituto BioAtlântica foi a instituição vencedora do certame do Edital Conjunto nº 01/11 para seleção da entidade delegatária ou equiparada que iria desempenhar funções de Agência de Água na bacia hidrográfica do rio Doce.

⁴ Encaminhada ao CNRH pelo Ofício nº 125/2018/AA-CD-ANA, de 20 de julho de 2018 (doc. nº 00000.044470/2018-12).

⁵ Encaminhado ao CBH-Doce por meio do Ofício IBIO nº 122/2017, de 21 de dezembro de 2017.

⁶ Somente com o cenário 1.3 haveria garantia dos recursos necessários para implementação dos programas do PIRH - Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce no horizonte de planejamento de 5 anos, bem como a sustentabilidade financeira da entidade delegatária em sua estrutura atual. O cenário 1.3 correspondia a atualização monetária dos PPUs desde o início da cobrança na bacia, além da atualização anual nos exercícios seguintes.

⁷ Mês da aprovação da cobrança pelo CNRH (Resolução nº 123, de 29 de junho de 2011)



inferior às perdas inflacionárias do período, obtendo-se, em termos reais, valores inferiores aos patamares definidos pelo CNRH em 2011 e inferiores às necessidades da bacia hidrográfica do rio Doce”.

7. Entretanto, perante os apelos do CBH Doce, a Resolução CNRH nº 203, de 16 de outubro de 2018, aprovou os mecanismos e os valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União na bacia hidrográfica do rio Doce, nos termos da Deliberação Normativa CBH Doce nº 69/2018⁸. Adicionalmente, a Resolução CNRH nº 203/18 determinou ao CBH Doce a revisão dos mecanismos e valores de cobrança até 20 de junho de 2021, orientando-se pelo plano de recursos hídricos da bacia hidrográfica e apresentando a viabilidade financeira da agência de água ou entidade delegatária de suas funções.

8. Registra-se que a Nota Técnica nº 10/2018/CINCS/SAS, de 26 de julho de 2018 (doc. nº 00000.045805/2018-10), lembrou que o CBH Doce, ao decidir sobre a Deliberação Normativa CBH-Doce nº 69/2018 com sugestão de preços de cobrança em valores reais inferiores aos sugeridos em 2011, foi informado pelo IBio AGB Doce sobre a necessidade de sua adequação à realidade orçamentária proporcionada pela bacia hidrográfica do rio Doce para o exercício 2019, apontando para a redução do quadro de funcionários, redução do número de reuniões e redução da quantidade de projetos desenvolvidos⁹.

9. Frente a esse cenário, a Nota Técnica nº 10/2018/CINCS/SAS sugeriu a adequação da estrutura do IBio AGB Doce à capacidade financeira da bacia do rio Doce e respectivos ajustes no Plano de Trabalho do Contrato de Gestão, pois, caso contrário, haveria necessidade de aportes adicionais de recursos financeiros para o custeio da entidade delegatária continuados e crescentes. E, em concordância com o IBio AGB Doce, sugeriu a redução do número de projetos anuais levados a cabo, a contratação de gerenciadoras de projetos e a redução do número de reuniões dos comitês atuantes na bacia hidrográfica do rio Doce, assim como sugeriu a aplicação dos recursos em ações de grande porte que façam a diferença para a bacia hidrográfica, evitando-se a pulverização da aplicação dos recursos em projetos de

⁸ Aponta-se que as sugestões políticas de cobrança pelo uso de recursos hídricos nos Comitês de Bacia Hidrográfica, numa observância extremada ao princípio da gestão descentralizada e participativa, pode estar comprometendo outros fundamentos e objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos e do próprio instrumento da cobrança.

⁹ Ver apresentação “Planejamento Estratégico Agência de Bacias” realizada pelo IBio ao CBH Doce em 12 de junho de 2018, durante a 24ª Reunião Ordinária do Comitê.



pequeno e médio porte, assim como o critério político, e não técnico, de alocação de recursos em todas as unidades de gerenciamento da bacia¹⁰.

10. O Ofício IBio nº 054/2018, de 26 de junho de 2018¹¹, com *“solicitação de Aporte Adicional de recursos financeiros para o custeio da Entidade Delegatária para o exercício de 2018”*, já apontava a necessidade de uma revisão e repactuação do Contrato de Gestão nº 72/ANA/2011, de forma a refletir a real capacidade de custeio administrativo do IBio AGB Doce frente aos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos.

11. Corroborando com esta necessidade a constatação do item 3.3.5 do Relatório de Auditoria nº 06/2019, de 30 de julho de 2019 (doc. nº 52192/2019)³⁶, de que *“vislumbra-se que o PAP está montado para além da capacidade da agência”*. Por sua vez, o Relatório de Avaliação Final - Exercício 2018 do Contrato de Gestão nº 072/ANA/2011, de 28 de fevereiro de 2018 (doc. nº 13988/2019), destaca que: *“tendo em vista que questões financeiras e estruturais ocasionaram a frustração no alcance de algumas metas, recomenda-se para os futuros contratos um dimensionamento realista entre a sustentabilidade financeira da ED e de sua força de trabalho interna, com vistas a adotar metas e indicadores mais aderentes a capacidade institucional da ED”*. Além disso, no Relatório de Gestão do Exercício de 2018 do Contrato de Gestão nº 072/ANA/2011, o IBio AGB Doce aponta que: *“financeiramente, podemos dizer que o valor referente ao custeio da Agência - 7,5%, é insuficiente para o desenvolvimento das metas previstas no Contrato de Gestão e dos programas e ações previstos no PAP, considerando os documentos vigentes”*.

12. Mais adiante, a Deliberação Normativa CBH-Doce nº 79, de 31 de outubro de 2019, aprovou o Edital nº 01/2019 de seleção de entidade delegatária para desempenhar as funções de agência de água da bacia hidrográfica do rio Doce¹². Publicado o edital, as duas entidades que concorreram ao pleito foram declaradas inabilitadas pela Comissão de Julgamento, restando frustrado o Edital nº 01/2019.

13. No Ofício IBio nº 12/2020, de 20 de fevereiro de 2020, o Instituto BioAtlântica formalizou à ANA pedido de rescisão do Contrato de Gestão nº 072/ANA/2011. O Instituto BioAtlântica justificou sua decisão em razão de problemas referentes a atrasos nos repasses de

¹⁰ Conforme a Carta (referência IBio - AGB Doce - 460/2014) do Diretor Geral do IBio - AGB Doce direcionada ao Diretor Presidente da ANA, de 5 de dezembro de 2014, *“o esforço é proporcional ao número de projetos contratados e não aos valores destes projetos”*.

¹¹ Analisado pela Nota Técnica nº 10/2018/CINCS/SAS.

¹² Registra-se que a Lei nº 9.433/97 não prevê edital de chamamento público para delegação do exercício de funções de competência das agências de água, disciplinando apenas:

Art. 42. As Agências de Água terão a mesma área de atuação de um ou mais Comitês de Bacia Hidrográfica. Parágrafo único. A criação das Agências de Água será autorizada pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos ou pelos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos mediante solicitação de um ou mais Comitês de Bacia Hidrográfica.

Art. 51. O Conselho Nacional de Recursos Hídricos e os Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos poderão delegar a organizações sem fins lucrativos relacionadas no art. 47 desta Lei, por prazo determinado, o exercício de funções de competência das Agências de Água, enquanto esses organismos não estiverem constituídos.

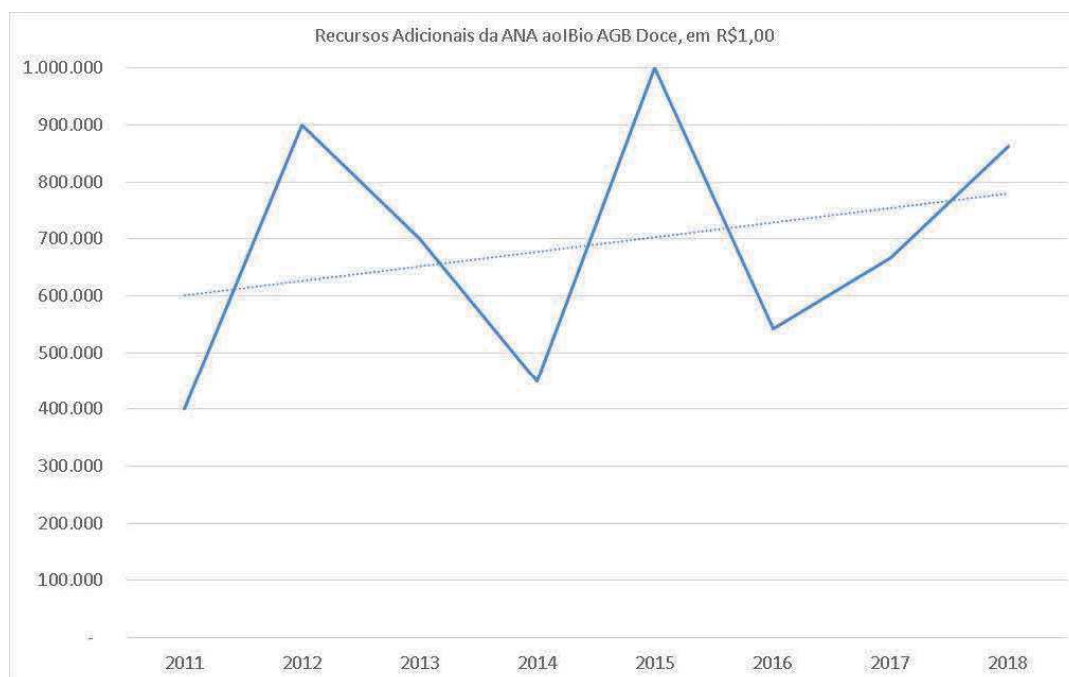


recursos e a não conclusão das prestações de contas pelo IGAM, ocasionando inseguranças jurídicas e financeiras. Como consequência direta, tem-se comprometida a continuidade do Contrato de Gestão nº 072/ANA/2011, por inviabilidade da manutenção de uma estrutura mínima de agência de bacias exclusivamente com recursos federais, sem repasses de recursos adicionais pela ANA. Por fim, considerando a Cláusula Décima-Segunda do Contrato de Gestão nº 072/ANA/2011, o Instituto BioAtlântica colocou-se à disposição para dar continuidade à execução do objeto do Contrato, por até seis meses, efetivando a entrega do contrato ou a transição para uma nova entidade delegatária¹³.

14. Com isto, dada a frustração do Edital nº 01/2019 e do Ofício IBio nº 12/2020, o CBH Doce se aproximou da AGEVAP, resultando na Deliberação Normativa ad referendum CBH-Doce nº 83/2020.

Do IBio ABG Doce¹⁴

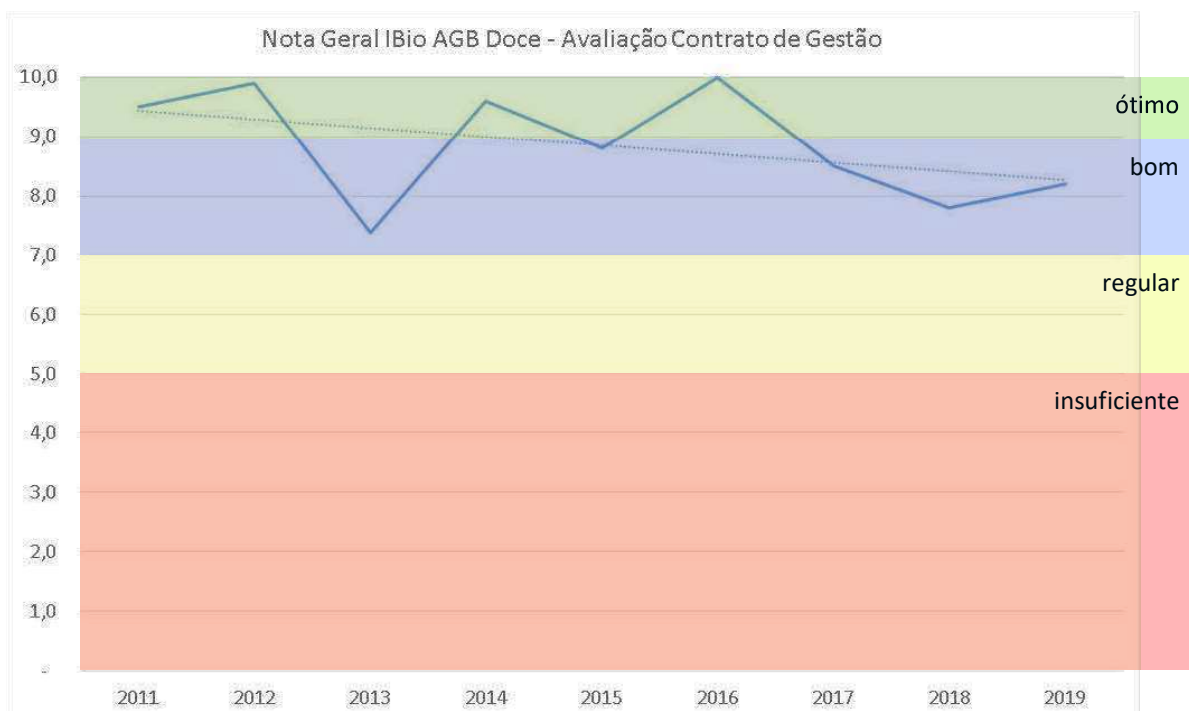
15. Ao longo das atividades do IBio AGB Doce, foram proporcionados recursos adicionais necessários ao cumprimento do Contrato de Gestão nº 072/ANA/2011, em especial para o custeio administrativo da entidade delegatária. O gráfico a seguir mostra a evolução dos recursos adicionais destinados ao IBio AGB Doce ao longo do Contrato, com tendência crescente da dependência destes recursos adicionais para o seu funcionamento.



¹³ A Nota Técnica nº 51/2019/CINCS/SAS, de 26 de dezembro de 2019 (doc. nº 02500.088263/2019-45), registra fatos sobre tentativas de reestruturação institucional e operacional do IBio AGB Doce, prévios à formalização do pedido de rescisão contratual.

¹⁴ IBio AGB Doce é a nomenclatura utilizada pelo Instituto BioAtlântica como forma de destacar sua atuação como entidade delegatária de funções de agência de água da bacia hidrográfica do rio Doce.

16. O gráfico a seguir mostra a evolução da Nota Geral obtida pelo IBio AGB Doce no Contrato nº 072/ANA/2011, firmado entre a ANA e o IBio AGB Doce, com anuência do CBH Doce, resultante da avaliação da Comissão de Avaliação constituída nos termos do art. 3º da Lei nº 10.881/04.



17. Embora tenha obtido no exercício 2019 conceito 'bom' quando ao cumprimento das metas do Contrato de Gestão Contrato nº 072/ANA/2011, a Comissão de Avaliação registrou, no seu Relatório de Avaliação Final - Exercício 2019¹⁵, que *"a ED não está conseguindo recuperar sua capacidade operacional"*.

18. Por sua vez, a tabela a seguir mostra a evolução dos repasses realizados pela ANA, referente a cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União na bacia hidrográfica do rio Doce e a evolução do desembolso anual realizado pelo IBio AGB Doce em ações de investimentos na bacia hidrográfica do rio Doce incluídas no plano de recursos hídricos

¹⁵ Disponível em: <https://www.ana.gov.br/aguas-no-brasil/sistema-de-gerenciamento-de-recursos-hidricos/agencia-s-de-agua/ibio/geral>.



Repasso dos Recursos Arrecadados com a Cobrança e Desembolso, em R\$						
Ano	Repasso ¹	Desembolso ²	% Desembolso ¹	Rendimentos ³	% Desembolso ¹¹	Saldo ⁴
	A	B	B/A	C	B/(A+C)	
IBio AGB Doce						
2012	2.796.126	704.220	25%	39.324	25%	2.131.231
2013	6.446.902	3.477.295	54%	139.733	53%	5.240.570
2014	9.639.171	3.601.634	37%	534.673	35%	11.812.780
2015	9.843.651	5.319.610	54%	781.011	50%	17.117.831
2016	9.899.045	7.844.365	79%	1.626.158	68%	20.798.669
2017	11.928.717	5.868.445	49%	1.447.447	44%	28.306.388
2018	11.680.770	3.103.844	27%	1.431.695	24%	38.315.008
2019	2.332.963	1.604.317	69%	1.684.483	40%	40.728.137
Total	64.567.344	31.523.730	49%	7.684.522	44%	40.728.137
1- Recursos da cobrança repassados pela ANA para o IBio AGB Doce, somados aos rendimentos financeiros desses recursos. Diferenças observadas entre os valores arrecadados com a cobrança e o repasse constituem montante a serem repassados no exercício seguinte.						
2- Recursos efetivamente aplicados no financiamento de estudos, programas, projetos e obras incluídos nos planos de recursos hídricos da bacia, assim como no pagamento de despesas de implantação e custeio administrativo da entidade delegatária (limitado a 7,5% dos valores arrecadados com a cobrança).						
3- Enquanto não há o desembolso do repasse, são gerados rendimentos financeiros.						
4- Inclui recursos cujas ações estão em execução.						
Fonte: Relatórios do Contrato de Gestão.						

Da Deliberação CBH-DOCE nº 83/2020

19. A Deliberação Normativa ad referendum CBH-Doce nº 83/2020, considerando dentre outros:

- i) que o Contrato de Gestão nº 072/ANA/2011, firmado entre o Instituto BioAtlântica - IBio e a ANA, encerra-se em 31/12/2020;
- ii) o Ofício IBio nº 12/2020 encaminhado à ANA referente ao Plano de Desmobilização do IBio para rescisão do Contrato de Gestão nº 072/ANA/2011;
- iii) que a articulação e os esforços dos usuários na tentativa de reestruturação do IBio, de forma que a entidade pudesse ter condições de continuar desempenhando com eficiência sua função de secretaria executiva do Comitê e atender às ações priorizadas no Plano da Bacia e no Plano da Aplicação Plurianual, **não obteve êxito**;
- iv) que o Edital nº 01/2019 publicado pelo CBH Doce para seleção de uma nova entidade delegatária para exercer a função de agência de água do CBH-Doce restou-se frustrado;

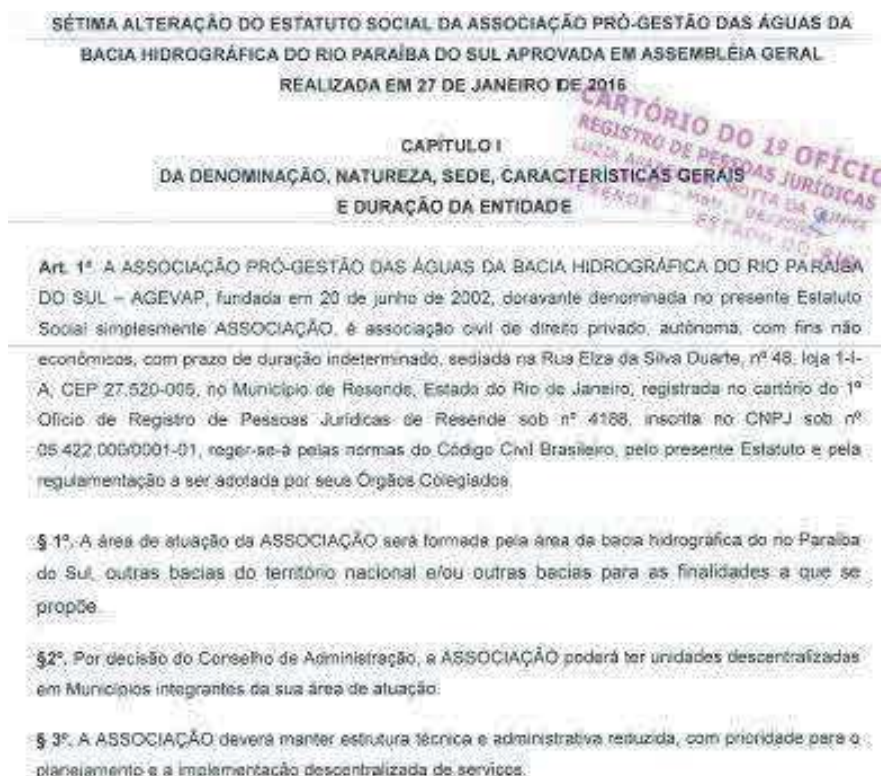
aprovou a indicação da AGEVAP para desempenhar funções de agência da água da bacia hidrográfica do rio Doce.

Da AGEVAP

20. Conforme seu Estatuto Social¹⁶, em sua sétima alteração aprovada na Assembleia Geral de 27 de janeiro de 2016, a Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - AGEVAP foi criada em 20 de junho de 2002, com personalidade jurídica de

¹⁶ Disponível em <http://agevap.org.br/downloads/estatuto-social-alteracao-7.pdf>, acesso em 11/05/2020.

associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, com sede em Resende/RJ e atuação no território nacional.



21. Dentre outros, são objetivos estatutários da AGEVAP:
- promover a divulgação de ações ligadas a gestão de recursos hídricos;
 - incentivar e divulgar o ensino, a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico na área de gestão dos recursos hídricos;
 - incentivar o uso racional e múltiplo dos recursos hídricos;
 - promover a efetiva gestão dos recursos hídricos através do fortalecimento dos Comitês de Bacia Hidrográficas na forma preconizada na legislação em vigor, através do apoio técnico, administrativo e operacional na sua área de atuação, visando a gestão integrada descentralizada e participativa;
 - firmar como os Governos Estadual e Federal contratos que lhe atribuem as funções de Secretaria Executiva ou Agência de Bacia;
22. Desta forma, a AGEVAP se enquadra como organização civil de recursos hídricos nos termos do art. 47 da Lei nº 9.433/97.
23. Atualmente a AGEVAP possui as seguintes delegações para exercer funções de agência de água ou de bacia (entidade delegatária ou entidade equiparada):



- Resolução CNRH nº 167/2015 que prorrogou o prazo da delegação de competência à AGEVAP para desempenhar as funções de agência de água da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, até 30 de junho de 2026¹⁷;
- Resolução CERHI/RJ nº 141/2015 que prorrogou competência à AGEVAP para desempenhar como entidade delegatária funções de agência de água das regiões hidrográficas do Médio Paraíba do Sul, Piabanha, Rio Dois Rios e Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana¹⁸;
- Resolução CERHI/RJ nº 143/2015 que prorrogou competência à AGEVAP para desempenhar como entidade delegatária funções de agência de água das bacias hidrográficas dos rios Guandu, da Guarda e Guandu Mirim - Região Hidrográfica II¹⁹;
- Resolução CERHI-RJ n.º 179/2017, aprovou a indicação da AGEVAP como entidade delegatária das funções de agência de água do Comitê de Bacia Hidrográfica da Baía de Ilha Grande e do Comitê da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara e dos Sistemas Lagunares de Maricá e Jacarepaguá;
- Deliberação CERH/MG nº 432/2019 aprovou a equiparação da AGEVAP à agência de bacia hidrográfica dos afluentes mineiros dos rios Preto Paraibuna e dos afluentes mineiros dos rios Pomba e Muriaé, até 19 de novembro de 2024.

24. Com isto, a AGEVAP tem firmado os seguintes contratos de gestão:

- Contrato de Gestão ANA nº 014/2004, entre ANA, AGEVAP e CEIVAP;
- Contrato de Gestão INEA nº 001/2010, entre INEA, AGEVAP e CBH Médio Paraíba do Sul, Piabanha, Rio Dois Rios, Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana;
- Contrato de Gestão INEA nº 003/2010, entre INEA, AGEVAP e Comitê Guandu;
- Contrato de Gestão INEA nº 002/2017, entre INEA, AGEVAP e Comitês Baía da Ilha Grande e Baía de Guanabara;
- Contrato de Gestão IGAM nº 01/2019, entre IGAM, AGEVAP e CBH Preto/Paraibuna;
- Contrato de Gestão IGAM nº 02/2019, entre IGAM, AGEVAP e CBH Pomba/Muriaé.

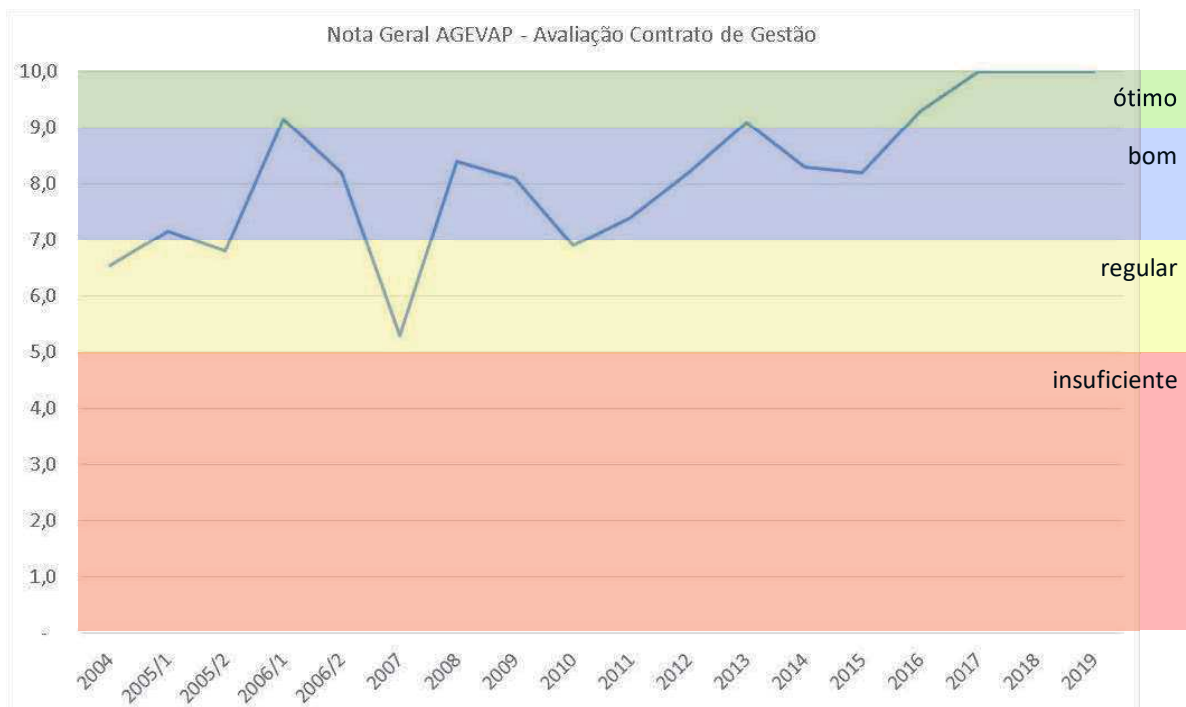
25. O gráfico a seguir mostra a evolução da Nota Geral obtida pela AGEVAP no Contrato de Gestão ANA nº 014/2004, firmado entre a ANA e a AGEVAP, com interveniência do CEIVAP, resultante da avaliação da Comissão de Avaliação constituída nos termos do art. 3º da Lei nº 10.881/04.

¹⁷ A Resolução CNRH nº 38/2004, delegou competência pelo prazo de dois anos e a Resolução CNRH nº 59/2006, prorrogou o prazo até 30 de junho de 2016.

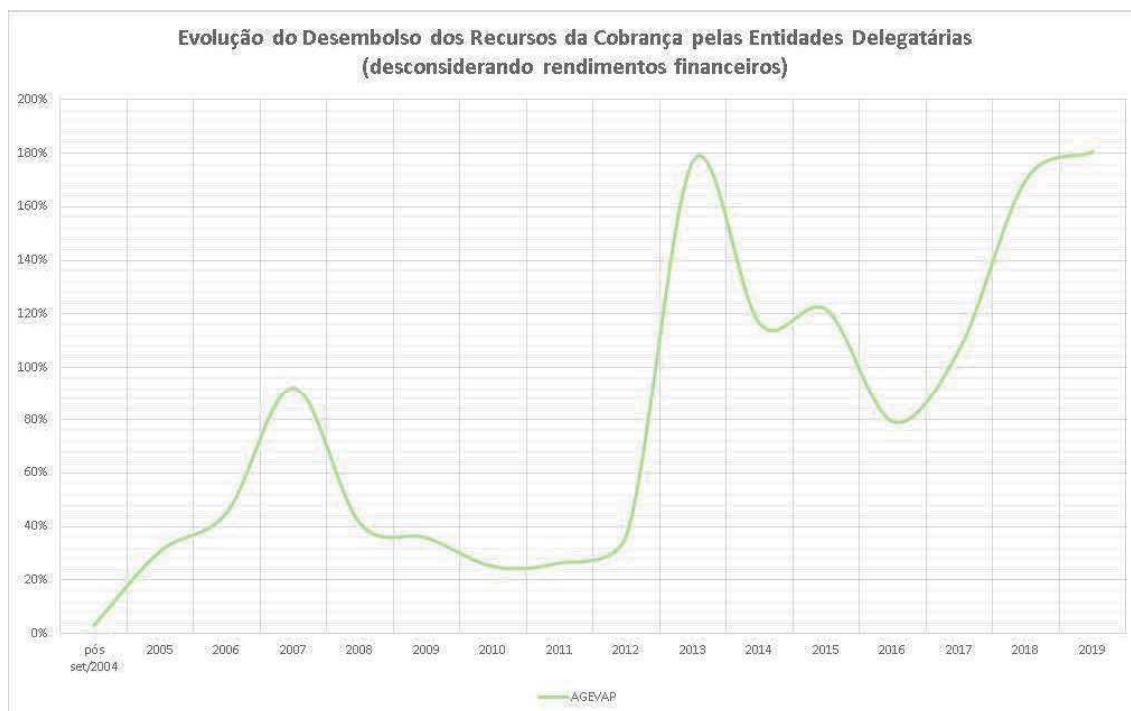
¹⁸ A Resolução CERHI/RJ nº 45/2010 delegou competência à AGEVAP para desempenhar como entidade delegatária funções de agência de água das Regiões Hidrográficas do Médio Paraíba do Sul, do Rio Dois Rios, do Rio Piabanha e Sub-Bacias dos Rios Paquequer e Preto e do Baixo Paraíba do Sul, por cinco anos a partir de 2010.

¹⁹ A Resolução CERHI/RJ nº 50/2010 delegou competência à AGEVAP para desempenhar como entidade delegatária funções de agência de água da bacia hidrográfica do rio Comitê Guandu, por cinco anos a partir de 2010.



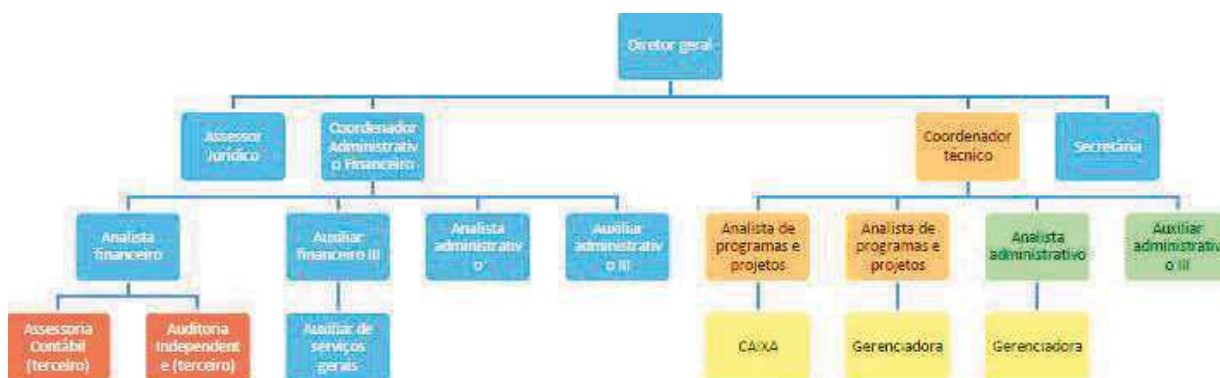


26. Por sua vez, o gráfico a seguir mostra a evolução do desembolso anual realizado pela AGEVAP em relação aos valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União que lhe são repassados pela ANA.



Da Carta nº 201/2020/DP-AGEVAP

27. Na Carta nº 201/2020/DP-AGEVAP, de 30 de março de 2020, a AGEVAP apresenta proposta para atuar como entidade delegatária de funções de agência de água na bacia hidrográfica do rio Doce. Na proposta, é indicada a seguinte estrutura ideal para a agência de água da bacia do rio Doce, com 23 funcionários (destes, nove estagiários), cujo custeio é de aproximadamente R\$ 2.531.367,92 (em 2020), com desenvolvimento de 14 projetos anuais:



28. Entretanto, em função da atual arrecadação com a cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União na bacia do rio Doce, a AGEVAP indica a seguinte estrutura mínima necessária, com 13 funcionários (destes, seis estagiários), cujo custeio é de aproximadamente R\$ 1.420.894,36 (em 2020), com desenvolvimento de 5 projetos anuais:



29. Possivelmente considerando a experiência com o CEIVAP, a AGEVAP propõe que os valores dos preços unitários cobrados pelo uso de recursos hídricos de domínio da União na bacia hidrográfica do rio Doce sejam o dobro em 2023 (escalando o aumento em três anos: 35% em 2021, 70% em 2022 e 100% em 2023). Com esta proposição, chegar-se-á em 2023 mais próximo a uma boa estrutura da entidade delegatária, mas ainda distante do custo da estrutura ideal da entidade delegatária (em função dos aspectos inflacionários) - ver pág. 55/92 da Carta nº 201/2020/DP-AGEVAP.

30. A pág. 56/92 da Carta nº 201/2020/DP-AGEVAP apresenta alternativa de incremento de valores dos preços unitários cobrados pelo uso de recursos hídricos de domínio

da União para se chegar a uma arrecadação que proporcione a estrutura ideal da entidade delegatária. Este incremento seria de cerca de 167% aos preços atuais.

31. Importante citar que a limitação de número de projetos a serem desenvolvidos, conforme apresentado na Carta nº 201/2020/DP-AGEVAP, vão ao encontro dos documentos citados no item 'Histórico' desta Nota Técnica.

Da Estimativa da ANA para o Custeio da Entidade Delegatária

32. No exercício 2018, dentro do Programa de Desenvolvimento do Setor Águas - Interáguas, foi concluído um estudo especializado contratado pela ANA para desenvolvimento de uma metodologia para estimar o custeio administrativo de entidades delegatárias de funções de agência de água. Esta contratação culminou na elaboração de uma ferramenta que apoia a ANA na estimativa do custeio necessário ao funcionamento de uma entidade delegatária²⁰.

33. Em apertada síntese, a ferramenta estima a necessidade estrutural da entidade delegatária e seu respectivo custeio considerando variáveis consideradas mais significativas para sua determinação: i) número de comitês de bacia hidrográfica atendidos pela entidade delegatária; ii) número de projetos desenvolvidos, por grau de complexidade e por existência ou não de apoio de empresas gerenciadoras de projetos; e iii) número de escritórios descentralizados, além da localização da entidade delegatária.

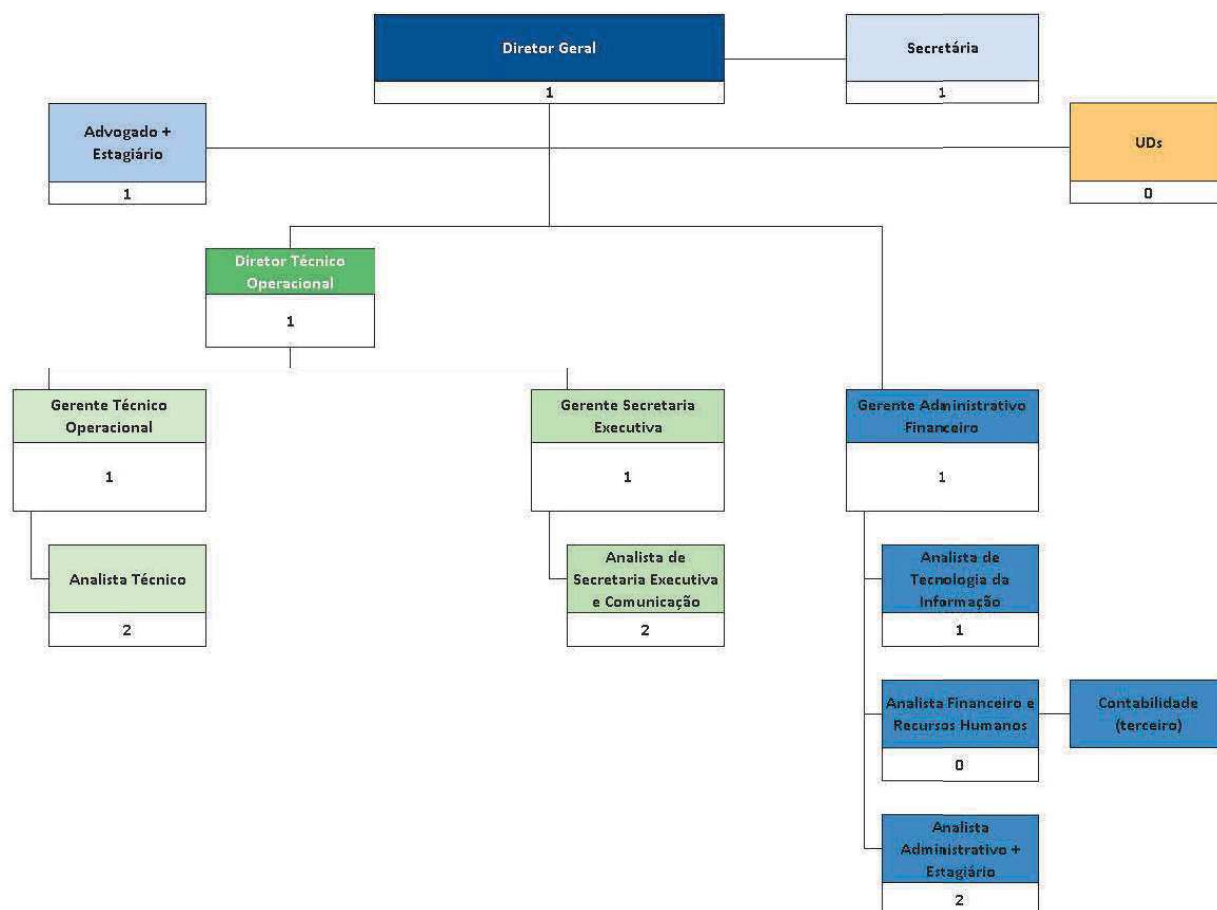
34. A ferramenta indica que a estrutura mínima de uma entidade delegatária para atendimento apenas ao CBH Doce resulta em um custo estimado de R\$ 1,86 milhão anuais. Esta estrutura mínima é capaz de desenvolver cerca de 9 projetos anuais, desde que os projetos sejam desenvolvidos com apoio de gerenciadoras de projetos e não internamente com pessoal próprio da entidade delegatária²¹. A ferramenta propõe o seguinte organograma para a entidade delegatária:

²⁰ Relatório disponíveis em <https://www.ana.gov.br/aguas-no-brasil/sistema-de-gerenciamento-de-recursos-hidricos/agencias-de-agua/agencias-de-agua>, no portal 'Estimativa de custeio'.

²¹ Se for considerado o atendimento a 11 comitês de bacia hidrográfica (número atual de comitês atuantes na bacia hidrográfica do rio Doce), o custo estimado da agência de água é de R\$ 3,84 milhões anuais.



ORGANOGRAMA DA ENTIDADE DELEGATÁRIA DE REFERÊNCIA



Da Disponibilidade de Recursos para o Custeio da Entidade Delegatária

35. A tabela a seguir mostra a evolução dos números na bacia hidrográfica do rio Doce em relação a cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União.

Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos de Domínio da União na Bacia Hidrográfica do Rio Doce, em R\$1,00								
Ano	Valores		Repasse ANA ao IBio	Rendimentos Financeiros	Custeio			
	Cobrado	Arrecadado			Limite da Fonte 116	Limite do Rendimento	Recursos adicionais	Total
2011	1.142.191	-	-	-	-	-	400.000	400.000
2012	9.200.487	3.438.674	2.796.126	39.324	257.901	2.949	900.000	1.160.850
2013	8.404.887	6.505.081	6.446.902	139.733	487.881	10.480	700.000	1.198.361
2014	9.817.054	9.729.725	9.639.171	534.673	729.729	40.100	450.000	1.219.830
2015	12.577.512	10.699.661	9.843.651	781.011	802.475	58.576	1.000.000	1.861.050
2016	11.041.049	9.188.873	9.899.045	1.626.158	689.165	121.962	542.800	1.353.927
2017	11.966.437	11.263.346	11.928.717	1.447.447	844.751	108.559	667.000	1.620.310
2018	10.076.774	12.304.986	11.680.770	1.431.695	922.874	107.377	862.500	1.892.751
2019	14.159.795	13.799.049	2.332.963	1.684.483	1.034.929	126.336	-	1.161.265
2020	13.365.679	13.025.164	-	1.684.483	976.887	126.336	-	1.103.224
Total	101.751.865	89.954.559	64.567.344	9.369.005	6.746.592	702.675	5.522.300	12.971.567
estimativa de arrecadação considerando a proporção arrecadado/cobrado em 2019.								
estima-se o mesmo rendimento financeiro de 2019.								

36. Ou seja, computando-se os rendimentos financeiros, o limite de custeio para a entidade delegatária de funções de agência de água na bacia hidrográfica do rio Doce, considerando somente os valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União, é de cerca de R\$ 1,1 milhão em 2020.

37. Este limite é inferior tanto a estrutura mínima necessária indicada pela AGEVAP quanto a estimativa da ferramenta utilizada pela ANA, resultando em inviabilidade financeira para a criação de uma agência de água para a bacia hidrográfica do rio Doce nestes formatos.

Dos Caminhos

Panorama

38. Embora a Carta nº 201/2020/DP-AGEVAP aponte que a estrutura mínima para iniciar demanda R\$ 1.420.894,36 (em 2020), a Carta apresenta também o desenho de uma estrutura possível com a arrecadação prevista para 2020 com a cobrança pelos usos de recursos hídricos de domínio da União na bacia hidrográfica do rio Doce. Esta estrutura é demonstrada na figura a seguir, com 9 funcionários (destes, quatro estagiários), cujo custeio é de aproximadamente R\$ 1.196.852,48 (em 2020), com desenvolvimento de 3 projetos anuais:



Cenários

A) para o curto prazo, até o fim do exercício 2021:

39. Será necessário o CNRH determinar, como antecipação da Resolução CNRH nº 203/18, reajustes nos valores dos preços unitários cobrados pelo uso de recursos hídricos de domínio da União na bacia hidrográfica do rio Doce em percentual correspondente, ao menos, para suprir o custo da estrutura mínima indicada pela AGEVAP.

40. Ou seja, os preços para o exercício 2021 seriam cerca de 45% superiores aos preços vigentes para o exercício 2020, passando, se opção for por reajustes lineares, o PPU_{cap} de

R\$ 0,0345/m³ para R\$ 0,0502/m³; PPU_{lanç} de R\$ 0,1837/Kg para R\$ 0,2672/Kg e o PPU_{transp} de R\$ 0,0460/m³ para R\$ 0,0669/m³²².

41. Ao contrário, a AGEVAP terá que operar até o final do exercício 2021 com uma estrutura inferior a estrutura mínima necessária indicada na Carta nº 201/2020/DP-AGEVAP, se adequando a limitação do custeio proporcionada com os preços atuais da cobrança pelos usos de recursos hídricos de domínio da União na bacia hidrográfica do rio Doce.

42. A tabela a seguir registra os valores dos preços unitários cobrados pelo uso de recursos hídricos de domínio da União na bacia hidrográfica do rio Doce acima descritos comparativamente aos valores reais destes preços em relação aos valores aprovados pelo CNRH em junho de 2011 (Resolução CNRH nº 123/11), considerando a variação do IPCA/IBGE, entre jun/11 a abr/20, de 60,6%.

Preços Unitários				
PPUs	Unidade	Resolução CNRH 123/11	corrigido pela inflação ⁽¹⁾	necessário
PPU _{cap}	R\$/m ³	0,0300	0,0482	0,0502
PPU _{lanç}	R\$/kg	0,1600	0,2570	0,2672
PPU _{transp}	R\$/m ³	0,0400	0,0642	0,0669
(1) IPCA/IBGE (jun/11 à abr/20): 60,6%.				

43. Observa-se que o valor necessário para suprir o custo da estrutura mínima indicada pela AGEVAP é próximo ao valor real aprovado pelo CNRH em 2011, ou seja, **uma recomposição dos PPU's às perdas inflacionárias do período** entre jun/11 a abr/20 aproxima aos recursos necessários para suprir o custo da estrutura mínima indicada pela AGEVAP.

44. Neste ponto, registra-se a importância da Resolução CNRH nº 192/17 que “dispõe sobre o procedimento para atualização dos preços públicos unitários cobrados pelo uso de recursos hídricos de domínio da União, de que trata a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997”.

45. Recorrendo-se ao estudo elaborado pelo IBio AGB Doce em 2017, denominado “Proposta de Valores a Serem Cobrados”, os valores agora necessários são similares aos indicados pelo IBio AGB Doce como necessários para implementação dos programas do PIRH - Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce no horizonte de planejamento de 5 anos, bem como a sustentabilidade financeira da entidade delegatária em sua estrutura atual, à época considerando a arrecadação da cobrança em toda a bacia hidrográfica do rio Doce.

²² Como referência, informa-se que os preços atualmente praticados no Estado do Ceará estão estabelecidos no Decreto CE nº 33.024, de 27 de março de 2019, que “dispõe sobre a cobrança pelo uso dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos de domínio do Estado do Ceará ou da União por delegação de competência, e dá outras providências”. A título de exemplo, o menor valor para abastecimento público é de R\$ 0,06192/m³ e para indústria de R\$ 0,81813/m³.

B) para o médio/longo prazo:

46. O CBH Doce deverá efetuar a revisão dos mecanismos e valores de cobrança na bacia hidrográfica do rio Doce até 20 de junho de 2021, nos termos da Resolução CNRH nº 203/18, ou seja, orientando-se pelo plano de recursos hídricos da bacia hidrográfica e apresentando a viabilidade financeira da agência de água ou entidade delegatária de suas funções, e considerando as informações adicionais do Ofício IBio nº 12/2020 e da Carta nº 201/2020/DP-AGEVAP. Estes valores, se propostos pelo CBH Doce e definidos pelo CNRH, terão vigência para o exercício 2022.

47. Além disto, a AGEVAP poderá obter equiparação à agência de bacia na área de atuação dos Comitês de Bacia Hidrográfica mineiros afluentes ao rio Doce, cuja arrecadação com a cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio mineiro somou cerca de R\$ 22,2 milhões no exercício 2018 e cerca de R\$ 18,5 milhões no exercício 2019²³. Atualmente, a referida equiparação está concedida ao IBio AGB Doce, sendo que são 6 Comitês de Bacia Hidrográfica afluentes. Porém, neste ponto, alerta-se que a ferramenta que apoia a ANA na estimativa do custeio necessário ao funcionamento de uma entidade delegatária, estima que o atendimento a cada Comitê de Bacia Hidrográfica adicional, sem se elevar o número de projetos desenvolvidos²⁴, acarreta um acréscimo de R\$ 220 mil ao custo da entidade delegatária. Assim, se for considerada a arrecadação do exercício 2018 e a se manter a atuação de 6 Comitê de Bacia Hidrográfica afluentes ao rio Doce, do limite de cerca de R\$ 1,67 milhão (7,5% da arrecadação mineira que pode ser direcionada ao custeio) 80% será destinada à secretaria executiva destes Comitês de Bacia Hidrográfica²⁵. Informa-se que a ANA adotará precauções para que eventual atuação da AGEVAP como entidade equiparada à agência de bacia dos Comitês mineiros não onere o contrato de gestão firmado com a União.

48. Por fim, comenta-se que eventual atuação da AGEVAP somente para a função de secretaria executiva do CBH Doce terá menor custo via termo de parceria (OSCIPI), termo de fomento (OSC) ou termo de colaboração (OSC) do que via contrato de gestão (entidade delegatária).

CONCLUSÃO

49. Os valores atualmente arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União na bacia hidrográfica do rio Doce são insuficientes para proporcionar a viabilidade financeira imediata para agência de água. Porém, a Resolução CNRH nº 203/18 determina ao CBH Doce a revisão dos mecanismos e valores de cobrança até 20 de junho de

²³ A inadimplência do exercício 2019 foi de 18,7% enquanto a inadimplência do exercício 2018 foi de 3,2%.

²⁴ Ou seja, para atender as demandas de Secretaria Executiva do Comitê de Bacia Hidrográfica. Lembra-se que o número de projetos é variável significativa na determinação dos custos, e assim, o acréscimo de projetos a serem desenvolvidos exige maior esforço e, conseqüentemente, ocasiona maior custo da agência de água

²⁵ Registra-se que o Instituto Mineiro de Gestão das Águas- IGAM vem trabalhando o 'Projeto de avaliação da modelagem institucional ótima para o Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos em MG', com possibilidade de junção de Unidades de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos - UPGRHs do Estado de Minas Gerais, e, conseqüentemente, de comitês de bacia hidrográfica (Relatório Instrumentos de Gestão Versão I - 1ª Reunião CTPLAN-CERH, de maio de 2019).

2021, orientando-se pelo plano de recursos hídricos da bacia hidrográfica e apresentando a viabilidade financeira da agência de água ou entidade delegatária de suas funções.

50. Por outro lado, a AGEVAP apresenta uma proposta de estrutura mínima inicial necessária para sua atuação como entidade delegatária de funções de agência de água da bacia hidrográfica do rio Doce, cujo custeio é de aproximadamente R\$ 1.420.894,36 (em 2020). Para alcançar este custeio, é necessário ao CNRH reajustar os valores atuais dos preços unitários cobrados pelo uso de recursos hídricos de domínio da União na bacia hidrográfica do rio Doce em cerca de 45%.

51. Se o CNRH não efetuar este reajuste e conceder a delegação de funções de agência de água à AGEVAP, esta terá que atuar até 2021 considerando a estrutura possível indicada na Carta nº 201/2020/DP-AGEVAP, ou seja, se adequando à limitação do custeio proporcionada com os preços atuais da cobrança pelos usos de recursos hídricos de domínio da União na bacia hidrográfica do rio Doce.

52. Anexo a esta Nota Técnica encontram-se minutas de Resolução do CNRH considerando ambas as alternativas acima²⁶.

²⁶ Apresenta-se estas minutas de resolução em função do CNRH está se reunindo de forma remota, como forma de adaptação à pandemia originada pelo coronavírus. Além disto, aventa-se a possibilidade de a matéria ser tratada em regime de urgência.



ENCAMINHAMENTO

53. Sugere-se encaminhar esta Nota Técnica ao Diretor da Área de Gestão.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)
MARCO ANTÔNIO MOTA AMORIM
Especialista em Recursos Hídricos

(assinado eletronicamente)
LUIZ HENRIQUE PINHEIRO SILVA
Especialista em Recursos Hídricos

(assinado eletronicamente)
GIORDANO BRUNO BOMTEMPO DE CARVALHO
Especialista em Recursos Hídricos
Coordenador de Sustentabilidade Financeira e
Cobrança

(assinado eletronicamente)
VOLNEY ZANARDI JUNIOR
Especialista em Recursos Hídricos
Coordenador de Instâncias Colegiadas do
Sistema Nacional de Gerenciamento de
Recursos Hídricos

De acordo. Encaminhar esta Nota Técnica ao Diretor da Área de Gestão, para, se de acordo, encaminhá-la à Diretora-Presidente em subsídio à resposta ao Ofício nº 249/2020/SNSH-MDR, de 29 de abril de 2020 (doc. nº 02500.021220/2020-13), do Secretário Executivo do CNRH.

(assinado eletronicamente)
HUMBERTO CARDOSO GONÇALVES
Superintendente de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos



ANEXO

MINUTA DE RESOLUÇÃO 1

O CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS, no uso das competências que lhe são conferidas pelas Leis nºs 9.433, de 8 de janeiro de 1997, 9.984, de 17 de julho de 2000, assim como pelo Decreto nº 10.000, de 3 de setembro de 2019, e tendo em vista a Deliberação Normativa ad referendum CBH-Doce nº 83, de 15 de abril de 2020, e o que consta no Processo Administrativo nº xxxx, resolve:

Art. 1º Estabelecer, para o exercício 2021, os seguintes preços unitários para a cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União na bacia hidrográfica do rio Doce:

I - PPU_{cap} de R\$ 0,0502/m³;

II - PPU_{lanç} de R\$ 0,2672/Kg; e

III - PPU_{transp} de R\$ 0,0669/m³.

Art. 2º Delegar, até 31 de dezembro de 2024, o exercício de funções de competência das Agências de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce à Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - AGEVAP, observadas as disposições da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e da nº 10.881, de 9 de junho de 2004.

Art. 3º Nos exercícios 2020 e 2021, a AGEVAP deverá se estruturar considerando o limite de custeio administrativo proporcionado pela cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União na bacia hidrográfica do rio Doce, priorizando o exercício da função de secretaria executiva do CBH Doce.

Art. 4º Até 30 de junho de 2021, o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Doce deverá apresentar proposta de revisão dos mecanismos e valores da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de sua área de atuação ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH.

Parágrafo único. Caso a proposta a que se refere o caput não assegure a viabilidade financeira da entidade delegatária, esta delegação será revogada.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor em

MINUTA DE RESOLUÇÃO 2

O CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS, no uso das competências que lhe são conferidas pelas Leis nºs 9.433, de 8 de janeiro de 1997, 9.984, de 17 de julho de 2000, assim como pelo Decreto nº 10.000, de 3 de setembro de 2019, e tendo em vista a Deliberação Normativa ad referendum CBH-Doce nº 83, de 15 de abril de 2020, e o que consta no Processo Administrativo nº xxxx, resolve:

Art. 1º Delegar, até 31 de dezembro de 2024, o exercício de funções de competência das Agências de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce à Associação Pró-Gestão das Águas da



Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - AGEVAP, observadas as disposições da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e da nº 10.881, de 9 de junho de 2004.

Art. 2º Nos exercícios 2020 e 2021, a AGEVAP deverá se estruturar considerando o limite de custeio administrativo proporcionado pela cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União na bacia hidrográfica do rio Doce, priorizando o exercício da função de secretaria executiva do CBH Doce.

Art. 3º Até 30 de junho de 2021, o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Doce deverá apresentar proposta de revisão dos mecanismos e valores da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de sua área de atuação ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH.

Parágrafo único. Caso a proposta a que se refere o caput não assegure a viabilidade financeira da entidade delegatária, esta delegação será revogada.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor em





MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
Secretaria Nacional de Segurança Hídrica

OFÍCIO Nº 249/2020/SNSH-MDR

Brasília, 29 de abril de 2020.

À Senhora,
Christianne Dias Ferreira
Diretora-Presidente
Agência Nacional de Águas - ANA
Setor Policial, Setor 5, Quadra 3, Blocos B,L,M e T
70610-200 – Brasília/DF

**Assunto: Ofício nº 044/2020/CBH-DOCE - Encaminha Deliberação Ad Referendum nº 83 do CBH-Doce.
Processo 59000.008317/2020-99**

Senhora Diretora,

1. Encaminho o Ofício nº 044/2020/CBH-DOCE, complementado pelo Ofício nº 045/2020/CBH-DOCE, por meio do qual o Presidente do Comitê da Bacia do Rio Doce (CBH-Doce) envia ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) a Deliberação Normativa *Ad Referendum* nº 83, do referido Comitê, que aprova a indicação da Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP) para desempenhar as funções de Agência da Água na Bacia Hidrográfica do Rio Doce.
2. Para subsidiar o Conselho Nacional de Recursos Hídricos sobre a matéria apensada a este ofício, solicito o posicionamento dessa Agência Nacional de Águas quanto à viabilidade do pleito, nos termos das Leis nºs. 9.433/1997 e 9.984/2000, bem como do Decreto nº 10.000/2019.

Atenciosamente,

MARCELO PEREIRA BORGES
Secretário Nacional de Segurança Hídrica
Secretário Executivo do CNRH

Anexos: I - OFÍCIO Nº 044/2020/CBH-DOCE (SEI nº 1838510).
II - OFÍCIO Nº 045/2020/CBH-DOCE (SEI n. 1845366)